

INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS DO TRABALHO E DA EMPRESA

Área Científica de Estudos Africanos

**DO DESENVOLVIMENTO DA PARTICIPAÇÃO
À PARTICIPAÇÃO NO DESENVOLVIMENTO
PRÁTICAS E PERSPECTIVAS EM TORNO DA ACÇÃO
PARTICIPATIVA PARA O DESENVOLVIMENTO:
O CASO DE ARROUQUELAS**

João Paulo R. Martinho Colaço

Dissertação submetida como requisito parcial para a obtenção do grau de

**Mestre em Desenvolvimento, Diversidades Locais e Desafios Mundiais:
Análise e Gestão**

Orientador:

Professor Doutor Marc P. Lammerink

Junho de 2008

À Anabela e ao Ivo,
pela força e pelo afecto

À Família “alargada”,
pelo tempo descontado

Aos Amigos ...
pelo tempo roubado

À Beta, ao Mário e ao Fernando,
pelo esforço e pela partilha

Ao Professor Doutor Marc P. Lammerink,
*pelo Saber, Atenção e Disponibilidade,
referências presentes desde
o primeiro “cappucino”*

Ao Professor Doutor Rogério Roque Amaro,
*porque me (des)encaminhou
para uma área que eu
(des)conhecia*

& (e)ternamente,
*ao meu avô
por Tudo
...*

Resumo

O presente trabalho surgiu por influência de motivações ligadas às temáticas da participação e do desenvolvimento, reforçadas pelo fascínio suscitado por práticas, métodos e técnicas de promoção da participação ao nível do Desenvolvimento Local.

Através da aplicação na/sobre a prática de uma metodologia específica (*Participatory Action Development* – PAD), adaptada de Marc P. Lammerink (1999), e recorrendo a procedimentos de *Investigação na/sobre a Acção*, visou-se o reforço das práticas e das perspectivas em torno da *Acção Participativa para o Desenvolvimento*.

Pretendeu-se acompanhar o movimento pendular, que permite ir do desenvolvimento da participação à participação no desenvolvimento, partindo de duas preocupações fundamentais: i) saber como desenvolver, e melhorar, uma proposta de intervenção prática, com forte enfoque na participação e ii) caracterizar o(s) sentido(s) que as pessoas atribuem a estas práticas, ao nível local.

A intervenção prática teve lugar na Freguesia de Arroquelas, durante um período de dois anos (2006-2007), e teve três fases distintas: uma primeira, onde se escutou a população e identificaram os principais focos da intervenção (*Fase de Diagnóstico*), uma segunda fase composta por actividades de (re)solução de alguns dos problemas identificados (*Fase de Experimentação*), e uma fase final, de identificação e disseminação dos resultados (*Fase de Sustentabilidade*).

A assimilação do discurso da participação, a influência dos níveis de conflitualidade nos processos de participação e a erosão das práticas, são aspectos relevantes para futuras abordagens, cujas implicações práticas incluem ainda a valorização implícita dos processos de moderação, da animação e do carácter formativo das experiências.

Palavras-Chave: Desenvolvimento, Desenvolvimento Local, Participação, Acção Participativa para o Desenvolvimento

Abstract

This present work emerge as result of the influence from motivations connected to participation and development issues, reinforced by the fascination raised by practical work, methods and participatory promotion techniques at Local Development level.

Through the practical application of Participatory Action Development (PAD) methodology, adapted from Marc. P. Lammerink (1999), and with procedures from Action-Research's context, our aim is the reinforcement of the practices and perspectives around a local version of Participatory Action Development.

The proposal is to follow the on-going movement from participation's development to the participation on the development, starting from two basic targets: i) to know how to develop, and enhance, a practical proposal focused on participation and ii) to identify the people's senses according this kind of activities, specially made at a local level.

The practical work takes place at the region of Arroquelas, during a period of two years (2006-2007), divided on three different phases: a first one, where the people were listened, identified and focused the main problems (Diagnosing Phase), a second phase, with several activities made as possible solutions for the identified problems (Experimenting Phase), and a third one, where the practical results are sustained and disseminated (Sustaining Phase)

The participation speech's assimilation, the influence from the conflicts, and the erosion among the main activities, are relevant issues for future approaches, which practical implications included also the implicit leadership reinforcement at a moderator's level, the dynamic needs of the process and the learning face from the practical work.

Keywords: Development, Local Development, Participation, Participatory Action Development

Índice

Nota Introdutória	1
Capítulo I – Do Desenvolvimento e da Participação: contributos para a reflexão.....	7
1. O Desenvolvimento Pensado na Sua Globalidade	8
2. As Possibilidades Locais do Desenvolvimento	11
4. A Participação, Condição e Essência do Desenvolvimento Local	14
5. O Enfoque na Participação Enquanto Proposta de Trabalho.....	18
6. Das Questões e Objectivos Fundamentais.....	20
Capítulo II - Questões Metodológicas.....	22
1. Do Contexto da Intervenção: Opções e Delimitações.....	23
2. Propostas Metodológicas.....	24
3. Limitações e Constrangimentos	36
Capítulo III - Do Desenvolvimento da Participação: Práticas de Partida.....	37
1. Diagnosticar: Identificar Problemas e Possíveis Soluções	38
2. Experimentar: Agir Para Implementar Soluções	50
3. Sustentabilizar: Reflectir (n)a Prática.....	54
Capítulo IV - Da Participação no Desenvolvimento: Pontos de Chegada	56
1. Escutar a População: Do Diagnóstico às Propostas de Participação	57
2. Da Acção Sobre a Prática: Das Propostas à Intervenção Concreta.....	59
3. Da Reflexão Sobre as Novas Práticas: Análise dos Efeitos da Acção	60
Considerações Finais	70
Balanço Crítico e Retoma das Ideias Iniciais	71
Das Perspectivas em Torno do Desenvolvimento e da Participação	73
Das Práticas em Torno da Acção Participativa: Aprendizagens a Partir da Experiência ..	75
Bibliografia	79
Apêndices e Anexos	89

Índice de Tabelas e Gráficos

Tabela 1 - Actividades desenvolvidas durante a Fase de Diagnóstico	39
Tabela 2 - Etapas de organização do Diagnóstico	39
Tabela 3 – A Fase Experimental.....	50
Tabela 4 – Actividades da Fase de Sustentabilidade	54

Índice de Figuras

Figura 1 - Ciclo da Aprendizagem na vida real.....	32
Figura 2 - Zonas demarcadas durante o processo de selecção da população	43
Figura 3 - Ordenação final das prioridades da Fase de Diagnóstico.....	49
Figura 4 - Fluxograma geral das actividades desenvolvidas	61
Figura 5 – Características do modelo de intervenção proposto.....	67

Nota Introdutória

A realização de um trabalho centrado nas temáticas do *desenvolvimento* e da *participação* pressupõe, naturalmente, a integração em contextos teóricos e práticos orientados para a mudança e para a melhoria, nos seus múltiplos aspectos e dimensões de análise e de acção concreta.

Mas não sendo possível associar, de imediato, o trabalho desenvolvido a quaisquer efeitos, se é que os houve, da mudança e melhoria entretanto observadas, é no fascínio do envolvimento das pessoas, na crença nas virtualidades da técnica, muito mais que na tirania (Cooke e Kothari, 2004), e na possibilidade de participar na materialização de anseios e expectativas expressas livremente, que encontramos motivações e estímulo para a acção.

O facto de termos tido possibilidade de participar numa experiência não subjugada aos ditames do método, mas metodologicamente organizada, tanto quanto possível, e independente de registos experimentais, antes inscrita na experiência prática sistematicamente reflectida (Jara Holliday, 2006), tornou pertinente a nossa intenção de explorar, em termos académicos, um domínio prático do desenvolvimento, associado a um espaço (local) e a um tempo (de participação) específicos.

A valorização das práticas e a formação das pessoas, apoiadas pela sua problematização, enquanto contributos relevantes para a reflexão sobre a acção e os seus efeitos, sobrepõe-se neste caso à definição de metas teóricas e à reconstrução das práticas discursivas, enquanto objectivos imediatos da investigação tradicional.

Interessa-nos, no contexto deste trabalho, recuperar o processo vivido, interpretar os seus meios, métodos práticos de partida e pontos de chegada, despertar sentidos e significados, despoletar práticas e procedimentos a partir da sistematização e reflexão da/na prática.

Tratando-se de uma proposta que decorre do nosso envolvimento, pessoal e social, em processos de provável ruptura e (trans)formação, valorizou-se, desde início, o nosso próprio processo formativo, por via das aprendizagens mais significativas (Jarvis, 2001; Melo, 2001) e do esforço de superação pessoal depositado na(s) tarefa(s).

Pretende-se, neste sentido, angariar contributos, ainda que modestos, para a discussão em torno das práticas de participação no desenvolvimento e do desenvolvimento destas mesmas práticas, partindo do princípio de que estaremos face a duas dimensões de um mesmo processo.

Nestes termos, associamos o conceito de desenvolvimento não apenas a um conjunto de valores, mas sobretudo a uma grelha dominante de problemáticas e interpretações, de questões novas e problemas velhos, através das quais algumas das regiões do mundo nos parecem ser dadas a conhecer.

Moldado nas possibilidades e expectativas criadas em torno de alguns dos grandes pilares da evolução histórica do mundo ocidental, nomeadamente a Revolução Industrial, a Revolução Francesa (Amaro, 2005) e a queda dos poderes coloniais, é normalmente associado a uma nomenclatura de referência, onde se generalizam as preocupações com as melhorias económicas e sociais, extensíveis a locais do planeta que, de algum modo, passam a ter nos “níveis de desenvolvimento” o seu eixo e centro de preocupações.

Abordar convenientemente o desenvolvimento passa(rá) também por não esquecer a sua dimensão ideológica, no sentido em que através dele se transportam anseios, expectativas, ameaças e desafios que têm a ver, sobretudo, com princípios e com valores que orientam as nossas vidas (Friedman, 1996).

Também o seu cariz marcadamente eurocêntrico, a constante preocupação com as questões da equidade e da justiça social, a par da identificação de todo um conjunto de mitos fundadores (Amaro, 1999) e a preponderância com que, desde muito cedo, se sinalizou a evidente “promiscuidade” face aos conceitos de crescimento económico, progresso e modernização, atestam a sua importância e relevo no mundo actual.

“Verdadeira aventura na qual uma sociedade se compromete, fazendo apelo a todas as suas capacidades de autocriação” (Friedman, 1996, p. 36), fonte e repositório de relações dialécticas inesgotáveis (Perroux, 1981), o desenvolvimento é, no entanto, perpassado por um vasto leque de questões críticas, desafios e contradições que permanecem e, nalguns casos, dificultam a sua posição no mundo actual.

Na indústria do desenvolvimento (Cooke e Kothari, 2001), como por vezes é apelidada, continuam, por isso, a existir não só propostas de renovação conceptual, mas também de consequente abandono e pretensão obituario (Amaro, 2005; Mikkelsen; 2005; Sachs, 2005).

A ocidentalização do mundo, associada à tremenda diminuição da diversidade, enquanto fenómenos de uma pretensa agenda escondida do desenvolvimento, contribuíram para mudar a face da terra, mas não na direcção pretendida (Black, 1991). A “expansão indiscriminada de uma sociedade de mercado, de cariz marcadamente liberalizante, associada a uma profunda alteração da geografia económica mundial e a uma distribuição igualmente desequilibrada” (Teodoro, 2001, p. 156), tem apoiado a condenação crítica de modelos e/ou padrões de transformação social e económica tradicionais, cujos fundamentos encontram raiz numa série de evidências e preocupações comuns, (Mikkelsen, 2005, p. 30 e ss.), nomeadamente:

- O facto do trabalho na área do desenvolvimento ter sido, desde início, acompanhado pela criação de uma vasta rede de transferência de recursos dos países pobres para os países ricos, fazendo com que o descrédito e o cepticismo relativamente à ajuda internacional grasse nestes países;
- A compreensão manifestada pelos intervenientes nos processos de desenvolvimento e pelos investigadores de que são apenas parte de um processo de aprendizagem colectiva, onde nem sempre se contribui efectivamente para a criação de soluções para os problemas existentes;
- Os desafios constantemente colocados na partilha e na transferência das aprendizagens, das práticas e dos resultados das práticas de desenvolvimento continuam. Enquanto nalguns o diálogo é uma característica, casos haverá em que se corre o risco de apenas se trabalhar para ocupar consultores e facilitadores do desenvolvimento, cavando um fosso entre os especialistas e os beneficiários.
- A proliferação quase generalizada de conflitos sociais, a destruição de recursos naturais e os fenómenos de pobreza continuam a fazer parte de uma realidade devastadora e difícil de aceitar.

A resistência a estes fenómenos (Melo, 2001; Santos, 2005; Amaro, 2005), associada à necessidade de repensar as práticas de um modelo de desenvolvimento centrado na economia, nas suas escalas e nas suas unidades de análise (Fragoso, 2005b), parecem fazer com que se aceite facilmente a ideia de que, em termos de desenvolvimento, continua a ser “mais temido o seu sucesso que o seu falhanço” (Sachs, 2005, p. 3).

É neste sentido, onde a possibilidade prática do desenvolvimento se dilui nos constrangimentos e nas dificuldades das práticas à escala global, que se acolhem com algum

entusiasmo as “iniciativas que usam sobretudo recurso locais, sob controlo local e para benefícios predominantemente locais” (Stöhr, 1990, p. 33), entendidas sobretudo na sua vertente alternativa, viável para o desenvolvimento a nível local, verdadeiro acto de “bricolage, de compromisso social, de implicação progressiva e participação” (Amiguiño, 2005, p. 14).

O apelo à escala local como uma prática para a promoção do desenvolvimento, reforça a ideia de que “a acção local para o desenvolvimento apela ao desenvolvimento local” (Henriques, 2000, p. 16) e deposita assim parte do seu sucesso nos efeitos e nas potencialidades decorrentes do local onde o desenvolvimento se constrói.

A centralidade da participação no contexto das propostas de desenvolvimento local, na melhoria das condições de vida das populações e na afirmação plena da cidadania nos seus direitos e deveres, coloca-nos assim perante uma decisão alimentada pela nossa própria experiência de envolvimento afectivo e profissional, ou seja: repensar conceitos e práticas à luz das exigências e das contradições, dos ajustamentos e dos imprevistos colocado por uma proposta de trabalho concreta, realizada num tempo e num espaço determinado.

Pondo de parte uma pretensa “hierarquia dos culpados”, que nunca nos interessou nem nos facilita a tarefa, mas aproveitando as possibilidades de aprendizagem que decorrem da experiência da participação, fomos encaminhados pela reflexão inicial rumo a propostas de trabalho que integravam o nosso imaginário pessoal, com especial destaque para as temáticas do desenvolvimento e da participação, sem pôr de parte a possibilidade de angariar contributos para participar na sua discussão, ancorada, sempre que possível, nos resultados da prática, ou na sua inexistência.

Nestes termos, propomo-nos sistematizar os principais elementos retirados de um demorado período de actividade prática, cerca de dois anos, ciclicamente objecto de pesquisa e acção concreta e fruto da aplicação sobre a prática de um conjunto de propostas, de métodos e técnicas, no sentido de saber como se podem desenvolver e melhorar propostas de desenvolvimento, com especial enfoque na participação das pessoas, e qual o significado que as pessoas atribuem às práticas de participação.

Numa primeira fase, estas propostas revestiram a forma de acção concreta, desenvolvida num contexto (a Freguesia de Arroquelas, Distrito de Santarém) e num tempo (2005-2006) específicos, aproveitando as possibilidades decorrentes da prática metodológica da Participatory Action Development, uma proposta retirada do trabalho de Marc P. Lammerink (1999; 2001),

adaptada para a realidade local sob a forma de proposta de Acção Participativa para o Desenvolvimento, adiante designada PAD.

A ideia de mudança e transformação, que tanto tem apaixonado quem se interessa pela intervenção social (Guerra, 2000) e o facto de vivermos numa época de transição paradigmática ao nível das ciências sociais e de “desdogmatização da ciência” (Santos, 1998, p. 27), levou-nos também à necessidade de ponderar as possibilidades de análise e reflexão do conjunto das práticas desenvolvidas.

Dada a nossa ligação afectiva e formativa aos contextos da Educação e Formação de Adultos, a influência retirada da educação não formal e informal, da animação sociocultural e das práticas de alfabetização e emancipação social, entre outros, foi com alguma naturalidade que fomos encaminhando as nossas opções rumo à identificação de “formas de conciliar” (Almeida e Freire, 2000) as abordagens tradicionais com as perspectivas mais viradas para o trabalho reflexivo centrado nas práticas de acção concreta.

Nesta sequência, surgiu naturalmente a propensão para uma abordagem composta, que integrou desde início, algumas componentes da Investigação-Acção, enquanto proposta que permite não só “produzir conhecimento, mas também modificar a realidade e transformar os actores” (Simões, 1990, p. 43). A opção por esta metodologia, que se enquadra claramente no âmbito da PAD, advém do facto de permitir a valorização e a documentação das experiências facilitadoras da mudança nas condutas sociais, pressupondo portanto a identificação de consensos activos, estruturantes e promotores de mudança (Silva, 1996).

Muito embora não se possa falar de uma prática regular, foi graças à sua flexibilidade e adequação (Cohen e Manion, 1990), se ajustaram as propostas metodológicas, nomeadamente a possibilidade de optar pelo “método mais adequado à situação e ao objecto da investigação e de seleccionar os melhores procedimentos de interpretação dos resultados, submetendo-se inevitavelmente a exigências de transparência” (Mialaret, cit. por Paulo, 1998, p. 101).

Neste âmbito, a Investigação-Acção, porque integrou lógicas de intervenção complexas, que rompem com as convenções tradicionais, conferiu um risco e um cuidado acrescido ao nosso trabalho. A aceitação destes pressupostos deu, no entanto, sentido à intervenção, na medida em que se trata de uma metodologia reconhecida, sobretudo, pela sua aplicabilidade face a contextos de desenvolvimento, onde a investigação tradicional não consegue responder de modo imediato e eficaz (Silva, 1996; Esteves, 2001).

A reflexão sobre as actividades de desenvolvimento da acção participativa, integrando um amplo processo centrado na/sobre a acção, foi assim o ponto de partida para a intervenção, e para o trabalho académico, que agora se sistematiza e estrutura do seguinte modo:

Num primeiro capítulo procede-se ao esboço de uma possível problematização dos conceitos de desenvolvimento, desenvolvimento local e de participação, enquanto propostas relevantes para a construção de uma proposta de trabalho concreta, entendida sob a forma de dispositivo de intervenção, e enquanto elementos determinantes para a reflexão em redor das propostas e das práticas realizadas. A terminar esta primeira parte, sinalizam-se as principais questões e descrevem-se os objectivos fundamentais que nortearam a intervenção.

Do segundo capítulo consta a descrição dos procedimentos metodológicos e o seu enquadramento no contexto da intervenção e da investigação. Começa-se por descrever sumariamente algumas das características do local onde se realizaram as actividades, sendo posteriormente identificadas as opções metodológicas, por referência ao contexto da intervenção, ao tipo de propostas em análise, às questões e aos objectivos fundamentais.

No terceiro capítulo descrevem-se as actividades realizadas no âmbito da intervenção, por isso mesmo designado “práticas de partida” e integram-se, na medida do possível, princípios, pressupostos e procedimentos retirados das propostas de acção participativa para o desenvolvimento (PAD).

No quarto capítulo reflectem-se os principais elementos mobilizados no contexto das actividades realizadas ao longo de toda a intervenção. As descrições reproduzem o balanço ciclicamente efectuado em torno das práticas e dos seus efeitos sobre a realidade, sobre as opiniões das pessoas e sobre os próprios responsáveis pelo trabalho, as suas perspectivas e (trans)formações assinaláveis. Pretende-se, nesta fase, ilustrar os principais ensinamentos retirados de todo o trabalho realizado, que poderão ainda ser mobilizados enquanto contributos para a discussão das práticas e perspectivas em torno da temática da Acção Participativa para o Desenvolvimento.

Por último, retoma-se o quadro de reflexão teórico e prático inicialmente proposto e dá-se conta de algumas das ideias e inferências que as propostas de trabalho e reflexão tornaram possíveis.

Capítulo I – Do Desenvolvimento e da Participação: contributos para a reflexão

Neste capítulo procede-se a uma sistematização inicial dos conceitos de *desenvolvimento e participação*, enquanto propostas que convocam de imediato uma contextualização prática, viabilizada neste âmbito pelo recurso às possibilidades oferecidas pelos processos de desenvolvimento local.

Começa-se por analisar o conceito de desenvolvimento na sua globalidade, enquanto proposta macroscópica, multifacetada e controversa, reforçando-se sobretudo os efeitos controversos do seu uso e recurso ao longo do tempo.

Tenta-se ultrapassar esta evidência com a possibilidade de associação das propostas de desenvolvimento às acções concretas realizadas localmente, dado ser a esse nível que se sentem verdadeiramente os problemas e se tem, *in loco*, a oportunidade de transformar os problemas em desafios, apesar dos seus riscos e imprevisibilidades.

São descritos alguns dos seus traços marcantes, chamando-se a atenção para a importância e o relevo que assumem, neste domínio, a participação das pessoas e o desenvolvimento de práticas com forte enfoque participativo.

Ainda neste âmbito, caracteriza-se a participação, enquanto conceito, nos pressupostos e percurso(s) recente(s), e enquanto prática, nomeadamente através da mobilização de ideias retiradas do trabalho de pesquisa teórica, algumas delas guiadas por um forte espírito crítico.

Por fim, sinalizam-se os principais elementos da proposta de trabalho, dando especial destaque ao desenvolvimento da participação e ao seu potencial de mudança e aprendizagem transformadora no contexto do Desenvolvimento Local.

A terminar o capítulo, procede-se à sistematização das questões e descrevem-se os objectivos fundamentais que nortearam a proposta de trabalho e de investigação.

1. O Desenvolvimento Pensado na Sua Globalidade

Habitados a conviver com tempos e espaços conturbados, onde a proliferação de situações confrangedoras deixou de ser uma mera visão para passar a fazer parte do nosso próprio quotidiano, o conhecimento que temos do mundo em que vivemos constrói-se lado a lado com a fragilização dos vínculos sociais, com o crescimento de fenómenos de “desafiliação” (Castel, 1995), com o desrespeito pela natureza e seus (des)equilíbrios, acentuando por vezes a descrença num mundo mais justo.

Ouve-se com frequência afirmar que estamos em plena era global, num tempo *pós-moderno*, das distinções e das inexistências próprias de um pensamento abissal que dicotomiza e divide radicalmente a realidade social em dois universos distintos (Santos, 2007), onde se concentram e globalizam “continentes na miséria ao lado de altos níveis tecnológicos, possibilidades de vida espantosas a par de milhões de desempregados, sem assistência e sem educação” (Sabato, 2005, p. 88).

Do confronto visível com uma realidade de dimensão planetária, onde a informação e a comunicação, associadas à compressão do espaço e do tempo (Virilio, 1995) dão azo a uma vasta panóplia de tecnologias que permitem chegar longe sem sair do mesmo sítio, e estar perto estando demasiado longe para tocar e sentir o(s) interlocutor(es), sobressai a complexidade inerente ao nosso tempo (Morin, 1997).

Se bem que esta é uma realidade que nos remete para as dificuldades que, cada vez mais, envolvem a acção global em termos de desenvolvimento e de propostas de mudança, tal facto não nos deve levar a uma recusa do acto de pensar globalmente sobre estas coisas. Não pensar o tempo em que vivemos será nutrir desencontros e problemas, será permitir ainda mais desigualdades (Portela, 1993).

Eis dado o mote para a reflexão em torno da importância que assume a temática do desenvolvimento nos nossos dias¹, quer na sua globalidade, enquanto objecto de análise e reflexão, quer na sua instrumentalidade, enquanto proposta de intervenção associada à procura de melhores condições de vida e ao “esforço colectivo de uma sociedade para se desenvolver,

¹ A origem da noção de *desenvolvimento* está também associada a uma visão da História como processo global de evolução no sentido da supremacia da razão, por influências de uma filosofia dominante, onde impera a ideia de que a expansão mundial da civilização ocidental pode ser vista como uma possibilidade de acesso, por parte dos países mais pobres, a modos de vida “superiores” (Furtado, 1974; Arocena, 1986)

para criar situações novas, simultâneas e sucessivas” (Sedas Nunes, 1968, p. 159), aplicada a um território concreto, a um espaço e a um tempo determinados.

Iniciar a abordagem do conceito de desenvolvimento sob a sua perspectiva macroscópica (Blaise, 2004) faz algum sentido, em termos metodológicos, mas não nos deve fazer esquecer a dimensão da tarefa e os cuidados que nela devem ser colocados.

É nosso objectivo reflectir sobre as suas principais características de modo a apoiar a reflexão em torno do trabalho desenvolvido. Não pretendemos, nem é esse o âmbito do trabalho, deduzir novas abordagens sobre uma “constelação semântica incrivelmente poderosa” (Esteva, 2005, p. 8) onde somos constantemente remetidos para o campo da polémica, da polissemia e da controvérsia.

Num campo já de si tão vasto e multifacetado (Fragoso, 2005b), que se confronta com uma imensa panóplia de instrumentos e técnicas ao mais alto nível, é compreensível a sua condição de refém de um cepticismo generalizado perante as grandes teorias. Esta é, aliás, uma característica do nosso tempo (Santos, 1995; Nóvoa, 2000), ampliada pela “agonia” de um paradigma² fortemente associado ao crescimento económico (Bruto da Costa, 1998).

Apesar de associado ao florescimento e libertação individual e colectiva, trata-se de um domínio que continua a demonstrar dificuldades na criação de soluções que atenuem visivelmente injustiças estruturais. Em concreto, e sobretudo em áreas ligadas à economia e à política, não é raro encontrar referências a organismos, instituições e agentes sociais e económicos, nos quais “muitos daqueles que são afectados pelas suas decisões quase não têm voz” (Stieglitz, 2002, p. 59), levando-nos a crer que parte substancial das problemáticas que alargam as nossas percepções, nem sempre são as que, em termos humanitários, mais nos agradarão³.

E porque são recorrentes as referências ao “lado escuro” e “oculto” da “Era do Desenvolvimento” e do jogo da ajuda (Black, 1991), onde todos os esforços e cada sacrifício

² Na acepção de T. S. Khun (1922-1996), designa-se por paradigma a concepção científica universalmente reconhecida que durante algum tempo proporciona problemas e soluções modelo para a comunidade científica (Santos, 1998)

³ Alusão ao tradicional dilema (fardo) do homem branco a questão problemática da acção ocidental em termos de desenvolvimento à escala mundial parece ser suficientemente conhecida e uma das suas características decorre em parte de uma das condições da acção/ condição humana: “*quando se eliminam efectivamente bairros de lata, o problema de obter criados pode-se tornar bicudo*” (Orr e Lubbock 1964, p. 105)

(são) justificados na procura de uma luz que reincide apenas sobre a escuridão, décadas depois do seu apogeu, governos e cidadãos continuam de olhos fixos no brilho das luzes, que parecem estar mais longe que nunca (Sachs, 2005).

Ora, se bem que não se possam imputar todas as responsabilidades às práticas do desenvolvimento, torna-se por vezes evidente que, para encetar caminhos de mudança, há decerto que mudar as práticas e potenciar localmente a criação de alternativas que permitam alcançar uma consciência moral alargada, que inspire novos comportamentos e que favoreça a adopção de estratégias inovadoras na produção de espaços sociais e economicamente decentes (Grupo de Lisboa, 1994)⁴.

Neste sentido, definir, categorizar e meter ordem num campo de significação que não cessa de se alargar, jamais será tarefa fácil, assim como não é fácil estabelecer fronteiras claras entre teoria, ideologia, doutrina, utopia e práticas sociais (Amaro, 2005). Perante tais dilemas, é dada particular atenção a propostas que favoreçam visões mais ajustadas à dinâmica social e posturas que facilitem a criação de contextos onde a mudança seja parte integrante e efectiva.

Transformar os problemas existentes em desafios coerentes, estimular, na medida do possível, sínteses inovadoras entre o que se entende próprio da esfera global e do território local e vice-versa⁵, parecem ser então elementos importantes na procura de respostas alternativas a todo este contexto de crise continuada.

Entendido nestes termos, e enquanto fiel depositário das alternativas perante o futuro, o desenvolvimento pode, antes de mais, ser aceite como processo em construção, fruto da participação activa das pessoas, da existência e/ou da construção de estruturas democráticas, assentes em mecanismos de decisão participada, devolvendo gradualmente aos cidadãos o controlo das suas próprias vidas.

Esta forma de encarar o desenvolvimento remete então para duas premissas que nos deverão acompanhar ao longo de todo o trabalho, dado que será através da sua integração prática que se poderão angariar contributos efectivos para a reflexão, nomeadamente porque precisamos de saber como se poderá desenvolver a participação e como se poderá participar

⁴ Veja-se, neste contexto, a relevância das noções de flexibilidade ofensiva, flexibilidade defensiva (Benko e Lipietz, 1992), Globalização hegemónica e contra-hegemónica (Santos, 2001)

⁵ Processo habitualmente designado por *glocalização* (Robertson, 1990; Amaro, 2005)

no desenvolvimento de um determinado local, enquanto pontos de partida e chegada de uma mesma proposta.

Em suma, se o desenvolvimento se assume como um conceito macroscópico (Blaise, 2004), a crença nas suas potencialidades jamais se poderá realizar apenas nesta sua dimensão. O apelo aos seus princípios e valores só poderá ter sentido e solução na prática quotidiana, no comportamento e na atitude de proximidade. E essa é, em nosso entender, uma das grandes possibilidades e alternativas que se colocam ao desenvolvimento.

2. As Possibilidades Locais do Desenvolvimento

O local, enquanto conceito, encontra os seus alicerces na acção concreta, mais do que na análise, contrariamente ao que sucede com a noção de desenvolvimento (Mengin, 1989). Utilizado em alternativa aos conceitos de comunidade, território e lugar, remete-nos para “quadros sistémicos de interacção e relações sociais assentes na coordenação espácio-temporal de actividades” (Sobral, 1999, p. 46), onde os principais interessados e intervenientes são não só os próprios actores locais, que desencadeiam as iniciativas, mas também o próprio Estado, que vê assim facilitada a sua função reguladora e o seu papel periférico nos processos de desenvolvimento (Ferreira, 2005)

Este reposicionamento do papel e da acção local tornou possível a sua associação a um novo rumo para os processos de desenvolvimento. E na base deste pressuposto pode-se ainda associar a importância das densidades e das interdependências que se podem criar, das relações de proximidade, da coesão dos sistemas produtivos locais e das lógicas de acção colectiva de base local (Reis, 1998)⁶.

Neste contexto, transportam-se para o espaço local, enquanto campo e contributo da construção identitária (Harvey, 1989; Henriques, 1990)⁷, anseios e propostas que permitem

⁶ Segundo Reis (1988), são quatro os factores que contribuem para a densidade institucional de uma região: i) a presença forte de actores locais, ii) elevados níveis de interacção, iii) existência de estruturas bem definidas para a representação agregadora de todos e iv) força do consenso em torno de uma estratégia comum de desenvolvimento.

⁷ Não é o facto de se estar associado por pertença ao momento histórico, mas porque se está numa situação concreta, real, materializável.

igualmente dotá-lo de sentido e significado⁸, atribuindo-lhe uma legitimidade renovada “que tem dado origem à emergência de novas procuras, que comportam potencialidades e riscos que devem ser equacionados” (Cristóvão, 2002, p. 81).

Sendo evidente que os problemas e as dificuldades se sentem de forma mais nítida a nível local, dado ser aí que se encontram as pessoas, sendo porventura também a este nível que se encontram as reacções que poderão contrariar os efeitos devastadores de um modelo económico e social em crise, que coloca “limites ao crescimento” (Canário, 1999) e que pode conduzir, nas palavras de Max-Neef (1992), rumo a um verdadeiro “suicídio colectivo”.

Estas novas lógicas de desenvolvimento alternativo resultam por isso de cruzamentos e posicionamentos vários, que envolvem a doutrina social da igreja, alguns princípios do Socialismo Utópico e do Planeamento Regional (Amaro, 2005), assentes num processo de mudança reflexivo e centrado numa comunidade territorial de pequena dimensão.

A este “processo de satisfação das necessidades e de melhoria das condições de vida de uma comunidade local, seguindo uma perspectiva integrada dos problemas e das respostas, tendo por base as capacidades e o protagonismo da própria comunidade” (Amaro, 2005, p. 57), associamos geralmente o conceito de Desenvolvimento Local.

Trata-se de um proposta de intervenção que parte, geralmente, da sinalização de um problema não resolvido, de uma ameaça que se transforma em oportunidade, que mobiliza as capacidades locais e que implica o acesso a lógicas de participação e de cidadania.

Fazendo parte de um todo sem fronteiras definidas, é igualmente associado à partilha de recursos, de perspectivas, de visões e de intervenções, manifestando, em caso de sucesso, impacto significativo, uma espécie de contaminação positiva de toda a comunidade local (Amaro, 1998; 2000).

De entre os seus traços mais marcantes, destacam-se, segundo Canário (1999, p. 63): a) a multidimensionalidade, já que se tornou difícil a redução do desenvolvimento à sua vertente económica – o hardware –, e a educação, a saúde, o ambiente e a cultura - enquanto software -, são faces distintas e articuladas de um processo sistémico; b) uma lógica qualitativa, fazendo

⁸ Aproveitando a influência de Harvey (1989) quanto à relação dinâmica entre a acção individual e a revalorização do local, valorizam-se ainda duas ideias associadas, nomeadamente o apelo ao sítio ou ao lugar (*localismo identitário*) e a busca individual de sentido(s) a partir de um conjunto de relações desejadas e mediadas a partir desse mesmo local (*localismo securizante*).

apelo a todo um novo conjunto de critérios de análise e avaliação do desenvolvimento e c) uma valorização do local, associada a processos de acção integrada a nível territorial.

Ora, estando em presença de um fenómeno com estas características, a prática do desenvolvimento, enquanto resultado das possibilidades e oportunidades de sermos verdadeiramente (des)humanos (Henriques, 1990), deve resultar de um esforço cooperativo sério, no qual as prioridades das pessoas surgem em primeiro lugar e as propostas não dependem apenas da presença e da continuidade de especialistas sedeados nos territórios (Fredman, 1996).

Ainda segundo Canário (1999), esta forma de encarar o desenvolvimento remete para duas noções fundamentais: a endogeneidade e a participação. A primeira diz respeito ao modo como são mobilizados e valorizados os recursos existentes no local. A segunda refere-se à participação dos actores locais na tomada de decisão, na sua concretização e na avaliação dos resultados entretanto obtidos, e assume-se como uma garantia de pertinência das intervenções.

Associar deste modo ao desenvolvimento, as potencialidades da participação activa e empenhada das pessoas e das populações, ainda que com contribuições externas, implica a necessidade de leituras integradoras, amplas e alargadas face a todo o processo. A sua consolidação leva a que as próprias pessoas, pela participação, ousem aprender e adquirir novas práticas através da sua participação e envolvimento (Friedman, 1996, p. 100).

O Desenvolvimento Local, enquanto proposta alternativa, impulso generoso pautado pelos seus aspectos humanos e o seu carácter educativo de natureza informal (Reis, 1998), coloca deste modo a participação no centro das suas preocupações, proporcionando às pessoas, e aos seus territórios, a possibilidade de criar propostas de mudança .

Na prática, permite-se que as pessoas possam levar por diante uma acção de índole comunitária “que envolve a participação e que se orienta para equacionar o enfrentamento e resolução de necessidades percebidas a nível local” (Rodrigues e Stoer, 1993, p. 177).

Mas este esforço colectivo, que se assume como essencial para a emergência de desenvolvimento, também encerra em si contrariedades e controvérsias que poderão ser determinantes quando se trata de compreender a sua dimensão neste contexto. Será então esta uma dimensão realmente importante par o desenvolvimento (do) local?

4. A Participação, Condição e Essência do Desenvolvimento Local

A participação das pessoas pode ser vista como “a maior reivindicação de um desenvolvimento alternativo. Constitui o seu quadro político” (Friedman, 1996, p. 81). Falar de participação é destacar não só um acto, mas também um conceito alargado, um fim desejado.

O facto de se poder passear entre o apelo do local (Desenvolvimento Local) e as propostas de desenvolvimento pela participação (Desenvolvimento Participativo), obriga-nos ao esclarecimento das nossas opções. Ora se o Desenvolvimento Participativo se constitui como domínio de difícil acesso no contexto das nossas propostas de intervenção, não faz referência às escalas locais, diferencia-se do desenvolvimento de base local, na medida em que este inclui a participação como característica e elemento importante (Fragoso, 2005, p. 34), colocaremos então o enfoque de todo o trabalho no contexto da participação no Desenvolvimento Local, remetendo o Desenvolvimento Participativo para outros domínios da intervenção.

Enquanto construção teórica derivada da tradição democrática ocidental da segunda metade do século XX (Blaise, 2005), a participação é igualmente associada à ideia de “jargão moderno, potencialmente manipulativo, estereótipo usado como as crianças usam o lego, suportando as mais incríveis construções, (...)” (Rahnema, 2005, p. 116), slogan e exigência habitual⁹, que não se assume de imediato como ajuda, desejo ou condição de desenvolvimento.

Do ponto de vista histórico, o termo parece ter surgido a par de uma nova visão da sociedade, onde imperavam as tentativas de reconciliação entre Capital e Trabalho, visando tornar o(s) operário(s) solidário(s) com o destino da(s) sua(s) empresa(s) e com o processo de acumulação (Guerra, 2005).

Outros contributos podem ser encontrados i) no envolvimento dos trabalhadores nos processos de desenvolvimento agrícola oitocentista, ii) no reconhecimento colonial das aprendizagens de base dos nativos indígenas e do seu envolvimento nos processos de mudança (Cambell e Salagrama, 2001; Schrijvers, 2006), iii) na acção do movimentos de libertação

⁹ Fala-se ainda nas definições de *esponja*, *kamikaze*, entre outras, quando nos referimos a conceitos que abrigam sob a sua alçada uma ampla variedade de designações, aplicações e terminologias. Uma espécie de “*chapéu-de-chuva*” onde se abrigam todos estes conceitos e/ou temáticas pouco consensuais, que pode revestir-se das mais variadas formas.

(Freire, 1972; Ilich, 1971; Fals Borda, 1985) e iv) no crescente papel das mulheres no desenvolvimento e na investigação.

Entendida, na sua perspectiva eminentemente técnica, como o “processo pelo qual os facilitadores envolvem os membros de uma comunidade em diferentes actividades para que em conjunto descubram as suas habilidades, vontades e recursos para gerar e pôr em marcha iniciativas e projectos que incrementem a qualidade de vida da população” (Cassinath, Garcia, Vargas, Bethune, McCullough, Wilson, Lorne, Preston., 2005, p. 13), afirma-se pelo seu carácter de capacitação voluntária e como factor de responsabilização que deve levar à tomada de decisões em comum (Meister, 1971; Blaise, 2004).

Utilizado com maior frequência a partir dos anos cinquenta, não foi imune às crises estruturais desencadeadas pela crise petrolífera, tendo-se afastado, a partir de então, da sua raiz sociocultural, “para manter viva a economia e despertar o interesse repentino dos governos ocidentais” (Rahnema, 2005, p. 120).

O facto de deixar de ser percebida como uma ameaça para os Governos, de se ter tornado um slogan politicamente atractivo, uma proposta economicamente muito apelativa, um instrumento para a eficácia dos investimentos e uma considerável fonte de angariação de receitas, são elementos relevantes na sua reconfiguração (Rahnema, 2005; Fragoso, 2005b).

O seu carácter ambíguo leva a que possa representar muita coisa ao mesmo tempo (Oakley e Marsden; 1984; Blaise, 2004), sendo por isso pouco provável que se encontre com facilidade uma definição exacta e rigorosa¹⁰. No campo do desenvolvimento, por exemplo, os termos relacionados com esta temática são usualmente utilizados de permuta, de mistura, e alguns dos desafios que se colocam decorrem precisamente dos seus múltiplos usos e sentidos.

Por outro lado, e porque é vulgarmente associada ao acto de tomar e ser parte, de contribuir e colaborar, nem sempre o entendimento sobre o seu significado é motivo de pacificação, dado que por vezes estamos a falar de coisas diferentes¹¹.

¹⁰ A título ilustrativo, destacamos neste domínio os contributos de Arnstein (1969), Lima (1988), Pretty, Guijt, Thompson e Scoones (1995).

¹¹ *Enquanto parte, o cidadão afirma a sua autonomia pessoal contra os outros particulares, ou contra a colectividade, enquanto participante ele representa e afirma o interesse de um grupo e aparece como portador de uma função no todo colectivo*” (Machado, cit. por Lima, 1988, p. 28).

Numa tentativa de sistematização conceptual, Rahnama (2005) propõe a identificação de algumas funções, nomeadamente: uma função **cognitiva**, sugerindo e associando-se ao discurso do desenvolvimento; uma função **política**, enquanto nova fonte de legitimação de poder, uma função **instrumental**, enquanto meio para atingir o empowerment e uma função **social**, associada ao facto de se ter tornado uma ideia socialmente atractiva.

A proliferação discursiva e conceptual reflecte igualmente uma vontade quase instituída pela maior parte das agências financiadoras, ou agências de desenvolvimento, criando-se assim mais dificuldades ao nível da separação entre a teoria e a prática, entre retórica e realidade da participação (Black, 1991; Sachs, 2005; Esteva, 2005)¹².

Neste sentido, e de acordo com Chambers (1995, p. 30), poderemos falar em três utilizações tipificadas do termo, nomeadamente i) como um **cosmético** (cosmetic label), onde tudo o que se faz em torno da participação parece bem feito; ii) como uma **prática co-optativa**, de forma a mobilizar a produção local e a reduzir eventuais custos e iii) como um **processo de empowerment**, onde as pessoas assumem a liderança dos seus próprios processos de análise, confiança e tomada de decisão.

A participação é também associada à ideia de conquista individual e colectiva, o que envolve a valorização de aspectos como o estímulo, a animação e a promoção deste género de práticas. Oakley (1991) propõe, inclusive, a ideia de continuidade sempre que nos referimos à participação associada ao desenvolvimento, devendo ser dado especial relevo às suas dinâmicas, desde os momentos iniciais de cooperação até ao envolvimento das pessoas no processo de tomada de decisão.

Pese embora tenhamos vindo a destacar propostas marcadamente optimistas, não se deve esquecer que estas abordagens podem defraudar expectativas. Por um lado, porque não é fácil criar confiança ou sensibilizar comunidades e, por outro, porque coexistem igualmente formas desastrosas de participação (Guerra, 2005), onde os processos nem sempre se realizar como seria desejável. Aliás, mais que uma necessidade técnica, pode, por vezes, tornar-se antes um contributo para agudizar conflitos já existentes (Cassinath et al, 2005).

¹² Numa crítica fortíssima da temática do desenvolvimento e da participação para o desenvolvimento, Black (1991) e Esteva (2005) referem que a associação do conceito face a um qualquer qualificativo, este simples facto leva por vezes à anulação da intenção, contradizendo-a, convertendo a participação num truque manipulativo para envolver as pessoas em lutas para obter aquilo que os poderosos querem precisamente impor, que era especificamente o que se queria evitar.

O sucesso das propostas com claro enfoque na participação pressupõe, portanto, todo um conjunto de práticas de envolvimento multidimensional das pessoas. Tanto é que, existindo uma importância acrescida sobre as práticas participativas, estas acabam por se constituir como parte integrante de um processo de formação e aprendizagem mútua, não-formal.

Dito de outro modo, a ligação da aprendizagem à evolução das práticas parece transformar os locais de participação em contextos intrinsecamente formativos (Pain, 1991; Lammerink, 2000; Canário, 1999; Nóvoa, 2003), assumindo-se a própria comunidade, em si mesma, como uma “entidade” educativa (Coombs, 1991).

A importância atribuída às práticas de aprendizagem com base na experiência, e ao conhecimento resultante da reflexão em torno das narrativas e das histórias de vida¹³, está igualmente ligada à génese das abordagens participativas de cariz ocidental, nomeadamente ao movimento da Educação de Adultos do Norte da Europa, enquanto prática emancipatória e libertadora (Canário, 1999; Lima, 1990).

A junção flexível de práticas e de métodos portadores de sentido, quando enquadrados na multiplicidade de factores e nas dinâmicas da própria sociedade local, assumem um papel determinante na promoção de práticas participativas. Mas o êxito de qualquer proposta com estes objectivos reside igualmente na forma como se estrutura todo o processo de transporte e transferência das ideias e conceitos teóricos para o domínio e para o campo da prática.

A influência dos debates em torno das condições de vida e da importância da participação, associada ao surgimento de problemas nas abordagens tradicionais e nos programas de promoção da participação, parece, contudo, ter levado as pessoas a adoptar uma postura mais crítica, criando-se gradualmente condições que levaram à necessidade de abordagens cada vez mais ajustadas às realidades locais e às respectivas populações.

As estratégias que integram “a aprendizagem na perspectiva do desenvolvimento alternativo, com enfoque na comunidade, reúnem as melhores perspectivas de implementação com sucesso” (Friedman, 1996, p. 172) e parecem facilitar a passagem das habituais lógicas de projecto e/ou programa para vias mais alargadas e globalizantes.

¹³ Neste contexto, devem-se destacar as influências do trabalho de autores como John Dewey (1859-1952), Carl Rogers (1902-1987) e Paulo Freire (1921-1997), entre outros.

Esta atitude, associada à reflexão crítica em torno da(s) prática(s), leva a que o enfoque na participação se afirme como uma proposta de trabalho ajustada à realidade, que apoia o desenvolvimento na sua necessidade de mudança e de criação de melhores condições de vida.

5. O Enfoque na Participação Enquanto Proposta de Trabalho

Colocar o motivo para agir sob a perspectiva da participação, implica mostrar às pessoas que se pode mudar uma dada situação se todos se envolverem, qualquer que seja a sua condição, aproveitando-se o conhecimento colectivo para partilhar e aprender uns com os outros. É portanto uma filosofia de trabalho que influencia todas as dinâmicas, um processo de capacitação que, tanto quanto possível, se deve promover num ambiente de confiança (Cordioli, 2001).

Tal como sucede com o conceito de desenvolvimento, também a possibilidade de definir consensualmente estas práticas se torna difícil, dada a proliferação de terminologias e de propostas. É enquanto resultado de todo o esforço de adequação a esta realidade que parece ter surgido o amplo conjunto de métodos e ferramentas que vão sendo gradualmente adaptados e ajustados às realidades locais.

Na actualidade, resultado também das imensas possibilidades de divulgação e disseminação de práticas à escala global, é frequente a associação destas abordagens a uma vasta área de intervenção¹⁴, que se ajusta a um campo de argumentação académica e experimental de dimensões planetárias (incluindo, como é óbvio, defensores e detractores).

Desta necessidade de partilhar ideias, experiências e métodos, pode resultar, em parte, a convergência em torno das (pre)ocupações com a valorização dos processos participativos, com especial relevo para as abordagens centradas nas pessoas, no seu envolvimento e auto-representação, nos processos de tomada de decisão e na transferência de poder.

¹⁴Cornwall (1993) e Pretty *et al.* (1995) assinalam a existência de mais de três dezenas de designações, que incluem não só variações mas também muitas adaptações e desenvolvimentos ao nível destas abordagens. Em alguns casos fazem-se distinções posicionando certas versões pessoais como sendo as mais correctas. Na prática, as diferentes designações podem ser usadas para acções que no essencial são muito semelhantes entre si. No entanto, estas designações parecem ser usadas sobretudo para definir e defender formas de acção prática que se enquadram naquilo que os seus defensores pensam ser a participação, sendo o número variado de noções de participação, e as reacções ao que se entende como participativo, o que constitui um dos seus aspectos mais fracturantes (Cornwall e Pratt, 2003).

Em suma, quando a opção recai sobre as práticas de participação, a questão central parece deslocar-se sobretudo para o domínio das relações de poder, e não tanto para os instrumentos, métodos e técnicas. Neste contexto, “a função dos instrumentos participativos é apoiar a estruturação das disputas sobre o poder social, torná-las mais transparentes e, dessa forma, contribuir para a distribuição equitativa do poder” (Brose, 2005, p. 11).

Falar em enfoque participativo é assim dizer que se pretende, enquanto meio e fim, “o envolvimento dos membros de uma comunidade nas diferentes actividades para que, em conjunto descubram, as suas habilidades, vontades e recursos para gerar e pôr em marcha iniciativas e projectos que incrementem a qualidade de vida da população” (Cassinath et al., 2005, p. 13).

A transparência das acções (a visibilidade do projecto e do processo de tomada de decisão), o acesso à informação, o processo de prestação de contas, o sentido das escolhas e o tipo de envolvimento verificado, são igualmente questões relevantes no que toca à estruturação de qualquer proposta com estas características. A busca efectiva de compromissos, de ideias e experiências, devem ser parte integrante de qualquer intervenção que pretenda fomentar mudanças num determinado local.

O desenvolvimento de práticas promotoras de participação encontra-se intimamente ligado à ideia de que as pessoas aprendem melhor quando estão activamente envolvidas e motivadas para aprender. Exemplos recentes neste domínio (Avritzer, 2003; Santos, 2003; Villasante, 2003; Cabannes, 2004) confirmam de certo modo esta ideia, associada igualmente ao afastamento gradual das pessoas da vida pública, e renovam o fascínio em torno das práticas de participação.

Em suma, ao pretender levar-se por diante uma proposta de desenvolvimento com enfoque na participação das pessoas, visa-se, sobretudo, associar a mobilização do seu potencial de mudança e ambição às práticas de desenvolvimento local. Transportada a reflexão até este ponto, cabe-nos agora enunciar as principais questões e os objectivos que estiveram na base da nossa proposta de trabalho.

6. Das Questões e Objectivos Fundamentais

As motivações que nos levaram a investir na realização de uma experiência voltada para os domínios da participação, centrada num território e numa comunidade específicas, estão de alguma forma ligadas a um percurso pessoal e profissional construído em torno das práticas de educação e formação, sobretudo nas suas vias não formais, onde a autonomia da descoberta e a construção da diferença sempre foram parte de um fascínio difícil de contrariar.

Não estranhámos assim a opção que desde início nos guiou em todo o processo de aprendizagem, nomeadamente quanto aos elementos a reter de entre as várias temáticas abordadas, as propostas de intervenção concreta a mobilizar para alguns dos contextos de intervenção mais próximos e a transferência de algumas destas práticas para o campo da intervenção pessoal.

Face às improváveis condições para desenvolver, no exterior, uma proposta de trabalho nesta área, houve que procurar, exactamente nos contextos de maior proximidade, o local onde se poderia, não só participar na estruturação e desenvolvimento de uma proposta de trabalho concreta, mas também contribuir de algum modo para o desenvolvimento das pessoas e do local.

A conjugação de uma série de factores pessoais (envolvimento associativo, interacção social, cumplicidades e ligações afectivas de proximidade), reforçada pela necessidade de participação activa num novo quadro eleitoral, e a integração num grupo de trabalho que pretendia levar por diante uma experiência diferente da habitual, tornou oportuna a associação de todo este processo à nossa proposta de investigação. Do contexto inicial, mantiveram-se as questões de orientação que permitiram apoiar a estruturação das actividades, sem nunca pôr de parte o trabalho de reflexão e ajuste dos principais conceitos teóricos envolvidos em todo o processo.

Em primeiro lugar, foi nosso objectivo, a partir da análise de documentação existente, *aprofundar algumas das características associadas aos conceitos de desenvolvimento e desenvolvimento local, participação e práticas participativas*, enquanto componente teórica essencial à contextualização e reflexão sobre a prática.

Em segundo lugar, as nossas preocupações orientaram-se no sentido de saber *como desenvolver, e melhorar, na prática, uma proposta de intervenção com especial ênfase na participação das pessoas?*

Por último, e tentando, na medida do possível, associar todo o trabalho ao enquadramento proporcionado pelas metodologias de investigação, partiu-se para a procura de inferências empíricas que nos permitissem saber *o que é que as pessoas pensam deste tipo de propostas? Que sentido atribuem às práticas de participação a nível local?*

Centrados na oportunidade de encontrar dados para estas questões através de uma intervenção na prática, colocaram-se então alguns objectivos de modo a que nos fosse possível assim orientar todo o processo. Neste domínio, destacaram-se como objectivos específicos da proposta de trabalho:

- i) Problematizar a temática da participação associada ao desenvolvimento;
- ii) Conceber uma proposta de intervenção prática centrada na participação das pessoas no desenvolvimento local;
- iii) Analisar e reflectir sobre o processo e seus resultados;
- iv) Analisar o sentido que as pessoas atribuem à participação em actividades direccionadas para o desenvolvimento local e
- v) Integrar os resultados da intervenção no contexto do desenvolvimento da participação e da participação no /para o desenvolvimento.

Tratando-se de questões e de propostas que, pela sua formulação, nos remetem para a focalização imediata das potencialidades descritivas de todo o processo, visou-se, neste caso, mais que dissertar sobre um tema, iluminar um tópico que nos tem acompanhado ao longo dos últimos tempos, que continua a ter um papel central ao nível dos processos de desenvolvimento e pelo qual, obviamente, continuamos a nutrir algum carinho.

Capítulo II - Questões Metodológicas

Neste capítulo, integralmente dedicado às questões relacionadas com os procedimentos metodológicos e o seu enquadramento no contexto da intervenção e da investigação, começa-se por descrever sumariamente algumas das principais características do local onde se realizaram as actividades práticas, deixando em aberto a possibilidade de aceder informação mais detalhada junto do corpo de apêndices e anexos.

São, deste modo, descritas as condições de acesso à proposta de intervenção concreta e ao modo com esta se integrou no trabalho de cariz académico, salientando-se apenas alguns aspectos residuais, úteis para a sistematização inicial das práticas realizadas.

Num segundo momento são descritas as propostas metodológicas que fizeram parte das opções de trabalho que se assumiram como válidas, tendo por referência o contexto da intervenção, o tipo de propostas em análise, as questões e os objectivos fundamentais.

Procede-se deste modo à contextualização das duas vertentes de trabalho que integraram as práticas nos seus momentos de investigação e acção concreta, nomeadamente a Investigação-Acção, enquanto metodologia de trabalho, e a Acção Participativa para o Desenvolvimento, enquanto proposta de intervenção fortemente influenciada pelos princípios e pressupostos da Investigação Participativa.

A metodologia da *Investigação-Acção* é enquadrada como sendo uma proposta que se aceita, em alternativa a propostas de investigação centradas na experimentação e no método científico tradicional, porque tem demonstrado possuir vantagens, mais que desvantagens, na interpretação das práticas desenvolvidas em contexto real, ciclicamente objecto de reflexão e retroalimentação na/sobre as práticas, dando assim sentido a propostas que dificilmente seriam passíveis de enquadramento no contexto da investigação tradicional.

Paralelamente a esta descrição, descrevem-se, num segundo momento, as características que dão forma à PAD, aqui entendida como proposta de trabalho a realizar num contexto espaço-temporal específico.

Neste domínio, são presentes algumas das suas ligações à Investigação Participativa e a alguns autores de referência, como é o caso de Marc P. Lammerink, cujas propostas de trabalho são seguidas de muito perto, nomeadamente nos aspectos relacionados com os efeitos formativos que decorrem do contacto com a experiência e com a vida real. São também descritas as principais fase desta metodologia, que se adoptou na íntegra.

Por fim, sinalizam-se algumas limitações e constrangimentos identificados no contexto do trabalho realizado, que deverão ser tidas em conta aquando da reflexão final em torno de todo o dispositivo¹⁵ criado.

1. Do Contexto da Intervenção: Opções e Delimitações

Dadas as suas características, a proposta de trabalho procurou, desde início, condições que, em termos de espaço para a intervenção prática e em termos de tempo para a sua implementação, permitissem ir um pouco além da mera criação de factos participativos, procurando-se, tanto quanto possível, angariar e acompanhar a sustentabilidade dos resultados.

O facto de se pretender uma investigação centrada na acção e na reflexão sobre a prática, remetendo aspectos como a representatividade e a validade para um plano secundário, facilitou a opção tomada, pese embora tenhamos consciência dos “cuidados defensivos” que são necessários perante as polémicas associadas às ideias de envolvimento e “participação dos indivíduos, dos grupos e das comunidades no processo de investigação” (Lima, 1987, p. 30)

Perante este contexto, houve que atender a algumas dificuldades colocadas desde logo às propostas de trabalho, quer no seu ajuste, quer na sua integração, dado que o nosso envolvimento nas situações e a necessidade de respostas imediatas aos problemas que se colocavam eram uma constante.

¹⁵ Por dispositivo entende-se a plataforma sob a qual se agrupam todos os contributos visando um objectivo comum, do qual depende o sucesso das propostas de trabalho, o somatório de todos os intervenientes na actividade, das várias acções realizadas e dos resultados entretanto obtidos.

O facto de estarmos perante um contexto de grande proximidade colocou sérios cuidados ao nível do distanciamento pessoal (Silva, 1996) face à realidade e face ao acompanhamento dos processos de investigação e acção. Nesta sequência, a opção tomada elegeu como contexto para a intervenção o lugar de Arroquelas, uma das catorze freguesias do Concelho de Rio Maior, parte integrante da região do Ribatejo.

Dotada de uma situação geográfica privilegiada, sobretudo em termos de proximidade aos grandes centros urbanos do país, apresenta uma estrutura populacional composta equitativamente por cerca de 608 habitantes. O envelhecimento da população, o abandono constante dos campos ou a sua reflorestação intensiva e desordenada, a incidência do sector terciário nas expectativas de vida das gerações mais novas, associada à tradicional estigmatização social do trabalho agrícola e à existência de focos de pobreza, são características que enquadram o contexto geral da intervenção¹⁶.

2. Propostas Metodológicas

2.1. Da Investigação-Acção enquanto Método de Trabalho

Qualquer abordagem pressupõe a definição, tão clara quanto possível, de um método e de uma metodologia, tanto em termos de análise teórica, como no que diz respeito às questões de ordem prática¹⁷. De entre os critérios utilizados na escolha de uma modalidade de investigação, é recorrente o acesso a designações que, por consenso, asseguram perante a comunidade científica critérios de legitimidade, coerência e rigor¹⁸, cuja filiação se remete para linhas metodológicas tradicionalmente opostas: de um lado a investigação quantitativa e, do outro, a qualitativa¹⁹.

¹⁶ Uma descrição mais extensa do contexto da intervenção pode ser encontrada no Apêndice A.1, pp. 48-60

¹⁷ Para Chambers (1998, p. 123) metodologia designa “*um sistema de princípios e métodos*” e método refere-se a “*uma maneira de fazer qualquer coisa*” (Chambers, 1998, p. 123).

¹⁸ Almeida e Freire (2000); Bogdan e Biklen (1994); Santos e Pinto (2001); Silva (1996); Cortesão (1998).

¹⁹ A investigação quantitativa está associada à “*descoberta e fixação de leis gerais, por via da investigação básica ou investigação pura*” (Almeida e Freire, 2000, p. 26), enquanto que a investigação qualitativa remete com frequência para a possibilidade de compreensão e interpretação dos fenómenos a partir das perspectivas dos sujeitos da investigação, onde as questões a tratar não se estabelecem mediante a operacionalização de variáveis e a sua formulação respeita o propósito de investigar os fenómenos na sua globalidade e em contexto natural (Silva e Pinto, 2001; Bogdan e Biklen, 1994).

Paralelamente a estas duas dimensões das práticas de investigação, e a par do debate epistemológico de consolidação das Ciências Sociais, enquanto “saber especializado, assente na reflexão teórica e na observação empírica” (Silva e Pinto, 2001, p. 29), poder-se-á ainda situar todo um percurso de disputas, divergências e argumentações que têm acompanhado um “modelo global de racionalidade científica” (Santos, 2001, p. 10), cujo contributo positivo para o nosso enriquecimento prático tem sido posto em causa (Santos, 1998, 2001; Mikkelsen, 2005).

Neste contexto, e da necessidade de adequar os procedimentos de investigação às actividades e às práticas concretas, resulta, em parte, a nossa opção (e o risco a ela associado). Por este motivo, julgamos conveniente antecipar alguns elementos descritivos, de modo a podermos contextualizar as opções metodológicas tidas em conta ao longo de todo o trabalho desenvolvido.

Originalmente inspirada em John Dewey (1859-1952), a partir da crítica contundente da forma escolar e da projecção da vontade democrática (Canário, 1999; Guerra, 2000), e em Kurt Lewin (1890-1940), e do seu trabalho de articulação entre teoria e acção nas propostas de mudança de hábitos e atitudes²⁰, e na influência dos estilos de liderança no comportamento dos grupos, emergiu como “o estudo de uma situação social com o fim de melhorar a qualidade da acção dentro da mesma” (Almeida e Freire, 2000: 29).

Enriquecida com contributos provenientes da reflexão em torno das desigualdades sociais do boom económico posterior à Segunda Guerra Mundial (Guerra, 2000) e da área da educação e do ensino, viu o seu campo de exploração alargar-se para questões de ordem prática, onde a transformação da realidade, o desenvolvimento social, a auto-consciência dos indivíduos e seus grupos predominam sobre as restantes questões.

Ao assumir-se como não sendo “nem investigação nem acção, nem a intersecção das duas, mas o arco (boucle) recursivo entre ambas” (Bataille, cit. por Silva, 1996, p. 17) e ao associar duas práticas que derivam de lógicas diferentes, contempla, como elementos determinantes da sua consistência e implementação (Kemmis, 1993, p. 179), os seguintes aspectos:

- a consciência de que saber é poder e não algo de puramente técnico e instrumental;

²⁰ Esta noção de mudança comunga da influência do pensamento de L. Festinger (1919-1989), com quem trabalhou directamente nos E.U.A., e da teoria da **dissonância cognitiva**, cujo postulado, segundo K. Lewin, se traduzia no facto de que a mudança se opera com sucesso quando se procede à introdução de um desequilíbrio num campo de forças

- a compreensão de que cada actor social vê o mundo através da sua própria racionalidade, facto que condiciona a leitura que cada um faz dos fenómenos com que tem de lidar, pelo que as noções de “subjectividade”, de “verdade” e de “facto” são relativizadas e adquirem um novo sentido;
- a compreensão do significado do exercício permanente de um olhar analítico sobre todos os fenómenos, sobre todas as explicações, mesmo sobre as que são tidas como obviamente indiscutíveis, identificando assim interpretações ideologicamente distorcidas;
- a identificação de determinantes macro estruturais que, embora por vezes aparentemente distantes, justas, imparciais e neutras, conseguem condicionar ou dificultar as possibilidades de acção de qualquer um de nós e
- o reconhecimento, significado teórico e natureza quer da teoria quer da prática (que assim têm estatuto idêntico) e o reconhecimento simultâneo de que qualquer intervenção tem de ser elaborada com base em pressupostos práticos num contexto teórico sólido.

Considerada, até aos nossos dias, uma “inovação metodológica que tenta captar o reconhecimento e a adopção dos promotores da metodologia oficial” (Esteves, 2001, p. 252)²¹, associa-se com frequência a três tipos de abordagem: i) como produção de conhecimentos, ii) como modificadora de uma dada realidade social e iii) como participação activa dos interessados e sua modificação-formação (Simões, 1990; Guerra, 2000).

Não se distingue pelo recurso a cânones metodológicos determinados nem a perspectivas rígidas do processo de investigação. Bem pelo contrário, é frequente assumir-se como uma prática onde a partilha cooperada de projectos de investigação, a análise de problemas sociais com base na comunidade e a orientação para a acção comunitária são uma constante (Kemmis, 1993; Silva, 1996; Kemis e Mcktaggart, 2000).

Utilizando “a análise sistémica, defendendo a interdisciplinarietà, os métodos qualitativos e uma abordagem global” (Guerra, 2000, p. 68), não recusa, no entanto, algumas das técnicas e instrumentos da investigação tradicional. “Não há um método, mas uma infinidade de maneiras de fazer, variáveis segundo as finalidades pretendidas, os actores

²¹ Neste sentido, têm especial destaque as considerações relativas à Investigação-Acção enquanto “*escândalo epistemológico útil*” (Ardoino, cit. por Cortesão, 1998, p. 30), “*conceito polissémico, ambíguo, de estabilização arbitrária (...) pouco consistente e fraudulento (que) significa muitas coisas para muitas pessoas*” (Mialaret, cit. por Silva, 1996, p. 17), Silva, M., idem),

implicados, os objectos escolhidos ou os domínios investigados” (Martin, cit. por Silva, 1996, p. 17).

Enquanto proposta metodológica, “o seu âmbito é impressionante” (Cohen e Manion, 1990, p. 272). A sua prática, mais que uma mera postura comportamental, envolve a acção face ao contexto presente, imediato e problemático. Deste modo, os objectos de estudo são sobretudo as práticas, ligadas à noção de praxis, e nunca os fenómenos construídos pelos investigadores.

Mas o que a distingue da investigação tradicional é sobretudo “a circunstância de se desencadear por alguém que tem necessidade de informação, de conhecimento de uma situação ou problema, a fim de agir sobre ela e dar-lhe solução” (Esteves, 2001, p. 266), sendo a sua prática geralmente associada à imagem de “uma espiral²² auto-reflexiva de ciclos de planeamento, acção, observação e reflexão que têm como premissa a ideia de participação nos processos de tomada de decisão e reflexão sobre as práticas” (Lewin, cit. por Kemmis, 1993, p. 178).

O relevo concedido aos aspectos de participação e mudança, a partir de situações concretas, são factores que favorecem o seu posicionamento enquanto ciência crítica, que persegue o processo de melhoria das condições de vida e de participação democrática de todos.

De acordo com estes pressupostos, e qualquer que seja a origem da intervenção, importa que se desenvolva um conjunto de actividades que, numa perspectiva gradual e cumulativa, permitam alcançar resultados concretos, favoráveis à mudança (Esteves, 2001). Incluem-se, neste âmbito: a) a construção de uma estrutura colectiva de acção e investigação, b) o contacto com a população, c) a elaboração de um diagnóstico preliminar, d) preparação da metodologia de participação, e) a elaboração de um plano de intervenção e f) uma fase final, de reflexão sobre a prática.

A partir desta postura metodológica, é possível, de acordo com Guerra (2000), identificar duas orientações metodológicas que decorrem das perspectivas da pesquisa operacional no período que se seguiu à Segunda Guerra Mundial, nomeadamente uma linha de exploração de cariz psicossocial e organizacional (com uma dimensão mais integradora) e, uma outra,

²² A noção de espiral reflexiva poderá estar ligada de algum modo à influência que a filosofia alemã – *aufklärung* – terá exercido sobre K. Lewin, nomeadamente os conceitos de **dialéctica hegeliana** (como uma espiral em constante evolução) e da tríade fundamental **tese, antítese e síntese** (J. Fichte, 1762-1814; G. Hegel, 1770-1831; A. Schopenhauer, 1788-1860)

orientada para a lógica da mudança social (com uma postura claramente mais crítica), a chamada “versão forte” da Investigação-Acção (Esteves, 2001, p. 266)²³.

Foi a partir destas propostas que se tornou evidente que para a concretização do trabalho prático, onde desde início se atribuiu a “responsabilidade pelas práticas aos grupos de participantes, no sentido da emancipação autêntica e mutuamente responsável” (Kemmis, 1993, p. 187), e dada a necessidade de intervir, alternadamente, no campo da investigação e da acção, se deveriam estruturar as nossas opções de forma a podermos contemplar os necessários “movimentos pendulares” entre o campo da investigação propriamente dito e entre o campo da acção prática.

A influência destas práticas, associada a algum fascínio pessoal pelos princípios de base da Investigação Participativa (Participatory-Action-Research)²⁴, foi consolidando as nossas propostas. A opção metodológica recaiu assim na Investigação-Acção (action-research), no que se refere aos procedimentos de investigação, tendo a intervenção prática obedecido na sua generalidade ao método de intervenção PAD (Participatory Action Development), adaptado dos trabalhos de Marc P. Lammerink, que traduzimos por *Acção Participativa para o Desenvolvimento* e que descrevemos de seguida.

2.2. Da Acção Participativa para o Desenvolvimento Enquanto Proposta de Intervenção.

Associada à prática da investigação, surgiu a necessidade de optar por um método que permitisse levar por diante uma intervenção prática, sem pôr de parte a necessidade de ajustamentos face à simultaneidade entre a investigação pessoal (académica) e a investigação prática no terreno (Tripp, 2005), através de ciclos de acção que permitissem a compreensão e estimulação da mudança, sempre acompanhada por períodos de reflexão, integrando, na medida do possível, as propostas de um conjunto de autores de referência, consultados ainda durante a fase de recolha bibliográfica²⁵.

²³ O autor identifica duas versões neste domínio: uma versão fraca designada Investigação-para-a-acção, que pouco se afasta da investigação tradicional, e uma versão forte, designada investigação-na/pela-acção, entendida como um processo complexo e colectivo, também designada investigação participativa.

²⁴ Utilizamos neste trabalho a designação de Investigação-Participativa (Gabarrón et al, 1994; Fragoso, 2005), muito embora coexistam outras definições (Silva, 1996; Mikkelsen, 2005; Esteves, 2001).

²⁵ Referimo-nos sobretudo aos trabalhos de Theis e Grady (1991), Pretty et al. (1995); Selener, Endarra e Carvajal (1997); Van-Veldhuizen, Waters-Bayer e Zeeuw (1997), Kumar (2002), Cassinath et al (2000).

Dado a proliferação de métodos centrados na acção participativa, houve que desenvolver um esforço inicial de sistematização de um método de trabalho acessível e ajustado à realidade e aos objectivos da proposta. A opção acabou por trazer para primeiro plano a Acção Participativa para o Desenvolvimento, cuja estrutura e pressupostos se foram ajustando ao contexto, à realidade do local e à dinâmica de toda a intervenção²⁶.

De entre os aspectos mais relevantes nesta opção, salienta-se a importância dada às pessoas e à sua participação, desde o desenho inicial das propostas até à apresentação e discussão de resultados e suas implicações. Igualmente digno de referência é o seu contributo para a identificação rápida de propostas de soluções face aos problemas identificados e à adequação ao local dos conhecimentos e tecnologias em uso.

A melhoria das capacidades das pessoas na resolução dos seus problemas, no estreitamento de relações entre as organizações e os indivíduos, nunca descurando a sua experiência, foram aspectos igualmente tidos em conta, tal como o seu envolvimento no processo de recolha de informação e na definição de propostas de futuro em diversos domínios, destacando-se ainda neste domínio:

- a orientação das acções em função das necessidades sentidas pelas pessoas e pelas instituições locais e a sua ligação com as iniciativas criadas;
- a possibilidade de envolver elementos externos, enquanto parceiros dos processos de aprendizagem;
- a recolha de dados, a sua análise e posterior devolução num espaço de tempo relativamente curto e
- o prosseguimento das actividades de modo a assegurar a sustentabilidade das propostas.

A opção justifica-se ainda por uma série de outros aspectos, nomeadamente:

- O facto de, para além de “dar voz às pessoas”, ser uma metodologia que favorece a realização de actividades ajustadas às suas expectativas, integrando aspectos de inovação e mudança a partir dos recursos localmente existentes;

²⁶ A escolha desta metodologia deve muito à influência do Professor Doutor Marc P. Lammerink, enquanto docente e orientador de todo o trabalho, sobretudo por via do enquadramento proporcionado pela sua experiência internacional, que nos permitiu estruturar a proposta sem descurar a pesquisa dos necessários elementos de investigação para apoio de todo o processo.

- o facto de se assumir simultaneamente como uma abordagem de investigação e de acção prática, que permitiu a criação de propostas de trabalho concretas, aproveitando algum do conhecimento retirado de anteriores experiências ao nível das práticas de participação;
- o facto de ser uma proposta orientada para a simplificação das práticas, que permitiu deslocar o enfoque técnico e tecnológico nos recursos financeiros para a facilitação e aproveitamento dos materiais endógenos (conhecimento, experiência, disponibilidade, entre outros);
- a sua forte ligação aos contextos de **mudança** e **transformação** das pessoas, nomeadamente pela sua ligação aos processos de aprendizagem pela experiência e à criação de situações de formação decorrentes da prática reflectida sobre e na acção concreta (Lammerink, 1998, 1999; 2002).

2.2.1. Caracterização Geral

Em termos teóricos, a PAD é uma abordagem cujas origens radicam na Participatory-Action-Research (Investigação Participativa)²⁷, e visa descobrir e testar os meios mais eficazes de produzir mudanças sociais, económicas e técnicas desejadas” (Muller-Glodde, 1992, p. 65), colocando como base que é ao nível local que se devem determinar quais as direcções que devem tomar as mudanças, para onde se deve ir, pressupõe portanto a participação da população beneficiária.

Emerge do campo da Investigação-Acção no decurso das décadas de 60/70, sobretudo na América Latina e na Europa (Gabarrón, 1994), tendo por objectivo apoiar a compreensão dos problemas sociais que se colocavam num grupo ou comunidade, a fim de encontrar as soluções, métodos e técnicas que permitissem “conhecer, transformando” (Silva, 1996). As influências mais relevantes referem-se ao trabalho de Paulo Freire (1921-1997) e Orlando Fals Borda (1925-).

²⁷ Marc P. Lammerink destaca ainda neste âmbito, como contributos relevantes para a consolidação da PAD, a Fenomenologia (Solomon, 1942-2007), enquanto fundamento e legitimação da experiência como base para o conhecimento e para o desenvolvimento da prática (Kolb, 1939-); a Sociologia do Conhecimento, em especial ao trabalho desenvolvido por Jurgen Habermas (1929-), ao nível dos aspectos ligados à compreensão das questões sociais do ponto de vista do dominado, do marginalizado e do deprimido, em oposição à forma tradicional de visão histórica, que por norma se associa mais facilmente ao ponto de vista do dominador e as propostas de Paulo Freire (1921-1997) e Ivan Illich (1926-2002), no que concerne ao campo das pedagogias alternativas e dos fenómenos ligados à aprendizagem, ao conhecimento e à reflexão.

A primeira, de cariz pedagógico, coloca enfoque na dimensão “conscientizadora” dos processos de aprendizagem, enquanto práticas de libertação da consciência por via do diálogo constante e da interrogação transformadora que descodifica o pensamento e a linguagem por referência à realidade (Freire, 1975).

A segunda, marcadamente sociológica, propõe, na tentativa de superar a “conscientização” inspirada por P. Freire (Silva, 1996), a formação prática dessa consciência, de onde resulta a produção de conhecimento através da participação das pessoas em todas as fases do processo e da inserção da figura do investigador, do seu envolvimento no processo que analisa.

Ora, “porque tomou posição”, aprendeu deste modo a partir não só da observação que faz, mas também do trabalho que executa junto das pessoas com quem se identifica (Boterf, 1986; Gabarrón e Landa, 1994; Madeira, 1995), o que faz com que se trate de uma proposta que, para além de arriscada, requer julgamentos maduros e experientes, por parte dos vários participantes (Silva, 1996).

Ao apreender as perspectivas dos participantes, a investigação ilumina as dinâmicas internas das situações, por vezes invisíveis para o observador externo, e apresenta os dados como denúncia e como instrumentos de mudança social (Bogdan e Biklen, 1994), muito embora a reiterada dificuldade em assegurar as devidas distâncias por parte das pessoas intimamente envolvidas, cujas “opiniões”, preocupações pessoais e pré-conceitos são, por vezes, mais verdades assumidas que definições da situação (idem, ibidem), seja um aspecto que não facilita a sua tarefa.

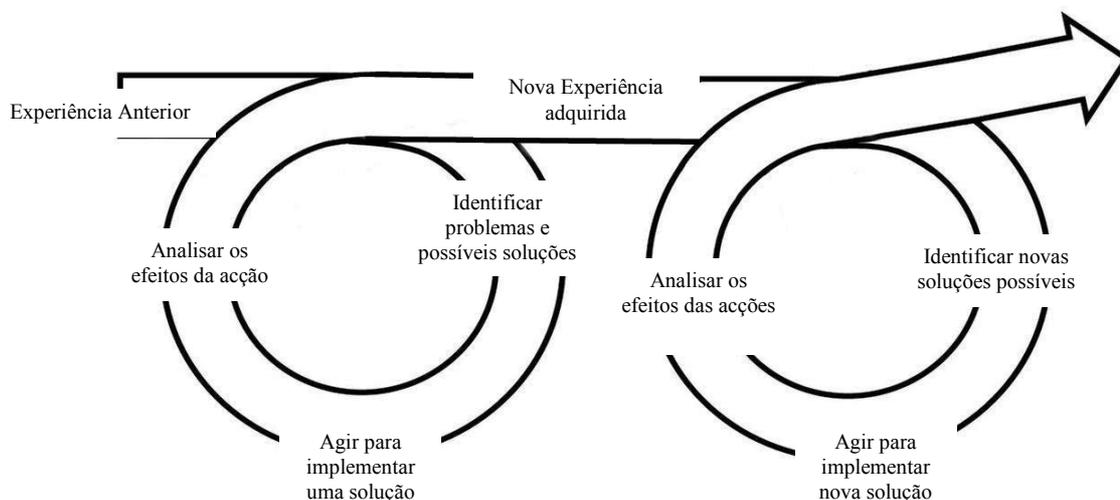
O risco associado a estas opções radica por vezes no facto de se pôr em causa as pessoas que participam e envolvem nestes processos, sobretudo quando se reclama inicialmente um amplo processo de participação, e depois se exercem, sobre o povo participante, propostas tutelares de controle e manipulação (Silva, 1996)²⁸

O debate e a reflexão mantida em torno da importância da participação como uma variável crítica foram influências determinantes. Referência importante neste âmbito ao papel das mulheres, ao papel das abordagens tradicionais (do topo para a base), dos projectos desenhados por especialistas e dos programas baseados na promoção da participação como aspecto central nos domínios do desenvolvimento.

²⁸ Fala-se, neste caso, da metáfora do “chamariz” ou do “canto da sereia” (Silva, 1996, p. 17)

Estas propostas, associadas ao conceito de Aprendizagem Participativa, enquanto mecanismo de auto mobilização das comunidades marginalizadas, assumem um papel importante neste domínio, dado que têm sido usadas como um dos principais elementos dos processos de desenvolvimento, sobretudo como justificação para a necessidade de metodologias rápidas e efectivas de desenho de intervenções. A título ilustrativo, reproduz-se na figura 1 a proposta de sistematização do modo como se processam, segundo Lammerink (2002) estas práticas, que poderá ser igualmente útil na clarificação das nossas propostas de trabalho.

Figura 1 - Ciclo da aprendizagem na vida real²⁹



Uma das principais componentes da PAD é a sua forte contextualização local, que permite orientar as intervenções para as necessidades sentidas pelas pessoas e pelas instituições. A forma como lida com assuntos sentidos, experimentados e explicitamente conhecidos pelas pessoas e o apoio dado à criação de informação e ao processo de tomada de decisões, são contributo óbvios para o fortalecimento das ligações para com as iniciativas locais.

O envolvimento de profissionais externos, enquanto parceiros e facilitadores do processo de aprendizagem, na angariação de informação técnica, no envolvimento na gestão, nas discussões e negociações entre os vários actores, afasta em parte a sua imagem de peritos e especialistas afastados da realidade local.

²⁹ Adaptado de M. P. Lammerink (2002, p. 7)

Igualmente importante é o seu enfoque na acção, na medida em que permite realizar de actividades de recolha, de análise e retro-alimentação directa (*feed-back*) dos dados num tempo relativamente curto (Lammerink, 1999b).

A rapidez de análise e devolução da informação é uma outra característica importante para a rentabilidade das actividades de apoio e acompanhamento, para a transformação do conhecimento obtido em decisões concretas e para promover a utilidade prática dos resultados. Ao tornar os participantes conscientes das implicações dos problemas e dos assuntos em discussão, favorece-se a sua motivação na continuidade das acções relevantes.

Para além destes aspectos, valoriza-se ainda a realização de encontros de reflexão, a elaboração de boletins e *posters*, a realização de *ateliers* enquanto meios de devolução da informação junto das várias instituições e da comunidade em geral, o que atesta deste modo a sua preocupação quer com o processo, quer com os seus resultados.

Todos estes procedimentos pressupõem necessariamente a adopção de uma estratégia integrada de comunicação, que envolve, na medida do possível, a produção de relatórios escritos, centrados sobre os resultados, para produção de futuras propostas de trabalho ou para a formação das pessoas envolvidas.

Enquanto metodologia de intervenção, estrutura-se com base em três momentos sequenciais, habitualmente designados por Diagnóstico, Experimentação e Sustentabilidade (Lammerink, 1999), cujos principais aspectos passamos agora a descrever.

2.2.2. Procedimentos Metodológicos

Primeira Fase – O Diagnóstico

Numa primeira fase, combinam-se métodos e ferramentas disponíveis, algumas provenientes inclusive de outras modalidades da Investigação Participativa, como é o caso do diagnóstico rural participativo³⁰. Incluem-se neste âmbito, como práticas correntes, a realização de entrevistas semi-estruturadas, o recurso à observação participante, à utilização de mapas, diagramas sazonais e diagramas de fluxos, redes de relações, matrizes, *rankings* e estudos de caso, entre outras propostas.

³⁰ *Participatory Rural Appraisal (PRA)* no original.

A implementação respeita uma lógica sequencial, começando-se habitualmente com a preparação conjunta dos participantes e da equipa do projecto, enquanto se procede à selecção da(s) comunidade(s). De seguida efectuam-se as actividades propriamente ditas, o que inclui a análise participada da(s) situações, a recolha de elementos respeitantes a experiências anteriores, a avaliação das necessidades e a identificação de um problema específico, ou foco relevante e a sinalização de uma possível, ou possíveis, soluções.

Todo este processo é acompanhado por actividades de recolha de informação que favorecem a contextualização das situações identificadas e a adopção de novas práticas, ajustadas à realidade local e aos seus habitantes.

Segunda Fase - Experimentação

Trata-se de um momento essencialmente interactivo, que deve permitir a exploração conjunta dos problemas encontrados, a discussão, o desenho e a adopção de possíveis soluções que, embora possam incluir ajustes técnicos, deverão depois ser testadas na prática e avaliados pelos próprios membros da comunidade.

Nesta fase, o objectivo é definir propostas práticas que sejam exequíveis e que possam ser monitorizadas e avaliadas pelos membros da população. É por isso necessário mobilizar toda a competência, confiança e organização disponíveis. A população deve planear e desenvolver as experiências independentemente, por sua livre iniciativa e levá-las por diante.

As actividades nesta fase poderão incluir a análise de experiências já existentes através de visitas de estudo, intercâmbios e para examinar possíveis soluções. Para a devolução da informação, podem-se utilizar várias ferramentas, tais como encontros, festas, jogos e o recurso a audiovisuais.

Através destas actividades as pessoas poderão planear, construir propostas e decidir sobre a sua escala e viabilidade, que *inputs* colocar e quem deverá participar, para além da necessidade de identificar critérios a usar na avaliação do sucesso da experiência.

Para a análise de possíveis soluções podem-se ainda criar “grupos de encontro” para discutir os resultados e começar a redigir conclusões. Se existirem outras experiências parecidas, podem-se utilizar propostas de comparação.

Dos resultados destas avaliações deverá surgir uma visão clara dos resultados da experiência e do processo. Esta visão deve alargar-se para além dos membros da equipa e as soluções, aceites e rejeitadas, também se devem ter em conta. O processo serve igualmente para dar confiança às pessoas na resolução dos seus problemas e para criar um clima de apoio para as novas experiências.

Terceira Fase - Sustentabilidade

Dado que os processos com forte enfoque na participação devem orientar as suas acções rumo à autogestão de todas as propostas (Arnstein, 1969; Pretty, 1995; Lammerink, 1999b; Mikkelsen, 2005), a fase de sustentabilidade revela-se muito importante.

O objectivo, nesta fase, deve ser o de dotar a população com uma maior capacidade para implementar processos efectivos de mudança e descobrir soluções para o futuro ou outras situações que requeiram envolvimento.

A estratégia passa pelo desenvolvimento de uma intervenção baseada nas prioridades das pessoas e totalmente compatível com as condições locais e a cultura, de modo a que os seus membros possam levá-la por diante.

Reforça-se a partilha dos resultados (através de visitas e intercâmbios), dado que se sustenta mais o que vai de encontro aos objectivos das comunidades e se rejeita com alguma facilidade o que os contraria (Lammerink, 1999b).

Para além da importância que assume a avaliação de todo o processo, há que destacar, neste âmbito, algumas actividades que devem envolver a participação das pessoas, nomeadamente na dinamização de ateliers, de colóquios e da criação, paralelamente às restantes, de materiais audiovisuais de divulgação e promoção dos resultados.

Nesta fase, a centralidade das acções deve girar em torno da disseminação de métodos e de ferramentas para melhorar a gestão e a partilha dos resultados, para planear e coordenar futuros trabalhos, de modo a manter activo o processo e visíveis os resultados obtidos, o que acresce claramente o tipo e o nível de dificuldades e exigências em termos metodológicos e práticos.

3. Limitações e Constrangimentos

A vertente técnica da proposta defrontou-se, naturalmente, com dificuldades. A sinalização prévia de alguns dos aspectos críticos presentes teve por objectivo reunir sob um mesmo olhar as características associadas às várias propostas, tornando-as parte integrante do processo.

Qualquer intervenção necessita de mobilizar vontades e disponibilidades de vária ordem. Se associarmos a esta intenção as dificuldades associadas à criação, no local, de uma equipa alargada, aceita-se com alguma facilidade que este tenha sido um primeiro aspecto que condicionou o alcance e a dimensão das propostas.

Caso tivesse sido possível assegurar o contributo de diferentes áreas disciplinares, outras propostas se poderiam ter formado, não só para recolher e rever informação a partir de outras experiências, mas também para enriquecer as discussões e obter uma perspectiva geral das experiências já realizadas.

Para além destas, outras questões se poderão assinalar neste âmbito, nomeadamente:

- a incidência das questões de ordem prática, ligadas ao funcionamento das actividades, nomeadamente o facto de não existirem factores de motivação externa, nem meios financeiros que permitissem a integração das acções num projecto específico;
- A insegurança da equipa de apoio perante as questões de ordem técnica, quer no que se refere ao desconhecimento de metodologias e de métodos, associando deste modo uma vertente de aprendizagem prática ao percurso efectuado, o que favoreceu a associação das propostas a um período de tempo relativamente longo;
- A ocorrência constante de situações novas, que provocaram desde início alguma resistência nos vários participantes, sobretudo em sectores menos familiarizados ou menos crentes nas virtualidades da acção participativa;
- O carácter experimental da metodologia, que favoreceu processos de tomada de decisão longos, dificultando por vezes a continuidade de algumas das propostas, correndo-se o risco de alterar radicalmente os consensos estabelecidos (caso das questões associadas à protecção da natureza, protecção de pessoas e de espaços públicos).

Capítulo III - Do Desenvolvimento da Participação: Práticas de Partida

Neste capítulo descrevem-se as principais actividades realizadas no âmbito da intervenção prática, por isso mesmo designado “práticas de partida”, integrando, na medida do possível, princípios, pressupostos e procedimentos retirados das propostas de Acção Participativa para o Desenvolvimento.

Organizada com base em três fases, ou momentos determinantes, a PAD afirma-se neste capítulo como parte de um dispositivo favorável ao desenvolvimento da participação, enquanto conjunto de práticas e de comportamentos livremente expressos pelas pessoas. Tendo em conta a extensão das práticas, parte do material e da informação disponível remete-se para a estrutura de Apêndices e Anexos, registando-se neste trabalho apenas os seus aspectos mais relevantes.

Começa-se assim por descrever o processo relativo à fase de diagnóstico e às suas principais actividades, nomeadamente a organização e formação da equipa de trabalho, a selecção dos participantes no diagnóstico, a recolha de dados provenientes das fontes secundárias, as propostas incluídas na sinalização dos problemas e de identificação de possíveis soluções (oficinas, observação e inquéritos), a sistematização dos resultados e a ordenação, ou *ranking*, final dos principais focos da/para a intervenção.

Num segundo momento, descrevem-se as práticas integradas na fase de experimentação, que tiveram por objectivo dar resposta, na medida do possível, aos problemas identificados e às necessidades decorrentes das propostas de solução entretanto definidas. Começa-se por sistematizar o dispositivo criado, composto por quatro etapas principais. Tal como sucede com as restantes propostas, também aqui se remete parte da informação para a documentação em anexo.

Num terceiro e último momento, apresentam-se as principais actividades que fizeram parte da fase de sustentabilidade, ligadas essencialmente ao processo de reflexão sobre as práticas e à identificação de propostas de manutenção e melhoria dos resultados entretanto identificados.

1. Diagnosticar: Identificar Problemas e Possíveis Soluções

Entendido como um “instrumento de participação e de conscientização, (...) de interacção e comunicação” (Guerra, 2000, p. 139), na génese de todo o processo de intervenção esteve sempre a proposta de realização de um diagnóstico participativo. O número de participantes, os recursos humanos disponíveis, o tempo e a capacidade de sistematização instalada, levaram a que todo o processo se tenha iniciado precisamente pelo ajuste das propostas face à realidade local.

O conceito de diagnóstico participativo é habitualmente associado ao estudo, com maior ou menor rapidez, de uma determinada comunidade, durante o qual se identificam os vários aspectos que travam, limitam ou potenciam o seu processo de desenvolvimento num determinado momento, visando a construção colectiva de projectos e estratégias planificadas³¹. Trata-se de uma prática que permite não só identificar problemas e soluções para um determinado território num tempo relativamente curto, mas também aumentar os níveis de conhecimento sobre as (des)vantagens dos designados processos participativos, das suas debilidades e potencialidades relativamente a um determinado local.

A sua realização foi devidamente acautelada, sabendo-se de antemão que a tarefa estaria associada a um exigente trabalho de recolha, análise e sistematização de dados de modo a facilitar, tão rapidamente quanto possível, a construção de um “outro olhar” sobre a realidade³². Através das actividades integradas no diagnóstico visava-se dotar as pessoas, sobretudo as envolvidas na equipa de trabalho, de capacidades que lhes permitissem, de futuro, identificar num curto espaço de tempo, problemas e propostas de intervenção prática ajustadas à realidade. Na tabela 1 é possível encontrar as várias etapas que integraram a fase de diagnóstico.

³¹ Em termos de organização, um diagnóstico com estas características, deve, entre outros aspectos, ter em linha de conta que as decisões devem ser, tanto quanto possível, o reflexo do trabalho de todos os participantes; integrar as diferentes áreas ou aspectos da vida em comunidade/sociedade; reflectir os problemas sentidos pela população, deve permitir a visualização das relações internas/externas entre os vários problemas, nomeadamente as suas interdependências; ter em linha de conta quais as potencialidades/forças e oportunidades que poderão superar as fraquezas ou debilidades da comunidade local e permitir a obtenção de noções efectivas dos impactos que os problemas têm na vida das pessoas num determinado local. Ver a este respeito os trabalhos de Theis *et al.* (1991), Selener (1997), Cassinath *et al.* (2000) e Vision Mundial (2005), entre outros.

³² No fundo, pretendia-se através destas acções obter uma leitura tridimensional da realidade local composta por um conjunto de dimensões de análise, das quais se destacou desde logo i) uma **dimensão prática**, porque se pretendia identificar quais os problemas e quais as dificuldades sentidas pelas pessoas; ii) uma **dimensão prospectiva**, porque deveria permitir a identificação de potenciais áreas de intervenção ou de eventuais focos para o desenvolvimento de futuras propostas de acção e c) uma **dimensão contextual**, porque se deveria favorecer a identificação de potencialidades, possibilidades e limitações colocadas ao desenvolvimento de acções futuras

Tabela 1 - Actividades desenvolvidas durante a Fase de Diagnóstico

<i>Etapas / Actividades</i>	<i>Tipo de Actividades</i>
a. Preparação da Equipa	Reuniões, encontros, sessões de trabalho
b. Formação da Equipa	Desenvolvimento de atitudes, definição de princípios, selecção de metodologias
c. Selecção dos participantes	Organização técnica e metodológica
d. Identificação de problemas e soluções	1. Oficinas de Diagnóstico
	2. Informação proveniente de fontes secundárias
	3. Inquérito de validação
	4. Fórum 1: Escutar a População

Dado não existirem “receitas” para a escolha de métodos e técnicas a utilizar nesta fase (Guerra, 200; Mikkelsen, 2005), as orientações e opções sinalizadas pela equipa de trabalho seguiram-se de perto algumas das reflexões retiradas de relatos de experiências recolhidas a partir da análise bibliográfica geral³³. Primeiro houve que assegurar a reunião de uma equipa de apoio alargada, com catorze elementos, e mais tarde a formação de uma equipa de trabalho específica, composta por quatro pessoas, na qual nos incluímos desde início. Os necessários ajustes e adequações foram efectuados posteriormente, ao longo de várias reuniões preparatórias, tendo daí resultado uma estrutura de organização do diagnóstico participativo, composta por seis etapas sequenciais, tal como consta da tabela 2.

Tabela 2 - Etapas de Organização do Diagnóstico

<i>Etapas</i>	<i>Descrição</i>
Preparação - organização inicial	Obtenção de uma abordagem / visão geral do processo
Formação da equipa de trabalho	Criação das condições necessárias ao desenvolvimento de atitudes apropriadas e onde se ganhou a confiança necessária para avançar com o processo;
Análise da informação disponível	Análise sistemática de informações útil para o conhecimento, caracterização e adequação das propostas inseridas no diagnóstico e no restante plano de acção
Seleção dos participantes	Sinalização prévia dos participantes; compreender a realidade em que as pessoas se movimentam de modo a obter a sua concordância quanto aos fins da actividade
Sinalização dos problemas e identificação de possíveis soluções	Utilização de métodos e técnicas [caixa de ferramentas] que estimulam a participação das pessoas e respeitam as suas características sociais, culturais, económicas, tendo em conta o tempo e os meios disponíveis
Sistematização dos dados obtidos	Extracção de informações úteis para o desenvolvimento de propostas de acção futura, favorecendo a criação de contextos de retro-alimentação de todo o processo

³³ Theis et al. (1991), Pretty et al. (1995), Selener et al. (1997), Van-Veldhuizen et al. (1997), Lammerink e Jong (1999).

A Preparação – Organização Inicial

A preparação do diagnóstico envolveu todos os membros da equipa de trabalho e incluiu, como principais tarefas, a definição do método de trabalho, os seus conteúdos e o modo de organização de todo o empreendimento.

Para o efeito foram criados momentos de trabalho específico para análise e discussão de alguns dos seus aspectos determinantes, nomeadamente no que se refere à pertinência e fiabilidade da informação existente.

Ainda em fase de preparação, decidiram-se os temas a incluir e o método de realização das sessões, elaborou-se o cronograma (semelhante à Tabela 2) provisório e estabeleceram-se as primeiras responsabilidades em termos de técnicas e metodologia a aplicar.

A Formação da Equipa de Trabalho

A constituição da equipa de trabalho foi um dos aspectos essenciais para o desenvolvimento de toda a intervenção, nela raditando grande parte da estruturação geral das propostas. Para o trabalho participativo, a sistematização colectiva das atitudes e competências ajustadas ao desempenho é uma tarefa importante para a construção de actividades coerentes.

Um dos principais aspectos que fizeram parte da preparação do grupo foi desde logo a criação de espírito de equipa, onde pudessem estar devidamente assimilados factores de confiança mútua, de abertura, diálogo e compromisso entre os vários membros. A sua consolidação não foi tarefa imediata e requereu o desenvolvimento de uma prática cuidada e isenta, para além da crença genuína nas contribuições que cada um devia assumir (saber ouvir, escutar, observar e questionar).

O recurso a sessões conjuntas, envolvendo a troca de impressões sobre aspectos do acompanhamento e da avaliação das acções, a definição de princípios de trabalho, a identificação dos critérios de selecção dos participantes e das metodologias, de modo a promover a participação das pessoas, disseminar e sustentabilidade de todo o processo, foram uma constante ao longo de toda a fase de preparação.

Em termos de trabalho realizado em equipa, houve ainda lugar à realização de momentos de discussão e análise de propostas, de pesquisa de materiais de apoio, de distribuição e negociação prévia de funções e tarefas, de desenvolvimento de estratégias de trabalho, de ajustamento das disponibilidades comuns e da conciliação de tempos, espaços, materiais e equipamentos.

Análise da Informação Disponível

A obtenção de dados provenientes de fontes secundárias³⁴ constitui geralmente um bom ponto de partida para o diagnóstico. Trata-se sobretudo de informação que existe em livros e revistas, publicados por instituições e organismos de âmbito nacional e internacional, entre outras, e que permite identificar o que falta ainda ser objecto de análise.

A recolha sistemática da informação, através do recurso a fichas de análise e à sistematização da informação útil, a criação das condições necessárias para aceder aos meios de recolha, análise e/ou avaliação do que já se investigou sobre o tema, sobre a área ou o local da intervenção, foram aspectos importantes nesta fase³⁵. Em termos objectivos, este tipo de instrumentos permitiram estruturar os dados sem pôr de parte informação que pudesse posteriormente ser objecto de análise.

O trabalho realizado envolveu ainda a busca de elementos de utilidade reduzida, nomeadamente através do acesso à Internet ou da pesquisa documental, mas que acabaram por apoiar a estruturação das pesquisas iniciais, numa altura em que todos os caminhos eram possíveis e as propostas ainda demasiado amplas e diversificadas³⁶. A recolha desta informação levou à necessidade de retomar ciclicamente a pesquisa bibliográfica em torno da identificação de propostas que pudessem responder a dois critérios de ordem prática: a rapidez na construção dos instrumentos e a objectividade na estruturação dos seus vários elementos.

³⁴ Por *Fontes Secundárias* entendem-se todas as fontes de informação não directas e produzidas fora do âmbito da investigação, resultado de interpretações produzidas e editadas por pessoas, organizações ou instituições com interesse na área ou tema (estudos, manuais, ensaios, revistas, etc.).

³⁵ Ver Apêndice A.1 (Pp. 39-43). Materiais adaptados de Vision Mundial (2005).

³⁶ Tendo em conta que o tempo, a informação e os meios humanos disponíveis para o preenchimento deste tipo de materiais, muita da informação recolhida acabou por permanecer sob a sua forma inicial, aguardando tratamento à medida que se iam sucedendo as várias etapas, sem se pôr em causa a intervenção propriamente dita.

Dado o número de propostas surgidas, do tipo e dimensão dos respectivos projectos (desde pequenas intervenções localizadas, até propostas à escala global), bem como do contexto em que decorriam (desde projectos informais, até propostas de cariz eminentemente académico), a opção recaiu sobre uma proposta de organização da informação existente que nos pareceu ajustada à realidade³⁷.

A Selecção dos Participantes

A selecção dos participantes constituiu-se como um dos momentos mais delicados de toda a fase de diagnóstico. Houve por isso algum cuidado no processo de recolha dos dados e na identificação das bases de apoio e concordância que viabilizaram a realização do diagnóstico e facilitaram a comunicação entre todos os participantes.

Houve igualmente a necessidade de fortalecer, numa fase inicial, o compromisso entre os membros da equipa, clarificando-se novamente os critérios de selecção e o modo de agrupamento das pessoas, as técnicas e as metodologias.

A população que fez parte da actividade foi objecto de sinalização prévia por parte da equipa de trabalho, tendo-se começado por recolher informação de carácter geral, sobre a população e os seus membros, de entre as fontes disponíveis nos vários locais de pesquisa (bibliotecas, entidades governamentais, estudos anteriores, etc.). O processo de selecção respeitou três critérios de referência, a saber:

- i) o **género**: sinalizando, sempre que possível, igual número de homens e mulheres, de modo a favorecer a intervenção equitativa e equilibrada de todos, em moldes ajustados à realidade;
- ii) a **idade**: sinalizando as pessoas com base num conjunto de escalões etários³⁸, permitindo assim a representação e proporcionalidade entre pessoas de diferentes idades e
- iii) a **tipologia de participação**: sinalizando pessoas que, por diferentes razões ou motivos, apresentam baixos índices de participação em actividades de cariz público e/ou comunitário.

³⁷ Ver Apêndice A.1 (p. 41)

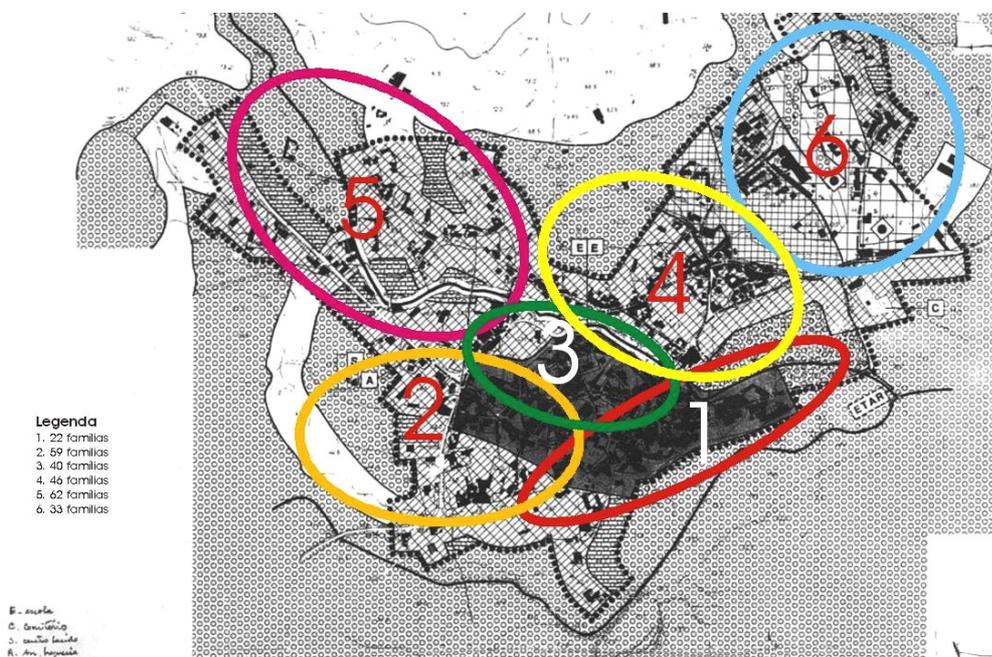
³⁸ A divisão efectuou-se para uma faixa etária compreendida entre os 0 e os 85 anos, tendo-se construído os seguintes escalões: 0-15, 16-25, 26-35, 36-45, 46-55, 56-65, 66-75, 76-85 e >85.

Desenvolvido ao longo de quatro semanas, teve por base uma amostra probabilística por conglomerados, ou clusters (Barbetta, 2002; Hill & Hill, 2005). Em termos operacionais, e depois de listados todos os agregados familiares existentes na aldeia, dividiu-se a totalidade da população em seis sub-grupos (clusters) de agregados familiares, aproveitando as divisões naturais, administrativas e geográficas, de modo a formar conjuntos razoavelmente homogéneos em número e características.

A enumeração dos agregados familiares foi apoiada por uma folha de cálculo (Excel 2003), onde se inseriram os dados relativos a cada agregado, nomeadamente quanto ao número, idade, género e nível de participação, respeitando dois momentos principais: um primeiro, onde se fez a selecção de todos os agregados, descrevendo-se as suas principais características, e um segundo, onde se procedeu à selecção aleatória dos vários elementos de acordo com o número (n) de efectivos para cada uma das seis sessões (entre 12 a 14 pessoas)³⁹.

A figura 2 ilustra o resultado obtido nesta fase, correspondendo cada círculo a um conglomerado, no qual se seleccionaram posteriormente os participantes nas primeiras seis sessões de trabalho.

Figura 2 - Zonas demarcadas durante o processo de selecção da população



³⁹ Para uma análise desta fase do processo de selecção, ver Apêndice A.1 (Pp. 36-39) e A.3.3. (Pp. 151-159)

Face aos possíveis desvios criados pela relativa homogeneidade entre os participantes provenientes dos vários conglomerados, criaram-se posteriormente quatro grupos transversais, envolvendo pessoas das várias zonas, de modo a obter informação que permitisse validar os resultados obtidos pelos seis grupos iniciais.

Com este objectivo, integraram-se ainda novos elementos tendo em conta factores como o género, idade e origem, de modo a permitir um derradeiro esforço de cruzamento e validação dos dados, nomeadamente através da criação extraordinária de quatro novos grupos: um composto apenas por homens e outro por mulheres, um terceiro grupo constituído por jovens e um último grupo de pessoas com domicílio recente na aldeia. Deste modo, a totalidade das propostas permitiu a realização de 10 sessões de trabalho.

A Sinalização dos Problemas e Identificação de Possíveis Soluções

Durante esta fase da intervenção foram realizadas várias actividades, todas elas com o objectivo de angariar informação relevante para a definição de novas propostas de trabalho, tendo como eixo prioritário a melhoria dos níveis de participação das pessoas na vida pública local. Foi durante toda esta fase da intervenção que se obtiveram os dados que mais tarde foram utilizados sob a designação de fontes primárias⁴⁰. As questões que orientaram todo este processo tiveram em conta:

- i) a necessidade de identificar, a partir das representações individuais, as potencialidades de desenvolvimento no local. A questão central foi: *o que é que a terra tem que faz com que se goste dela?*
- ii) a possibilidade de sinalizar os principais problemas sentidos pelas pessoas, mobilizando as suas expectativas e, sempre que viável, identificando possíveis propostas de solução. A questão colocada foi: *o que a terra tem que faz com que não se goste dela?*

⁴⁰ Por *fontes primárias* entendem-se todos os documentos produzidos durante o período da intervenção com o intuito de servir a investigação e a obtenção de dados sobre o problema ou a temática em causa (fontes deliberadas, como sejam os questionários, entrevistas, observações) ou que surjam como resultado natural do sistema de funcionamento em que a intervenção ou investigação se centra (fontes inadvertidas, como por exemplo as actas, memorandos, relatórios, etc.). Esta informação foi, obviamente, a que nos permitiu obter o maior número de dados a partir da nossa própria experiência de trabalho concreto na análise dos problemas e dos temas de investigação.

A acção desenvolvida com estes objectivos permitiu a participação de cerca de 75 pessoas. Para uma análise mais detalhada da organização destas actividades, passamos agora a descrever sumariamente alguns dos seus principais aspectos⁴¹.

As Oficinas de Diagnóstico

A designação oficina é habitualmente atribuída ao conjunto de actividades de cariz teórico-prático, em que um grupo limitado de pessoas, juntamente com um ou mais facilitadores, se dispõem a partilhar ideias, propostas, problemas e soluções. Estas propostas são desenvolvidas respeitando a experiência, sentimentos e reflexões livremente expressas pelos participantes, visando a obtenção de resultados práticos, passíveis de contribuir para a mudança e a transformação pessoal e social.

Para a preparação das sessões foram construídos diversos materiais de apoio. Neste âmbito, destacamos a produção de um folheto de divulgação⁴² e a construção de dois guiões de apoio: o primeiro destinado a orientar o desenvolvimento das sessões de trabalho⁴³, e o segundo tendo por objectivo estruturar a organização do espaço e o posicionamento dos vários elementos no decurso das acções⁴⁴.

Estes materiais foram concebidos durante a fase preparatória das sessões, e estruturados em função de objectivos e critérios estabelecidos para as sessões práticas. Através desta documentação foi possível não só organizar o espaço, mas também estruturar os recursos necessários, prever a mobilidade dos membros da equipa, antever situações problemáticas e identificar áreas de melhoria.

Tal como sucede com outras técnicas de intervenção, houve que cuidar dos momentos estruturantes da organização e desenvolvimento das sessões, tendo-se acautelado sobretudo os momentos de introdução, desenvolvimento e avaliação da actividade. A junção destes elementos tornou possível a identificação de um número alargado de propostas que foram posteriormente objecto de validação através de outros instrumentos, como foi o caso dos registos de observação e da realização de um inquérito de validação dos resultados.

⁴¹ Para uma análise alargada de todo o processo, ver Apêndice A.1. (Pp. 43-53)

⁴² Ver Apêndice A.2 (143-150)

⁴³ Ver Apêndice A.4.2 (p. 164)

⁴⁴ Ver Apêndice A.4.3 (p. 166)

As Observações e o Inquérito de Validação

Ao longo das várias actividades foi possível desenvolver práticas de observação, que foram apoiando de algum modo a análise e a reflexão em torno dos comportamentos, atitudes e propostas identificadas, acompanhando a generalidade das actividades, sob diversas formas.

Desenvolvida em meio natural (Estrela, 1986), permitiu a criação de interpretações úteis a partir dos acontecimentos, das atitudes, das intenções e lógicas de acção individual e colectiva (Sarmiento, 2000), tendo sido geralmente acompanhada do registo de pormenores, em documento próprio, e da anotação das principais inferências realizadas no decurso das várias acções. Em algumas situações envolveu registos não previstos, noutros casos, acompanhou a produção de materiais, a selecção de opiniões e a assimilação de indicações subjectivas, sinalizadas junto das pessoas, respeitando, na medida do possível, algum “distanciamento” face à realidade local.

O recurso à construção e aplicação de um inquérito por questionário (Ferreira, 2001)⁴⁵. As questões lançadas visavam, em primeira instância, a obtenção de elementos que permitissem não só caracterizar as áreas de intervenção previamente sinalizadas, mas também validar as propostas sinalizadas com as oficinas de diagnóstico.

A oportunidade de aplicação deste instrumento tornou ainda possível a abordagem de temáticas que não estavam de forma alguma previstas, nomeadamente a possibilidade de identificar índices e tipologias de participação, propostas de actividade de elevado potencial formativo, a sinalização de perspectivas perante a utilização e rentabilização dos espaços públicos existentes. Os inquéritos foram aplicados junto de uma amostra de cerca de 50 pessoas, seleccionadas aleatoriamente, com recurso à técnica do baú, também designada técnica da lotaria (Damas e Ketele, 1985; Hill e Hill, 2005)⁴⁶.

A Sistematização Global dos Resultados do Diagnóstico

Realizado o diagnóstico, procedeu-se à sistematização dos dados obtidos, de modo a identificar, num período de tempo relativamente curto, os problemas com maior acolhimento junto das pessoas, tendo presente as prioridades estabelecidas ao longo das várias sessões.

⁴⁵ Ver Apêndice A.5.2. (Pp. 192-198)

⁴⁶ Ver Apêndice A.1 (Pp. 54-56) e A.5 (Pp. 189-200)

Perante a informação obtida, optou-se pela inscrição de todas as menções sinalizadas durante a actividade, fazendo-se lateralmente referência ao respectivo número de pontos, ou votos obtidos⁴⁷. Através do agrupamento de todos os registos, sob a forma de conjuntos coerentes de afirmações, e do apoio de algumas apresentações gráficas, obteve-se o panorama global dos resultados⁴⁸.

Em termos gerais, foi possível identificar, desde início, a importância e a atenção dirigida para a imagem da **igreja**, da vida religiosa e dos momentos de confraternização que marcam a memória das pessoas, enquanto elementos que valorizam e “fazem com que se goste da aldeia”. Para além destes, outros aspectos tiveram relevo e destaque, nomeadamente:

- i) a importância atribuída às questões relacionadas com a **qualidade de vida** (a valorização do ar puro, da paisagem, do sossego, do convívio, entre outros);
- ii) a valorização das **sociabilidades naturais** (a ligação com a família, com o sítio onde se nasceu) e
- iii) a verbalização de **perspectivas de futuro** (acessibilidade, a boa localização da aldeia e as perspectivas de crescimento, os cuidados tidos para com as crianças e os idosos).

No que se refere à sinalização de futuras áreas (ou focos) de intervenção, o processo foi um pouco mais complexo e difícil de organizar. No conjunto dos dados, optou-se pela sistematização inicial de todas as inferências, agrupando-as sob a forma de grupos de afinidades (ou categorias) passíveis de integrar um mesmo grupo temático.

De entre os principais aspectos validados pelos participantes, destacam-se:

- A necessidade de **cuidar das estradas e ruas** da freguesia;
- A importância de **melhorar os equipamentos sociais, culturais e religiosos**;
- A necessidade de lutar contra a proliferação dos **maus-cheiros** existentes na freguesia, provenientes das explorações agro-pecuárias situadas neste território e de combater a **degradação dos recursos naturais** (fontes, linhas de água) e

⁴⁷ Ver Apêndice A.1. (Pp. 70-75) e A.4.7 (Pp. 184-188).

⁴⁸ Ver Apêndice A.4.7 (Pp. 184-188)

- As preocupações com a **gestão individual e colectiva dos lixos** (em casa e nas ruas) e o modo descuidado como estes assuntos ainda são tratados por algumas pessoas (deixando o lixo espalhado pelas estradas ou nas suas fazendas).

Todas estas problemáticas foram amplamente discutidas, tendo os problemas associados aos **maus-cheiros** recolhido o maior número de pontos, o que fez deste, e desde logo, um dos principais focos da propostas de intervenção.

Face ao amplo número de necessidades, bem como de propostas de resolução, houve que proceder à sistematização parcial dos prioridades, ou focos de intervenção, para assim se obter, em tempo útil, um elenco coerente de elementos que permitissem estruturar a intervenção de modo pertinente e ajustado à realidade local. É esse processo que passamos agora a descrever sumariamente.

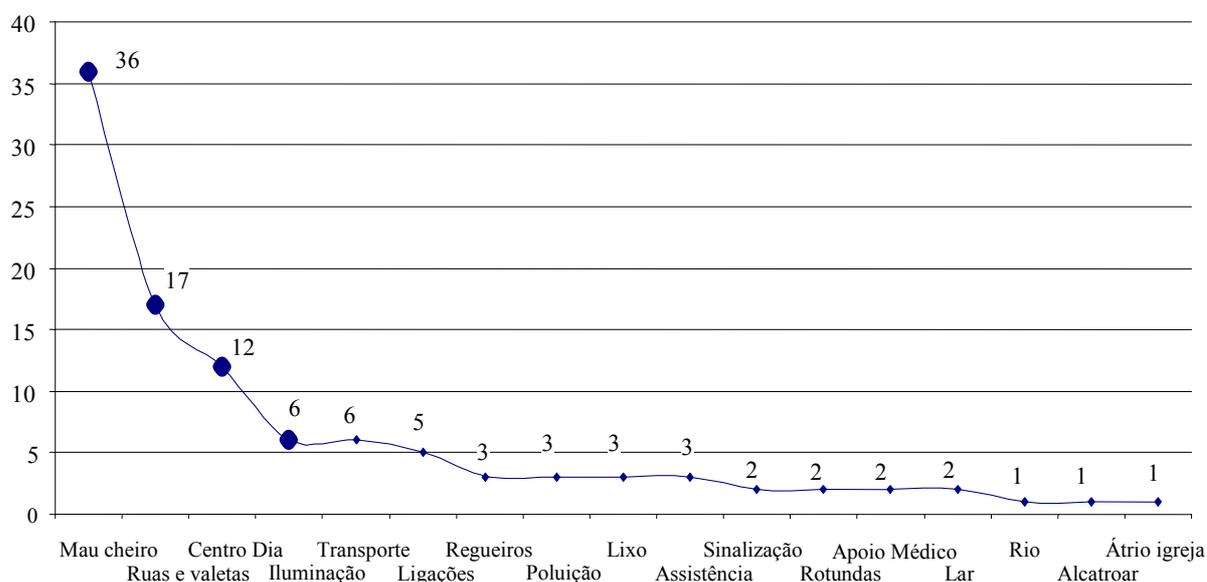
Sistematização do(s) Foco(s) da Intervenção

De todo o trabalho realizado ao longo das oficinas de diagnóstico, foi possível, num espaço de tempo relativamente curto, obter um quadro de referências objectivas que passaram a orientar a intervenção prática. Nesta fase, e para que se pudesse fazer uma leitura abrangente e clara em torno dos resultados obtidos, construiu-se um gráfico com a estrutura ordenada dos vários problemas, posicionados de acordo com a valorização obtida junto das pessoas.

A importância e o destaque atribuído a alguns aspectos levou a que desde logo pudessem ser convocados a título de **foco(s)** prioritários da intervenção. Os resultados de todo este trabalho, organizados mais tarde sob a forma de exposição e debate público, foram objecto de análise num fórum de discussão que ocorreu durante o mês de Dezembro de 2006, em plena fase de preparação das actividades previstas para o ano seguinte, tal como se veio a verificar.

Terminada a fase de recolha e análise dos dados, procedeu-se então à ordenação final de todos os dados obtidos, tendo por meta imediata o seu agrupamento no contexto da fase experimental, mantendo intacta a estrutura inicialmente prevista.

Figura 3 - Ordenação final das prioridades identificadas durante a fase de diagnóstico



O elenco de dados disponíveis foi integrado numa matriz de planeamento⁴⁹, construída para o efeito a partir da adaptação de Moer e Mclwaine (1999, p. 223), facilitando-se o seu ajuste aos principais focos da intervenção.

Este procedimento, associado à reflexão interna em torno da informação disponível, favoreceu naturalmente a recomposição de algumas das propostas iniciais e permitiu a visualização de todo o processo sob duas propostas de análise: uma leitura horizontal, que salienta os aspectos prioritários de cada proposta de (re)solução face ao problema despoletado, e uma leitura vertical, que permite analisar a sequência lógica que passou a orientar a intervenção.

Na fase final do processo de diagnóstico, sinalizaram-se finalmente os três principais focos da intervenção⁵⁰, a saber: 1) reduzir os maus-cheiros e a poluição; 2) cuidar das ruas, bermas e valetas e 3) melhorar o apoio social e comunitário.

Revistas as possibilidades e potencialidades da proposta, ajustados os elementos em função do tempo e dos espaços disponíveis e divulgados os resultados⁵¹, viabilizaram-se finalmente as propostas de acção sobre as práticas existentes, a integrar na fase de experimentação, que passamos agora a analisar.

⁴⁹ Ver Apêndice A.1 (Pp. 89-90)

⁵⁰ Para uma descrição mais alargada das propostas, ver Apêndice A.1. (Pp. 90-94)

⁵¹ Ver Apêndice A.1. (Pp. 76-79) e A.6 (201-223)

2. Experimentar: Agir Para Implementar Soluções

Na fase de experimentação, entendida como um momento de interactividade, onde se favorece a exploração colectiva de alguns dos problemas sinalizados, foi possível conceber e adaptar propostas de trabalho, entretanto ajustadas com base na avaliação das práticas existentes.

Nesta fase avançou-se com a possibilidade de realização de quatro actividades, todas elas centradas no envolvimento e participação das pessoas e na obtenção de soluções para alguns dos problemas entretanto sinalizados, tal como se pode observar na tabela 3.

Tabela 3 – A Fase Experimental

<i>Etapas / Actividades</i>	<i>Objectivos</i>
Fórum participativo	Analisar a proposta de obras na igreja
Hum que cheirinho!	Atenuar os maus cheiros existentes na aldeia
Rua + bem arranjadinha	Cuidar das ruas e valetas
Salpiquete – acção social	Criar condições para apoio da população idosa

As acções realizadas respeitaram os pressupostos retirados do diagnóstico, nomeadamente:

- a) A criação de condições que permitissem valorizar o espaço da igreja, enquanto imóvel de grande valor afectivo e simbólico para a população, quer através do acesso a apoios materiais e financeiros externos, quer através de intervenções ajustadas à localidade e ao sentimento colectivo, mobilizando o apoio e a participação dos residentes - “fórum participativo”;
- b) A criação de espaços de reflexão crítica e partilha de preocupações particulares e colectivas em torno de problemas criados pela proliferação de maus-cheiros e de fenómenos de deterioração do meio ambiente, nomeadamente quanto às linhas de água, as terras e ao ar que se respira - “Hum ... que cheirinho”;
- c) A promoção de atitudes e comportamentos favoráveis à participação, ultrapassando limitações decorrentes do relacionamento entre as pessoas e as instituições responsáveis pela gestão dos espaços públicos - “a rua + bem arranjadinha”;
- d) A criação de condições que permitissem o desenvolvimento de actividades de apoio social a adultos e idosos, aproveitando meios e recursos institucionais, rentabilizando o conhecimento e a competência adquirida pelas pessoas ao longo dos seus percursos de

vida, enriquecendo as relações e os afectos intergeracionais - associação de solidariedade.

Passamos agora a descrever sumariamente algumas das características associadas a estas quatro actividades. Pela sua dimensão no contexto geral do trabalho, remetemos parte substancial da sua estrutura para os materiais que constam dos Apêndices e Anexos⁵².

O Fórum Participativo: A Revitalização do Espaço em Redor da Igreja

A realização de um momento de discussão em torno da proposta de revitalização do recinto da Igreja surgiu, de um modo natural, no decurso das primeiras decisões retiradas do processo de diagnóstico. Muito embora não se tenha apresentado como uma prioridade objectiva, o interesse demonstrado pelas pessoas levou a que se tenha colocado como proposta de trabalho. Ao introduzir deste modo a participação das pessoas na análise e na discussão de um tema de interesse para a aldeia e suas gentes, deu-se formalmente início à fase de experimentação.

Enquanto reunião colectiva, alargada, o **fórum** assumiu-se como espaço de debate aberto, onde as pessoas tomaram contacto com o ponto da situação e com possibilidade de contactar com os seus pontos fortes e fracos, de colocar questões e sugerir ideias para melhorar as propostas existentes.

O instrumento de trabalho escolhido foi exactamente o projecto construído em torno da proposta de revitalização⁵³, que serviu de referência ao fórum, e a estratégia passou exactamente pela criação de um debate público em torno deste projecto, desde então considerado relevante para a aldeia.

A facilitação esteve a cargo da equipa de trabalho, que distribuiu entre si as várias componentes da actividade, com o apoio de um relator, de modo a que no decurso da sessão os problemas e as propostas fossem tratadas e discutidas da melhor forma. No total, foram cerca de trinta as pessoas que aceitaram o desafio de participar neste fórum, realizado a 17 de Dezembro de 2006.

⁵² Ver, a este propósito, o Apêndice A.1. (Pp. 96-120)

⁵³ Ver Apêndice A.1 (Pp. 98-102) e A.7 (224-231)

Hum que Cheirinho: Atenuar os Maus Cheiros

De entre os problemas sentidos por parte das pessoas, os maus - cheiros e as situações de desrespeito pelo ambiente e natureza foram os que atraíram maiores atenções e preocupações. A necessidade de atenuar este sentimento foi cuidadosamente analisada devido aos fortes constrangimentos causados pela proximidade física, pelo tipo de relacionamento social e familiar existentes, bem como pelas relações de poder económico e financeiro existentes.

Como primeiro passo, começou-se pela sinalização das pessoas cuja participação poderia ser determinante na obtenção de resultados e pela identificação dos recursos a ter em conta na intervenção prática.

As várias actividades foram delineadas ao longo de série de encontros preparatórios, de onde resultou um plano de acção a que se deu o nome de “Hum, que cheirinho!”. Esta proposta, gradualmente ajustada à realidade e aos recursos existentes, consolidou-se em torno de quatro momentos, ou etapas, com as seguintes características:

- i) Primeira etapa, que envolveu uma sessão de formação destinada aos elementos da equipa de trabalho, prevendo a possibilidade de recolher informação e instrumentos que apoiassem a realização de um diagnóstico da situação e o acompanhamento das actividades por parte de técnicos com experiência adquirida nestes domínios;
- ii) Segunda etapa, que incluiu a realização de algumas reflexões temáticas, sob a forma de grupo focal⁵⁴, com a participação de proprietários e de técnicos com responsabilidades locais em matéria de protecção da natureza e do meio ambiente, tendo por objectivo a clarificação dos problemas existentes e a sinalização de propostas de melhoria;
- iii) Terceira etapa, que envolveu a realização de uma caminhada temática, designada “Rota com futuro”, integrando no percurso a visita a algumas das explorações sinalizadas como focos de poluição ambiental e um momento de reflexão final, aproveitando os contactos e as observações efectuadas pelos participantes durante a actividade;
- iv) Quarta e última etapa, que incluiu a visita de estudo a uma estação de tratamento de resíduos de explorações suinícolas, distante da localidade, dando assim aos participantes, particulares e proprietários, a possibilidade de contactar com novas formas de tratamento e rentabilização dos resíduos.

⁵⁴ Também designados *focus group*.

Tratando-se de uma das actividades mais exigentes do ponto de vista técnico, foi igualmente uma das propostas onde se produziu mais matéria de reflexão crítica⁵⁵. Os resultados, que não foram condicentes com as expectativas entretanto criadas, atestam em parte estas dificuldades e do seu potencial crítico, sairá, decerto, o conjunto de reflexões de maior interesse para a interpretação de algumas das causas e consequências da participação para o desenvolvimento.

A Rua + Bem Arranjadinha: Ruas e Valetas Cuidadas

Integrada no conjunto das prioridades identificadas, a proposta de manutenção e melhoria das estradas, ruas e valetas teve por objectivo a mobilização das pessoas, associando activamente a sua participação nas tarefas de recuperação dos espaços públicos em redor da habitação e ao longo da sua rua. A estratégia visou o envolvimento das pessoas na resolução de problemas concretos, competência que por regra é atribuída à Junta de Freguesia, entidade localmente responsável por estas tarefas.

Os preparativos decorreram ao longo dos meses de Março a Maio de 2007, apoiados pela construção de materiais de divulgação⁵⁶. A instituição de um prémio, aproveitando a época de realização dos festejos anuais de Julho, a constituição de um Júri dotado de imparcialidade e a cedência de materiais, permitiram criação um enquadramento claramente favorável ao sucesso da actividade. O esforço das pessoas foi publicamente reconhecido e os prémios atribuídos foram divulgados na imprensa regional⁵⁷.

Salpiquete – acção social: a criação de uma associação de solidariedade

A criação de uma entidade colectiva que pudesse mobilizar as restantes entidades locais em torno da ideia de solidariedade teve por missão criar respostas sociais para a população, tendo em conta o seu evidente envelhecimento⁵⁸.

⁵⁵ Ver Apêndice A.1. (Pp. 102-113) e A.9 (Pp. 246-259)

⁵⁶ Ver Apêndice A.10 (Pp. 260-261)

⁵⁷ Ver Anexo 1 (Pp. 334-344)

⁵⁸ Por *Índice de Envelhecimento* entende-se a relação entre a população idosa, com mais de 65 anos, e a população jovem, dos 0 aos 14 anos, por cada 100 indivíduos.

Perante a possibilidade de constituir uma entidade com estas características, começou-se por realizar uma primeira sessão de trabalho com o grupo de pessoas que veio a constituir a chamada comissão instaladora. Um mês depois avançou-se com um nome para a associação - «salpiquete» -, uma ideia simbolicamente associada aos valores e símbolos locais.

Criando lentamente um forte espírito de reunião e de trabalho de grupo, incluindo a construção de dinâmicas de acção colectiva, a criação de espírito de grupo e a análise das partes interessadas na constituição da associação, a proposta consolidou-se finalmente por via da sua constituição legal, que teve lugar em meados de Julho de 2006⁵⁹.

3. Sustentabilizar: Reflectir (n)a Prática

Na fase de sustentabilidade, as propostas centraram-se na disseminação dos métodos e das técnicas utilizadas de modo a permitir a partilha dos resultados e o planeamento de futuras actividades, de modo a manter activo o processo e visíveis os resultados.

Na Tabela 4 enunciam-se as actividades desenvolvidas durante esta fase, que terminou em finais de Dezembro de 2007, culminando quase dois anos de intensa actividade pública em torno da promoção das práticas participativas locais.

Tabela 4 – Actividades da fase de Sustentabilidade

<i>Actividades</i>	<i>Descrição</i>
Criação de materiais audiovisuais	Boletim informativo, folhetos e blog de divulgação
Partilha de resultados	Disseminar resultados da intervenção
Jornada de Reflexão	Partilhar resultados, recolher novas propostas

Para apoio e disseminação das várias actividades realizadas foram desenvolvidos materiais específicos e aproveitadas tecnologias de fácil acesso e manutenção. Desde início que houve uma atenção especial à necessidade de cuidar dos aspectos relacionados com a divulgação e disseminação das actividades e dos resultados, de modo a que a informação chegasse ao maior número de pessoas, sobretudo no que respeita à população local.

⁵⁹ Ver Apêndice A.1 (Pp. 115-121) e A.8 (Pp. 232-245)

Para além dos folhetos e programas associados às várias actividades, uma das propostas iniciais foi o recurso aos jornais de maior dimensão concelhia, que assegurou durante algum tempo a divulgação de algumas das iniciativas⁶⁰. Outra proposta, virada essencialmente para a população local, foi a construção de um boletim informativo com periodicidade anual, que permitiu desde logo chegar a um número alargado de pessoas, que assim passaram a contar com um novo meio de informação local⁶¹.

O acesso aos novos meios de comunicação foi outro dos elementos de divulgação e disseminação seleccionados para apoio à sustentabilidade dos resultados, tendo-se procedido de modo a aceder a estas ferramentas em tempos diferentes e com objectivos igualmente diversificados⁶².

O contacto com entidades e organismos externos integrou igualmente o conjunto de propostas de sustentabilidade dos resultados. Esta componente envolveu o acesso a duas entidades, rentabilizando contactos pessoais anteriores e a existência de factores de proximidade que poderão ser melhorados num futuro próximo.

O primeiro contacto, de carácter prospectivo, realizou-se junto da Escola Superior Agrária de Santarém, tendo por objectivo a sinalização de possíveis apoios técnicos e de futuras zonas de compromisso na área da Formação e Informação das pessoas da freguesia.

Uma segunda proposta, de carácter formativo, realizou-se no contacto com a Aliende - Associação de Desenvolvimento Local – de Aldeias de Montoito, na região de Évora. Neste caso foi possível integrar no plano de formação de Agentes de Desenvolvimento os principais conteúdos das actividades realizadas. A actividade assumiu a forma de acção de formação e teve por objectivo transmitir aos participantes alguns dos principais aspectos da fase de diagnóstico.

A derradeira actividade, organizada sob a forma de oficina de reflexão, teve por objectivo avaliar globalmente a acção desenvolvida e os resultados obtidos em termos de participação das pessoas. A análise final das práticas permitiu integrar no debate novas questões inerentes à importância, aos valores e aos aspectos práticos da participação das pessoas na resolução dos seus problemas.

⁶⁰ Ver Anexo 1 (Pp. 334-344)

⁶¹ Ver Apêndice A.11.1 (Pp. 263-267) e A.11.2 (Pp. 268-271)

⁶² Ver Apêndices A.13.1 (Pp. 282-283) e A.13.2 (Pp. 284-287)

Capítulo IV - Da Participação no Desenvolvimento: Pontos de Chegada

Neste capítulo procede-se à sistematização dos principais mobilizados a partir da reflexão sobre as práticas realizadas no contexto de toda a intervenção. As descrições são enquadradas no âmbito da PAD e reproduzem o balanço ciclicamente efectuado em torno das actividades, dos seus efeitos sobre a realidade, as opiniões das pessoas e sobre os próprios responsáveis pelo trabalho, as suas perspectivas e as implicações que se poderão retirar do trabalho prático.

Começam-se por descrever, em síntese, os aspectos mais relevantes do processo que permitiu caminhar do diagnóstico participativo para as propostas de participação, unidas sob um mesmo denominador comum: construir, de modo tão participado quanto possível, soluções viáveis para os problemas identificados.

Num segundo momento assinalam-se os principais aspectos que decorrem das práticas que fizeram parte da fase de experimentação, ou de acção/intervenção concreta, nas áreas e nos moldes definidos durante a derradeira etapa de consolidação dos resultados do diagnóstico.

Num terceiro momento reflectem-se finalmente os efeitos de toda a intervenção, mobilizando-se diferentes olhares sobre o mesmo processo: por via da construção de um diagrama dos fluxos da intervenção, que permite visualizar esquematicamente o seu posicionamento final no contexto das práticas realizadas, por via da análise de conteúdo das entrevistas semi-estruturadas que foram efectuadas junto de alguns dos participantes e junto dos membros da equipa de apoio; por via da reflexão pessoal em torno do percurso efectuado e das aprendizagens que se poderão retirar da prática.

No fundo, pretende-se uma breve ilustração das principais inferências a retirar de todo este trabalho, que poderão ainda ser mobilizados para a discussão em torno das iniciativas e propostas com forte enfoque na participação das pessoas no/ para o desenvolvimento local.

1. Escutar a População: Do Diagnóstico às Propostas de Participação

A opção pelo diagnóstico participativo, e por dinâmicas com enfoque determinante na participação das pessoas, colocou-nos perante um processo amplo, do ponto de vista técnico, e exigente, do ponto de vista pessoal.

Referimo-nos, obviamente, às questões de disponibilidade, para partilhar a(s) diferença(s) e a multiplicidade dos participantes, e para acolher a totalidade de propostas de intervenção possíveis, tendo obviamente que escolher, seleccionar e sistematizar aquelas que mais se adequavam ao contexto da intervenção.

Em termos gerais, o sucesso do diagnóstico dependeu de um considerável número de factores, alguns deles apenas concretizados no decurso das actividades. Destacam-se neste domínio, alguns aspectos relevantes, nomeadamente:

- a **dificuldade no acesso à informação**, em quantidade e em qualidade, sobretudo se tivermos em conta que o trabalho em torno das práticas participativa não é, por hábito, objecto de estudo sistemático nestes locais, muito embora integre zonas ou agrupamentos de maior dimensão que são analisados ciclicamente (Sistema de Saúde, Educação, Segurança, entre outros).
- a **dificuldade na obtenção de condições de trabalho** para os elementos da equipa (em termos de materiais, de espaço e de tempo, ...), associada às contrariedades e imprevistos que vão surgindo, pelos mais variados motivos, no que respeita à contextualização e divulgação das práticas;
- a **necessidade de monitorização interna** dos tempos e dos espaços das actividades, do respeito pelas estratégias delineadas e pelas tarefas de coordenação do trabalho desenvolvido;
- a **necessidade de aprofundar competências** de sistematização ao nível da
 - i) selecção de metodologias e métodos para apoio às actividades,
 - ii) da definição e preparação das actividades,

- iii) da recolha e sistematização dos seus resultados, nomeadamente no que se refere à transferência dos resultados para a documentação final (pois há que ter em conta o tempo necessário e a prática na elaboração destes documentos)⁶³,
- iv) da identificação dos focos prioritários para a intervenção, sobretudo no que se refere à identificação de instrumentos simples, de fácil ajuste e adaptação face à realidade concreta onde se desenrola a acção.

Para além destes aspectos, a fase de diagnóstico trouxe para primeiro plano um elemento que, embora não previsto, favoreceu a construção de uma “perspectiva instrumental” do processo, acabando por marcar de forma evidente o desenrolar das várias actividades. Falamos neste caso da criação natural de um grupo de “afinidades políticas e sociais”, que acabou por acompanhar todo o processo, onde a partilha de preocupações e de compromissos familiares, económicos, sociais ou políticos, mascararam por vezes a sua dimensão real através do cumprimento da sua **missão participativa** repetidamente observada, por oposição ao afastamento ou **(de)missão participativa** das pessoas provenientes de sectores que, desde muito cedo, manifestaram a sua recusa e resignação face às actividades.

O relacionamento inter-pessoal, associado a um contexto de grande proximidade, despoletou assim uma constelação de atitudes e comportamentos contrastantes, de favorecimento, de reserva e contenção, aos quais se juntou o receio de magoar e de ferir susceptibilidades na discussão de problemas concretos, favorecendo-se a descrença na resolução partilhada dos problemas e a instrumentalização das práticas, a exemplo do que já se tinha identificado durante o período de trabalho inicial (Black, 1991; Nesta, 2005; Sachs, 2005)

A existência de uma cultura de raiz pouco participativa, associada a um clima de suspeição sobre estas propostas, instituiu durante algum tempo a desconfiança e, por conseguinte, dificultou o alargamento da participação a outras pessoas.

Tal facto terá pesado também na dependência criada em torno das lideranças implícitas no processo, atribuídas desde muito cedo aos elementos da equipa de trabalho, que, por via da visibilidade proporcionada, se transformaram em líderes naturais, reféns de uma promessa outorgada pela prática.

⁶³ Trata-se de uma competência relevante, que pode ser melhorada pelo acesso a documentação já produzida. A visualização de documentos já existentes, disponíveis, por exemplo, na Internet, foi um elemento de apoio extraordinariamente importante.

2. Da Acção Sobre a Prática: Das Propostas à Intervenção Concreta

Embora devidamente organizado nas suas múltiplas actividades, a fase de experimentação foi, sobretudo, um momento de superação pessoal e colectiva, de constante aprendizagem e uma oportunidade para testar as nossas próprias (in)capacidades. Sinalizados os focos da acção sobre a prática, transformadas as propostas de intervenção em acções concretas, foi durante esta fase que se tornaram visíveis as virtualidades da acção participativa e se transportaram para primeiro plano algumas evidências, cujas características passamos agora a descrever resumidamente.

A **aproximação entre as pessoas**, por via do esforço colocado na procura de soluções para alguns dos problemas sentidos, apoiando-as na busca de melhores condições de vida, facilitando o contacto entre as pessoas e os responsáveis pela política local. As dinâmicas criadas possibilitaram o encurtamento das “distâncias” e deram visibilidade aos responsáveis políticos locais. A sua posição, socialmente falando, saiu reforçada de toda a actividade.

O **apetrechamento e a aprendizagem técnica**, por via da reflexão e das acções realizadas, mobilizadas para a prática sob a forma de caixa de ferramentas, sem no entanto se cair na sua excessiva dependência, favorecendo-se a abertura face a propostas flexíveis e ajustadas à realidade, sem pôr de parte a possibilidade de futuras abordagens neste sentido, dado que as pessoas se manifestaram receptivas face à continuidade das práticas.

A **crença no discurso, mais do que na acção**, tendo em conta que se valorizaram, sobretudo, os resultados obtidos por via da discussão pública, promotora da participação consciente e favorável à identificação de consensos, de novas propostas ou ainda à inovação perante resultados de outras intervenções, tendo sempre por objectivo a melhoria das práticas e da acção participativa a nível local, pelo menos enquanto prática discursiva.

A **materialização das dificuldades**, por via das oportunidades de contactar directamente com as dificuldades sentidas pelas pessoas, que assim têm a possibilidade de as poderem verbalizar, personalizando-as e chamando a atenção para os efeitos que têm sobre as suas condições de vida. Decorrente da consciencialização destas dificuldades, sobressaiu o efeito de responsabilização individual e colectiva na sua resolução, o que favoreceu a busca imediata de soluções para algumas das propostas lançadas, ainda que marginais face às prioridades da intervenção (igreja, fontes, linhas de água, situações de exclusão, social, entre outras).

A **construção das possibilidades**, através da consolidação de uma estrutura concreta, e permanente, sob a forma de associação de solidariedade, através da qual se tornou possível assegurar a continuidade das propostas. Entendida, desde início, como uma das componentes necessárias ao sucesso da intervenção, só mais tarde se tornou visível o seu papel na sustentabilidade das práticas e na disseminação dos princípios e valores que estiveram afectos às várias acções.

Enquanto resultado palpável, a associação foi o único elemento concreto que sobreviveu à própria intervenção, mantendo intactas as possibilidades de, em diferentes momentos, dar continuidade à acção participativa para o desenvolvimento. Sob um outro ponto de vista, menos favorável é claro, sobressaem outros aspectos, dos quais se destacam:

- i) a necessidade de acautelar as propostas de **divulgação** das acções,
- ii) a tendência para encarar as situações de potencial conflito, na sua forma discursiva, tal como já referido, aceitando conversar sobre os assuntos e deixando que a sua resolução seja “amarinada” pelo tempo, geralmente longo, da decisão, e
- iii) a possibilidade de **erosão das práticas**, associada ao cansaço da equipa de apoio, situação que reforça a necessidade de depositar em alguns destes elementos – ou em agentes externos – a animação, a inovação e a criatividade, repondo ciclicamente as energias necessárias à manutenção das propostas de trabalho.

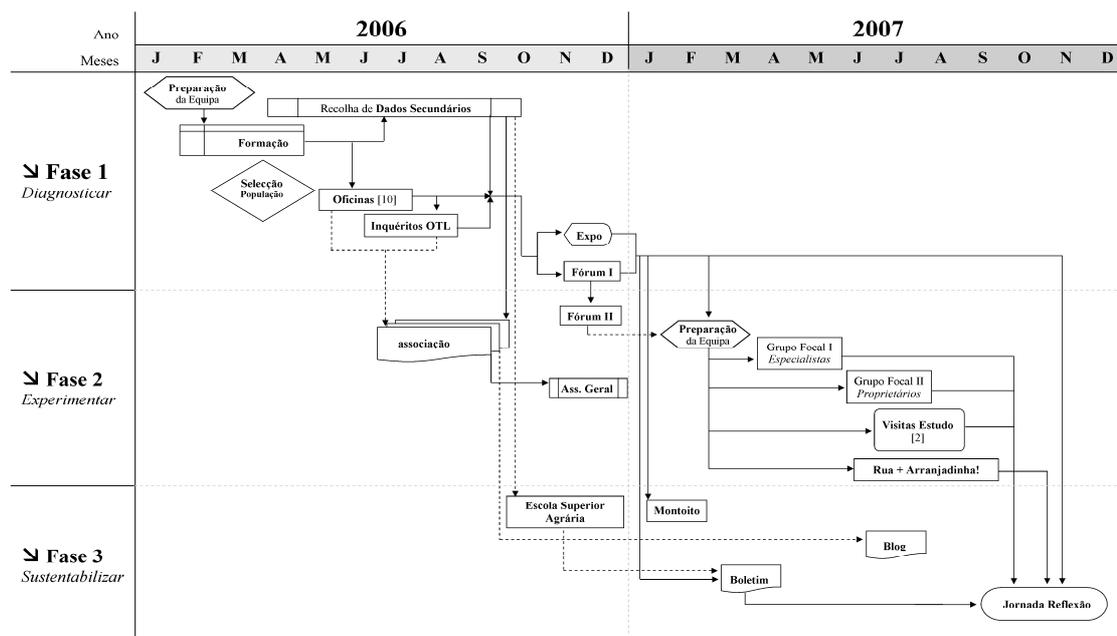
3. Da Reflexão Sobre as Novas Práticas: Análise dos Efeitos da Acção

Após a realização das actividades foi possível obter uma visão de conjunto, por via da construção de um fluxograma geral (figura 4), o que favoreceu a leitura mais abrangente sobre resultados das práticas.

De todo o processo, e como já referido, apenas a criação da associação se assumiu como um contributo evidente para a sustentabilidade da acção participativa. As restantes propostas acabaram por sofrer a sua progressiva recomposição nas estruturas e nos procedimentos existentes.

O aproveitamento dos recursos endógenos, nomeadamente das capacidades, competências e expectativas disponibilizadas por alguns dos residentes, assume-se igualmente como estímulo para a promoção de novas acções, para além de ser um elemento que reforça a auto-estima e a identidade local.

Figura 4 - Fluxograma geral das actividades desenvolvidas



A **apropriação do discurso em torno das práticas participativas** passou a fazer parte das propostas de acção local, presença constante nos esforços e reforços de algumas actividades, ou na sua transferência para outras áreas, nomeadamente para questões relacionadas com a saúde, a segurança e a educação, entre outras. Face a este contexto, as propostas de investigação e o dispositivo criado em torno da acção participativa constituíram a matriz ideal para a análise do(s) sentido(s) que as pessoas atribuíram à participação e às actividades realizadas.

Nesta sequência, foi possível avançar para a realização uma série de entrevistas semi-estruturadas junto de alguns dos elementos que, directa ou indirectamente, participaram nas várias acções⁶⁴, de modo a angariar informação que nos permitisse ilustrar empiricamente alguns elementos de interesse para a reflexão em torno das novas práticas desenvolvidas, o que faremos de seguida⁶⁵.

⁶⁴ Ver relatório das entrevistas, protocolos e análise de conteúdo no Apêndice A.15 (Pp. 293-333)

⁶⁵ As transcrições dos aspectos ilustrativos das entrevistas são acompanhadas da indicação do número de entrevista, E1, E2, ...

Do(s) Sentido(s) da Participação: A(s) Perspectiva(s) dos Participantes

No que diz respeito à importância atribuída pelas pessoas à intervenção, as referências indicam que se terá tratado sobretudo de uma *proposta ajustada à realidade*. A importância de se *ouvirem as pessoas* para assim se introduzirem melhorias de facto foi outros dos aspectos mencionados, muito embora também tenham existido referências menos abonatórias.

Neste caso, o facto de ter existido *pouca participação* em algumas das actividades onde seria importante assegurar um número considerável de pessoas (no caso, toda a actividade em torno da sensibilização para o problema dos maus-cheiros), foi visto como um aspecto bastante desfavorável no contexto da intervenção

O enfoque na participação das pessoas assume, aliás, um duplo estatuto: por um lado é entendido como uma ideia *popular*, que assegura o êxito das propostas e agrada à população, que pode assim ver melhoradas as suas perspectivas, nomeadamente porque

“Tendo mais gente a participar nestas iniciativas vai-se tornar mais importante e vai resultar melhor. Quanto mais gente estiver, melhor vai correr porque temos a experiência de mais gente, de mais pessoas a pensar organizadamente” (E5).

Por outro lado, é vista como *impopular*, dado que se acha que devem ser os líderes e os gestores locais a ter a responsabilidade de saber o que se deve fazer; não devem ser as pessoas a dar a sua opinião porque elas muitas das vezes não sabem bem o que querem:

“Porque as pessoas até nem compreendem, ao fim e ao cabo, aquilo que se pretende (...) aparecem pessoas que não sabem mesmo nada sobre o que é que é bom, o que é que é melhor, o que é que se há-de fazer e ... pronto, não estão dentro do esquema” (E7).

Quanto ao *enfoque dado à participação das pessoas*, a sua valorização é evidente, apesar de se tratar de um aspecto que requer disponibilidades várias (pessoal e de tempo), que depende em muito das pessoas, dos seus (des)interesses, das suas competências e aptidões, da capacidade de manter viva a vontade de participar:

“a gente andamos cá e enquanto cá andarmos e tivermos capacidade para fazer alguma coisa, vai-se fazendo pela vida. Melhorar melhorando. O caminho faz-se caminhando, como diz o outro.” (E1).

Participar parece assim associar-se *mais a vantagens do que a desvantagens*, porque permite contactar directamente com a realidade das coisas, permite melhorar as práticas a partir da opinião das pessoas, dá força, estímulo e sentido às actividades:

“é uma grande ajuda se as pessoas participarem. Porque se não participarem, está claro, as coisas não seguem para a frente. Fica tudo mais parado não é! Assim, com a ajuda de todos, as coisas melhoram.” (E3)

As *desvantagens*, quando existem, estão ligadas ao favorecimento de comentários e *“intrigues”*, sobretudo porque localmente fomenta-se muito a valorização dos maus resultados, do erro, das coisas más e não daquilo que acontece de bom,

“Só se vê aquelas que estão mal feitas. Não há nada perfeito. (...) o bom não tem valor nenhum. O que tem valor é ... não é o cão que mordeu no homem, é o homem que mordeu no cão. A notícia é o homem morder no cão” (E1)

e à possível desresponsabilização dos líderes locais, dado que

“os responsáveis é que têm que administrar a nossa terra e pedir o apoio das pessoas. Agora estar a pedir opiniões!” (E7)

A ocorrência de situações de *não participação*, sobretudo quando se colocaram em prática actividades que envolveram o contacto e o confronto face a alguns dos problemas identificados, nomeadamente no que diz respeito à situação dos maus-cheiros, justificou a necessidade de questionar as pessoas. Enquanto prováveis causas para esta ocorrência, foram mencionados os seguintes aspectos:

i) porque as pessoas têm *medo*, têm *receio* de dar a cara, de ser falados na praça pública, ou de sofrer represálias pelos seus actos, porque

“têm medo de ver o nome deles a ser falado, fulano tal e tal, não gostam de vir para a praça pública ... Depois falam falam e na hora da verdade ninguém quer dar a cara” (E1), “porque nós estávamos a dar a nossa cara a um problema existente.” (E6).

ii) porque as pessoas têm *pouca disponibilidade*, preferem o consenso, são serenas, bondosas, mas também *imprevisíveis*. No fundo, é uma característica natural, própria das pessoas, sobretudo quando se vive numa sociedade pequena, onde predomina a proximidade,

“falam mas é por trás. Manifestam-se e pronto, faz conta que é como dar uma entrevista ao outro” (E4), “Não se importam de agora dizer que sim sobre o assunto e daí por um bocado já estar ao contrário do mesmo assunto” (E7)

iii) porque as pessoas *valorizam os assuntos de forma diferente* e por vezes também desconhecem as áreas e os problemas que existem, porque

“Quando toca a melindrar este ou aquele a coisa é mais difícil, agora se for coisas que não tem nada de mal para ninguém, só tem de bom, aí é mais fácil conseguir que as pessoas participem activamente” (E7).

Quanto aos registos obtidos com as entrevistas realizadas junto dos membros da equipa de trabalho, foi referida a *importância das acções realizadas*, nomeadamente no que respeita à *melhoria do contacto entre as pessoas* e ao seu *contributo efectivo para a dinamização da acção local*.

Estas actividades podem, segundo os entrevistados, desencadear ou despoletar algo ainda mais relevante e significativo, dado que

“Permitiu-nos conhecer pessoas, saber o que é que as pessoas pensavam da terra e partilhar com elas as necessidades e aquilo que elas mais sentem que falta à terra e aquilo que elas mais gostam na terra, que no fundo foi a parte mais interessante.” (EE2). “acho que foi se calhar o principio de alguma coisa que poderemos chamar da tal participação que faz falta, das pessoas se abrirem um bocadinho mais.” (EE1)

Relativamente *ao processo e à metodologia adoptada*, os dados de maior incidência vão para o facto da actividade ter sido alvo de alguma resistência inicial, favorecida pela coincidência de se ter iniciado lado a lado com um contexto marcadamente politico-partidário e ideológico. Esta *proximidade* permitiu, segundo os entrevistados, a criação de ligações imediatas entre o campo da intervenção e o *campo da luta política* e partidária,

“Aquilo foi feito um bocado logo a seguir às eleições e isso, se calhar também, para algumas pessoas, fez com que a participação de algumas pessoas fosse feita um bocadinho com o pé atrás. Julgo que teve alguma influência, não sei! Foi muito perto das eleições.” (EE2)

Um outro aspecto focado neste domínio foi a influência negativa que assumiu o *fraccionamento das dinâmicas*, a ocorrência temporária de momentos de menor incidência das práticas, ciclicamente conjugadas com momentos de grande intensidade,

“Aquilo que nós tínhamos conseguido naquela primeira fase, da identificação, das prioridades dos problemas, depois na parte da intervenção, acho que houve ali qualquer coisa que não resultou tão bem. Aí ... talvez a metodologia utilizada, as estratégias que utilizámos para chamar as pessoas às actividades” (EE1)

Também as diferenças na *dimensão e importância atribuída às problemáticas*, o seu relevo sobre a prática e sobre alguns dos seus principais aspectos (poder económico, financeiro, proximidade familiar e afectiva, ...), foram elementos que acabaram por determinar a obtenção de resultados,

“Vimos que as pessoas foram participando menos, principalmente nas actividades relacionadas com os maus cheiros, naquilo que realmente afectava a maioria das pessoas.” (EE1)

No que respeita às *aprendizagens retiradas da prática*, as referências encontradas centram-se sobretudo nos aspectos relacionados com a *capacitação técnica e pessoal* dos entrevistados, enquanto intervenientes e sujeitos no processo e nas actividades realizadas:

“Jamais me passaria pela cabeça dinamizar uma actividade dessa natureza, e eu penso que de facto voltaria a fazer porque aprendi imensas coisas. (...) foi até uma mais valia para a minha vida profissional e até pessoal, em termos de formação pessoal.” (EE1)

Dos Aspectos Formativos da Experiência: Lições da Prática

Da nossa participação em todo este longo processo de investigação na prática e de prática da investigação decorre um considerável número de questões que gostaríamos de ilustrar, em jeito de lições retiradas da prática.

Após sistematizadas e reflectidas as experiências associadas à execução, ao acompanhamento, avaliação e reformulação das propostas e actividades, passamos agora a salientar alguns dos seus principais efeitos, enquanto legado significativo para futuras intervenções.

No que diz respeito à metodologia utilizada, realçam-se os seguintes aspectos:

- O esforço de distanciamento, enquanto sujeito e objecto ao longo de toda a intervenção, associado à melhoria das competências de sistematização das práticas e dos resultados entretanto obtidos;
- O envolvimento concreto em processos de transferência de informação de carácter teórico para aplicação na prática e vice-versa;
- O confronto com a necessidade prática de desenvolver longos períodos de trabalho de produção escrita e de reflexão em torno da prática, por vezes difícil de aceitar por parte dos restantes membros da equipa de trabalho, pressupondo, tanto quanto possível, o reforço das competências de controlo interno sobre as propostas e sobre as estratégias de desenvolvimento das práticas;
- A importância atribuída à *sequencialidade* e *lógica interna* dos momentos e das questões. A prossecução de dinâmicas ajustadas ao local e aos participantes, a sistematização dos materiais e equipamentos necessários, a verificação prévia das propostas de modo a ter uma noção aproximada dos momentos, das *capacidades* e *competências* a mobilizar em cada momento e em cada situação.
- A necessidade de encontrar designações para a actividade que fossem clara e facilmente percebidas por todas as pessoas, de coordenar previamente os vários momentos de *transição interna* e as *movimentações* dos moderadores, de modo acautelar o funcionamento equilibrado das sessões;
- A importância depositada na preparação e na construção de materiais de apoio foi uma conquista e um dispositivo essencial. A estruturação sistemática de guiões permitiu a organização individual dos membros da equipa, ao nível do respeito pelos tempos e espaços de cada proposta, bem como pelo tipo de fluxos e movimentações necessárias;
- A necessidade de registar constantemente os detalhes e pormenores de qualquer actividade constituiu um forte elemento de apoio e estruturação do processo, da necessária pesquisa documental e da forma como se processa a re-introdução dos dados da reflexão na acção propriamente dita;

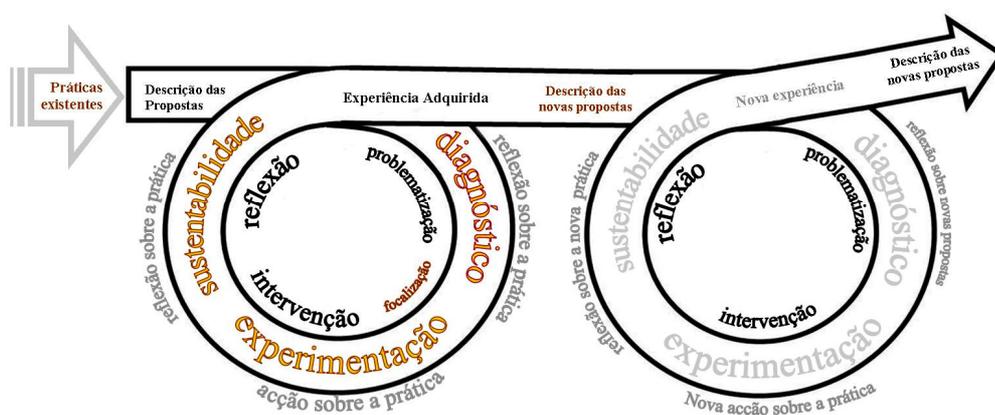
■ O despertar de consciências proporcionado pelas acções de cariz mais participativo reforçou a importância atribuída à *animação* do processo. A participação imediata e perene, que perdura sem este tipo de compromissos, não só não acontece naturalmente, como passa por esta constante necessidade técnica;

■ A duração e intensidade das propostas e do tempo de mediação entre si, manifestaram uma influência determinante na componente pró-activa das actividades, bem como a introdução de ajustamentos e reformulações que influem negativamente nas dinâmicas e nas propostas existentes;

■ A organização das actividades, a necessidade de reformulação e adequação dos instrumentos face aos momentos de conflito que foram surgindo, favoreceu o acesso e manuseamento de instrumentos (guiões, escalas e listas de verificação), técnicas de recolha (fotografias, registos e memorandos) e tratamento de dados (folhas de cálculo, brochuras e boletins), formas de organização das actividades (acolhimento, acompanhamento e monitorização) de promoção e divulgação de resultados (jornais e acções de formação), de actualização de procedimentos no acesso a novas tecnologias de informação e comunicação (correio electrónico, Internet, blogosfera), entre outros.

No que se refere a uma possível reconceptualização da proposta de intervenção, por via atribuição de significado às práticas realizadas, permitimo-nos ainda ilustrar, no contexto do ciclo de aprendizagem na vida real, algumas inferências retiradas das práticas realizadas, mobilizando para o efeito o ciclo da aprendizagem proposto por Lammerink (2002), já ilustrado anteriormente.

Figura 5 – Características do modelo de intervenção proposto: ciclo da aprendizagem a partir da experiência



Nesta sequência, respeitando as três fases da intervenção, foi possível identificar algumas das atitudes relevantes em termos de aprendizagem, nomeadamente:

- Na Fase de Diagnóstico, para além da descrição das práticas existentes e da clarificação do que se pretende (e de onde se partiu), houve lugar a uma reflexão sobre as práticas existentes, apoiada de modo a obter um foco de orientação, claro e evidente, que permitisse esboçar uma proposta viável e ajustada à realidade.
- Na Fase de Experimentação, as práticas foram ajustadas face às propostas existentes, assumindo a forma de acção concreta sobre a prática (já existente), com os meios e os recursos disponibilizados. Ao longo da intervenção, foram-se recolhendo elementos concretos que puderam mais tarde ser reflectidos em função da possibilidade de sinalização de novas práticas;
- A Fase de Sustentabilidade construiu-se exactamente em torno dos resultados reflectidos, em segunda instância – *num esforço de reflexão em torno das práticas realizadas sobre a prática existente* –. Esta dimensão poderá ser determinante na identificação e descrição de novas propostas, o que constitui(rá) uma nova atitude e um novo comportamento face à realidade e às práticas que se vão sucedendo.

Por último, e recorrendo ainda aos dados de análise das entrevistas, encontramos um conjunto de quatro áreas ou domínios de sistematização das aprendizagens, nomeadamente:

a) *A melhoria do auto-conhecimento* relativo às capacidades, incapacidade e potencialidades pessoais:

“Aprendi a conhecer melhor a minha aldeia. E as pessoas que moram cá. As suas necessidades, as suas ... se calhar até as suas angústias” (EE1), “Aprendi a partilhar mais com as pessoas as ideias, aprendi mais a escutar as pessoas, que é importante porque as pessoas gostam de ser escutadas” (EE2)

b) *Mais consciência face aos problemas* do(s) outro(s), salientando que o aumento do número e intensidade de contactos e experiências permitem uma maior e melhor percepção perante a realidade:

“a parte onde as pessoas falaram das questões afectivas, aquilo que realmente as apoquentam, em termos afectivos, que não têm a ver com a parte material nem com a

estrutura física, mas que tem a ver com o relacionamento entre as pessoas, portanto essa parte para mim mexeu um bocado comigo.” (EE1)

c) Mais *atenção aos aspectos da divulgação das actividades*, um factor chave para o sucesso de qualquer intervenção:

“Em termos de divulgação, acho que aí perdemos um bocadinho as pessoas, não sei, talvez a metodologia utilizada não fosse a correcta, mas senti que perdemos um bocadinho as pessoas.” (EE1), “fazer com que fossem mais pessoas, teria que se arranjar qualquer coisa que conseguíssemos levar mais pessoas a partilhar connosco os problemas delas. Isso era fundamental. Na divulgação, ver qual é que era a melhor maneira de divulgar a actividade para mais pessoas participarem.” (EE2)

d) Mais *flexibilidade e abertura à partilha* enquanto requisito importante para a criação de contextos favoráveis à participação das pessoas:

“Isso está um bocadinho no cerne da participação, acho que nós temos que lhe dar um bocadinho e elas tem que nos dar um bocadinho, nesse sentido, para depois se conseguir abri o leque e partirmos para outras coisas.” (EE1)

A organização das ideias e dos valores que resultam de todo o trabalho realizado, dá-nos ainda matéria para reflectir durante muito mais tempo. Este é, mais que um ponto de chegada, uma perspectiva que nos irá acompanhar no regresso ao contacto com as práticas de participação: o seu carácter inacabado, de percurso em permanente construção, o apelo à renovação das propostas e à recomposição das aprendizagens, agora sob um novo enquadramento proporcionado pela experiência. Este regresso ao início será agora matéria de reflexão final.

Considerações Finais

Ao longo deste trabalho tentámos dar conta do processo de intervenção e investigação levado a efeito no âmbito das propostas lançadas por via da nossa integração no 3º Curso de Mestrado em Desenvolvimento Diversidades Locais Desafios Mundiais. É agora chegado o momento de destacar, a título de considerações finais, algumas das inferências que fomos retirando em função das práticas realizadas e o modo como estas se enquadram nas propostas da investigação

Aquando dos primeiros passos, e logo que ultrapassada a diluição das múltiplas propostas lançadas neste âmbito, dificilmente se imagina o que pode surgir da junção virtuosa das cambiantes da investigação aplicada, das perspectivas pessoais e das expectativas criadas no contacto curricular com algumas das suas matérias mais interessantes e susceptíveis de interessar a alguém que, como nós, vê na área do *desenvolvimento* muito mais que simples dilemas e contrariedades conceptuais.

A opção por uma temática tão ampla e apetecível nas suas múltiplas formas e abordagens, devem levar-nos, por isso, a aproveitar ao máximo o leque de experiências e de práticas que ao longo de dois anos se foram alimentando e reflectindo.

Era nossa intenção problematizar, na medida do possível, algumas das principais características associadas à temática do desenvolvimento, as suas possibilidades e alternativas num mundo de contrariedades, onde as lógicas do fenómeno da globalização reforçam a necessidade e o apelo da proximidade do local, enquanto espaço e tempo da(s) identidade(s), constantemente revisitada(s).

Elegemos a participação, ou melhor, as suas práticas no contexto do desenvolvimento local, para reflectir concretamente, e no respeito pelos dados da própria experiência, sobre o modo como nos nossos dias se podem ainda tentar melhorar as práticas, na perspectiva da criação de melhores condições de vida no que diz respeito a um local específico e a um tempo determinado.

Dito de outra forma, foi nossa intenção saber como melhorar as práticas, jamais perdendo de vista a possibilidade de saber qual a importância e qual o sentido que as pessoas, no local, atribuem a estas propostas, como analisam e o que aprendem no contacto com estas

experiências, numa altura em que “a educação para a cidadania se revela em ruptura com as teorias da democracia como participação” (Lima, 2005, p. 74).

Depreende-se que não se tratou de uma tarefa fácil de enfrentar, muito menos se aceita, ainda hoje, como um empreendimento possível de se levar por diante apenas guiado pelos aspectos ou pelos horizontes pessoais, sem atender às exigências de uma metodologia que, ao mínimo deslize, nos deixa(rá) de(s) orientar, lançando por terra todo o esforço e todo o trabalho nela depositados.

Ficarão as experiências, as sensações, as aprendizagens, dirão alguns. Pois bem, mas convenhamos que obter um resultado de soma nula para tamanho investimento, não permitirá, porventura, a introdução de grandes mudanças nas nossas práticas, sobretudo quando analisadas à luz do “*Mito de Sísifo*”, parábola eficaz, e igualmente válida, para o mundo em que vivemos.

Retomemos então os nossos pressupostos iniciais: que contributos poderemos nós acrescentar a um domínio já de si tão repleto de contribuintes e consumidores, a um mercado que não conhece fronteiras nem limites e a uma prática cuja sustentabilidade se ancora exactamente no seu confronto com o inesperado? (Black, 1991).

Exactamente isso, angariar elementos que permitam enfrentar da melhor forma o inesperado, que nos preparem para alguns dos desafios que irão persistir num futuro que jamais será o que nós esperamos que seja, e que favoreçam as implicações práticas que acabam por resultar da nossa participação e experiência na/sobre a prática.

Balanço Crítico e Retoma das Ideias Iniciais

O tema da participação das pessoas na vida pública e na tomada de decisões continua, e continuará, a estar intimamente ligado aos debates sobre a natureza humana e a organização da em sociedade.

Não nos deveremos por isso surpreender por continuar a ser matéria que, de um modo geral, alimenta divergências e discordâncias e promove a criação de novas e renovadas propostas de superação, o mesmo é dizer: que promove os meios e os mecanismos que nos permitem ir construindo lentamente a realidade em que vivemos.

Mas o envolvimento em intervenções concretas, o recurso e a partilha de instrumentos de apoio e melhoria da acção participativa, associado à reflexão sobre as práticas realizadas permite sempre um novo e renovado olhar sobre a metodologia e o modo como se procedeu à sua aplicação na prática.

A melhoria das práticas surge assim vinculada ao esforço de sistematização e ajustamento dos seus pressupostos e objectivos de intervenção., Esta postura leva a que hoje se identifique a proposta de intervenção, no caso concreto da PAD, como tendo um elevado potencial quando aplicada a contextos em que se tenha por objectivo a melhoria da acção participativa. Isto porque permite claramente ampliar uma série de factores que induzem o respeito pelas pessoas e pelas características do local, saiu valorizado o seu enfoque no contexto local.

Também pelo facto de facilitar a incorporação de um leque alargado de possibilidades técnicas, proveniente da experiência adquirida e acumulada, e de não excluir quaisquer propostas de trabalho (desde que previamente ajustadas à realidade local), sai reforçado o seu respeito pela acção prática, pelas características dos intervenientes e pela *sequencialidade* do processo.

Por outro lado, e porque permitiu ligações imediatas a propostas de trabalho de diferentes dimensões, favoreceu a criação de dispositivos de intervenção ajustados à realidade, a mobilização de diferentes actores, materiais, equipamentos, espaços e tempos, num contexto globalizante e sistémico, em que se facilita a participação generalizada das pessoas no desenvolvimento da sua localidade.

Tal evidência sai ainda reforçada pelo facto de se tratar de uma metodologia que se associa também as questões de natureza qualitativa, no que diz respeito aos procedimentos e às práticas desenvolvidas, valorizando sobretudo questões colocadas em torno do modo *como* decorrem as acções e do modo *como* se favorece a participação, mais do que as questões de ordem quantitativa.

Em suma, tratando-se de uma metodologia que pode favorecer a emergência de acordos partilhados em torno de propostas comuns, integra diferentes pontos de e estimula a transparência entre desacordos, transformando-os em recursos negociáveis ou passíveis de incorporação nas propostas de trabalho.

Por isso se reforça que “o desenvolvimento deve integrar com vantagem elementos da investigação participativa” (Fragoso, 2005b, p. 47), onde os aspectos distintivos “*não são os métodos, mas os contextos metodológicos da sua aplicação*” (Cornwall e Jewkes, 1995, p. 1667), muito embora jamais se deva obviar que tal facto requer um cuidado imenso na demonstração destas ligações.

Decorrente da necessidade de repensar alguns destes conceitos à luz de novas exigências, submetendo todo o processo aos ajustamentos da prática, favorece-se portanto a construção de conhecimento, na medida em que (re)conhece, sobretudo, “*aquilo que fazemos*”. Uma agradável constatação que nos pode levar à tanto à actividade redobrada como ao desespero (Arendt, 1958, p. 359).

Ora, porque “*ninguém é dono da prática, aprende-se participando e sabe-se porque se participa (...), a participação e o conhecimento relacionam-se de forma muito íntima*” (Wenger, 2008, 14), o desenvolvimento de uma intervenção com estas características permite associar à construção de novas práticas, a produção de conhecimento que, em termos pessoais, poderá apoiar novas acções. Agindo deste modo, integramos a acção realizada no contexto de uma possível construção teórica em torno dos resultados entretanto sinalizados.

Das Perspectivas em Torno do Desenvolvimento e da Participação

Tal como sucede com outras áreas, constata-se que, também no caso do *desenvolvimento*, impera a polissemia e a complexidade, provenientes, em parte, do elevado número de informação e documentação existente. Tratando-se de conceitos onde se misturam, e multiplicam, cedências e transferências, coloca-se ao desenvolvimento a questão de saber como sobreviver(à) entre as ortodoxias e as heterodoxias que coexistem nos seus vários domínios (Arocena, 1986), entre as propostas da teoria e os imprevistos da prática, entre o desenvolvimento da necessidade e a necessidade do desenvolvimento⁶⁶.

Ainda que quiséssemos, não será no contexto deste trabalho que poderemos angariar contribuições face à dimensão *macroscópica* do conceito de desenvolvimento (Blaise,

⁶⁶ Referimo-nos às propostas de reflexão crítica que advogam a mudança paradigmática pós-desenvolvimentista (Amaro, 2005). Resta saber se a reflexão em torno destas matérias justifica(rá) a necessidade de superação deste conceito, a possibilidade de construção de uma possível Ciência(s) do Desenvolvimento (Mikkelsen, 2005), onde seja visível a sua dimensão e importância no mundo actual.

2004), enquanto fenómeno social (Sedas Nunes, 1968). Mas poderemos sempre considerar ajustada a possibilidade de contribuir através do envolvimento responsável, na resolução de problemas que, em primeira instância, nos dirão respeito, até pelo facto de concordarmos que “quando todo o país tiver fundações de quatro, cinco pessoas para ajudar o que for local, e que elas conhecerem, teremos a maior fundação que pode ser feita” (Agostinho da Silva, cit. por Sousa, 2000, p. 218).

Este poderá ser, aliás, o primeiro passo para se falar em participação no desenvolvimento: ir além da mera presença física, reforçando o envolvimento mental e emocional, sentir-se motivado para contribuir por via da criatividade e da capacidade de iniciativa, aceitar assumir responsabilidades por problemas que, embora dizendo respeito a todos, passam a ser vistos como sendo nossos (Aiwa, cit. por Lucas, 2000).

A participação, na sua escala *microscópica* (Blaise, 2004), da relação face-a-face, ombro-a-ombro, pode assim ser aceite como uma ferramenta, uma escolha e uma técnica imprescindível para a intervenção no desenvolvimento (Cracknell, 2000; Mota, 2000).

O alargamento e a extensão das práticas de participação são, do ponto de vista teórico, condição generalizada da quase totalidade dos projectos e programas de ajuda internacional. Convirá no entanto, e sempre que possível, ir além desta retórica (Esteves, 2001, p. 276), muito embora a prática nos traga elementos que reflectem as dificuldades no acesso aos exigentes patamares do Desenvolvimento Participativo (Schneider e Libercier, 1995; Fragoso, 2005b).

Portanto, não se tratam de intervenções cuja *portabilidade* entre contextos seja fácil de assegurar, e a incerteza e as necessidades de adaptação, reprojecção e reorientação das propostas levam a que as teorias (o sentido e os modelos) sejam geralmente diferentes das práticas (as estratégias e as propostas) (Black, 1991).

Entre as falácias populistas, que associam à participação das pessoas a todo um vasto conjunto de virtudes, e as paternalistas, que depositam nos técnicos a capacidade e a competência para agir e decidir nesta matéria (Cernea, citado por Esteves, 2001, p. 270), existirão, decerto, contextos que permitem movimentações favoráveis entre a investigação e a acção participativa, por via da intervenção directa das pessoas e dos investigadores.

O debate e a aprendizagem em torno do desenvolvimento e da participação saem reforçados à medida que se “*viaja, que se navega entre contextos*” (Wenger, 2008, p. 16), tal como as nossas perspectivas de devem encontrar a partir da reflexão sobre esta experiência e na sua multiplicação a outros espaços, apesar de continuarmos inseridos em contextos onde se favorece menos a criação de competências críticas (Batista, 2006), do que a crítica das competências para o desenvolvimento.

De qualquer forma, poderemos sempre questionar as nossas práticas de modo a ilustrar algumas das implicações que a experiência teve no nosso próprio processo formativo.

Das Práticas em Torno da Acção Participativa: Aprendizagens a Partir da Experiência

Todos sabemos que nem sempre os discursos reflectem as práticas. E em termos retóricos, por vezes favorece-se a abertura e a participação cívica e depois em termos práticos, assiste-se à selectividade e à criação de desigualdades. Nesta perspectiva, dá-se agora renovado sentido à ideia de *encenação* em torno da participação e da acção participativa (Lima, 1988).

A prática activa da participação coloca dificuldades aos seus proponentes: querer que todos participem, construir cidadãos participativos numa sociedade democrática leva ao combate em várias frentes, sobretudo ao nível das estruturas existentes e dos processos a desencadear neste âmbito.

O facto de não existir um “passe de mágica”, uma “chave” ou “fórmula milagrosa” para a acção participativa e a evidente ligação dos sucessos para com a vontade individual cria a dependência técnica e metodológica de algumas destas práticas, depositando-se os factores de sucesso na possibilidade de mudança de comportamentos e atitudes, o mesmo será dizer, na adopção de estratégias de *formação na/ para a participação*.

É mais ou menos como a ideia que se tem relativamente ao que se deve ou não comer de forma mais saudável e à prática do exercício regular: “*em princípio, ninguém é contra, mas na prática pouca gente o faz de forma voluntária*” (Bröse, 2005, 12). Há por isso que motivar as pessoas.

No fundo “há um preço a pagar” pela introdução de práticas participativas no quotidiano das pessoas. Exige-se por isso persistência, continuidade e insistência nestas propostas, ainda que este tipo de práticas pareça oscilar de acordo com o ritmo dos ciclos e das agendas políticas locais.

A existência de focos de (des)confiança entre as pessoas parece levar ao refrear das suas expectativas e a ocultação dos seus problemas, sentimentos e julgamentos perante a vida pública, dado que certas considerações sobre a realidade local publicamente assumidas são por vezes passíveis de utilização indevida. Tal facto parece favorecer, por vezes uma certa tendência para a criação de falsos consensos, onde a emoção se afirma com um “*sim*”, a razão fecha-se sobre o “*não*”.

O reforço constante da importância atribuída à prática da participação – a acção participativa –, parece ser uma necessidade por vezes mais técnica que cívica, um critério de acesso e sucesso se tivermos em conta sobretudo as indicações e recomendações existentes ao nível das propostas e projectos existentes na área do desenvolvimento local (parceria, partenariado, trabalho em rede, empowerment).

A importância da *animação* constante, para além da necessidade de afectar, sempre que possível, uma equipa multidisciplinar a todo o processo, especialmente na fase experimentação, o facto de se colocarem reservas ao nível das interacções pessoais e sociais, deve reforçar a necessidade de mobilização de estratégias de trabalho e de formas de assertividade por parte dos responsáveis.

A promoção e manutenção de visitas de estudo e partilha de resultados, a par do necessário distanciamento e objectividade crítica, devem ser elementos de valorização das propostas, evitando que as intervenções caiam em práticas rotineiras, onde a sua normalização poderá ser um risco.

No caso concreto que nos tem ocupado, e tal como já referido, muitas foram as pessoas que, embora tendo participado nos vários momentos e em várias das actividades realizadas, quando chegou o momento de atribuir formas de sustentabilizar algumas das iniciativas (caso da criação da associação e da aceitação das propostas de redução dos maus – cheiros), acabaram por se afastar de um modo gradual e abandonar quase totalmente a proposta e os locais onde habitualmente se preparavam as actividades.

Os motivos que parecem estar na base destes procedimentos reforçam a necessidade de repensar esta realidade em cada novo contexto de intervenção. A tendência para a auto-gestão, enquanto etapa final que pressupõe o assumir de responsabilidades, assume-se como uma etapa constantemente inacabada, uma tarefa em construção que requer apuradas negociações em torno dos benefícios da participação.

As pessoas parecem não gostar de ver reduzidas as suas possibilidades de dispôr livremente dos recursos, preferindo, por vezes, remeter-se ao “*silêncio dos interesses*”, à medida que aumenta a intensidade dos conflitos (Gronemeijer, cit. por Lammerink e Wolfers, 1994).

Trata-se de um fenómeno ampliado pelas percepções abissais (Santos, 2007) que são favorecidas pelos *mass media*, onde a participação é duplamente versada: se por um lado se associa de imediato a todo um vasto conjunto de benefícios sociais, económicos (a participação nos benefícios) e políticos (os benefícios da participação), é, por outro, elemento e instrumento de luta e manifestação de vontade pessoal e colectiva⁶⁷, quer pela abstenção ou mesmo pela “*não participação consciente*”.

A este respeito, talvez valha a pena revisitar as ideias de Gil (2007, p. 145), quando afirma que “nós (portugueses) temos medo de experimentar. Porque temos medo do que irão dizer de nós. Partimos sempre do princípio que o que vão dizer é negativo, desvalorizante. (...) Isso cria logo um medo que nos paralisa. Faz com que se tenha prudência. Bom senso”.

Em resumo, que perspectivas poderemos ainda retirar de todo o processo, que implicações poderemos mobilizar para futuras acções neste domínio?

Em primeiro lugar, relembrar o destaque dado à “construção sócio-familiar” dos cenários onde se decorrem as práticas de participação. Uma encenação já referida (Lima, 1988), que associa os esforços de promoção e visibilidade a um nível marcadamente simbólico (tokenismo, na designação de Arnstein, 1969)⁶⁸.

⁶⁷ Veja-se, neste sentido, o exemplo das manifestações de *desobediência civil* e da *oposição pacífica* de Mahatma Gandhi (1869-1948) e seus seguidores

⁶⁸ A designação Tokenism neste contexto refere-se ao simbolismo do acto participativo, a uma forma de participação limitada, conciliadora, uma falsa aparência da participação ou uma versão “light”, embora legítima.

Em segundo lugar, uma referência à *materialização das (in)capacidades* por parte das pessoas directamente envolvidas nas actividades, nomeadamente porque a necessidade de resolver problemas concretos em situações por vezes difíceis e imprevisíveis, suscita a aprendizagem e a resolução de problemas e dificuldades por vezes desconhecidas.

Em terceiro lugar, a necessidade de acautelar os processos de liderança implícita, proveniente da exposição continuada dos responsáveis pelas práticas, que assim se colocam inadvertidamente, na situação de potenciais gestores outorgados pela prática.

Por último, mas não menos importante, a necessidade de atender ao(s) perigo(s) que emanam da erosão das práticas e da fragmentação das dinâmicas, ambos já referidos neste trabalho, reforçando a necessidade de contribuir continua e progressivamente para a animação dos contextos em que se pretende intervir.

Em suma, e retomando uma ideia que nos reintegra nas motivações com que partimos para este trabalho, continua(rá) a ser importante criar propostas que nos permitam “ter intensidade de vida, de pensamento, de acção, para que possamos inscrever-nos na nossa própria vida” (Gil, 2007, p. 149), e acordar de um suposto “sono profundo” (Gronemeijer, cit. por Lammerink e Wolfers, 1994) que teimamos em não abandonar.

Bibliografia

- Adato, M., J. Hoddinott e L. Haddad, (2005). *Power, Politics and Performance: Community Participation in South African Public Works Programs*, International Food Policy Research Institute: Washington, Research Report 143
- Adely, F. (2004), Learning and Teaching About Participatory Development: The Practical and Theoretical Challenges, *Current Issues in Comparative Education* 6(2): 64-72.
- Almeida, L. e T. Freire (2000). *Metodologia da Investigação em Psicologia e Educação*, Braga: Psiquilibrio.
- Amaro, R. R. (1993), As Novas Oportunidades de Desenvolvimento local, *A Rede Para o Desenvolvimento Local*: 16-22.
- Amaro, R. R. (1998), O Conceito de Desenvolvimento Local no Quadro da Revisão do Conceito de Desenvolvimento, em Esdime: *Desenvolver (des)Envolvendo: Reflexões e Pistas para o Desenvolvimento Local*, Esdime: Messejana.
- Amaro, R. R. (2005), Desenvolvimento – Um conceito ultrapassado ou em renovação? Da Teoria à Prática e da Prática à Teoria, *Cadernos de Estudos Africanos* 4: 35-70.
- Amiguiinho, A. (2005), Educação em Meio Rural e Desenvolvimento Local, *Revista Portuguesa de Educação*, 18 (2): 7-43.
- Andreassen, M., B. Mikkelsen (2003). *Bibliography on Participation and Participatory Methods in Development Work and Research*, Institute for International Studies: Copenhagen.
- Arendt, A. (1958). *A Condição Humana*, Relógio d'Água: Lisboa.
- Armando, C., S. Lafraya, J. Soto Lobillo, P. C. Rodrigo (1998). *Los Métodos del Diagnóstico Rural Rápido y Participativo*, Serrania Rincón de Ademuz: Valência.
- Arnstein, S. R. (1969), A Ladder of Citizen Participation, *Journal of American Institute of Planners* 35(4): 216-224.
- Arocena, J. (1986). *Le Developpement par L'initiative Local: Le Cas Français*, L'Harmattan: Paris.
- Auster, P. (1994). *A Solidão Reinventada*, Bertrand: Lisboa.
- Avritzer, L. (2003), Modelos de Deliberação Democrática: Uma Análise do Orçamento Participativo no Brasil, em B. S. Santos (Org.): *Democratizar a Democracia: Os Caminhos da Democracia Participativa*, Afrontamento: Porto.
- Ballard, D. (2005), Using Learning Processes to Promote Change for Sustainable Development, *Action-Research* 3(2): 135-156.
- Baptista, A. (2006), Competências Críticas Para o Desenvolvimento, *Pessoas e Lugares* 37: 7-7.
- Bardin, L. (1979). *Análise de Conteúdo*, Edições 70: Lisboa.
- Benko, G., A. Lipietz (org.) (1992). *As Regiões Ganhadora, Distritos e Redes: os Novos Paradigmas da Geografia Económica*, Celta Editora: Oeiras.
- Benôt, Y. (1973). *Que é o Desenvolvimento?*, Sá da Costa: Lisboa.
- Black, J. (1991). *Development in Theory and Practice: Bridging the Gap*, Westview Press: Oxford.
- Blackburn, J., J. Holland (1998). *Who Changes? Institutionalizing Participation in Development*, Intermediate Technology Publications: London.

- Blaise, Y. (2004). *Montage et Gestion Participative des Projets de Development Rural: Outils et Methodes d'Intervention*, École Nationale d'Agriculture : Meknés.
- Bogdan, R., S. Biklen (1994). *Investigação Qualitativa em Educação: Uma Introdução à Teoria e aos Métodos*, Porto Editora: Porto.
- Bourdieu, P. (1989). *O Poder Simbólico*, Difel: Lisboa.
- Braakman, L. (2003), The Art of Facilitating Participation: Unlearning Old Habits and Learning New Ones, *Participatory Learning Action Notes* 48: 15-20.
- Bröse, M. (Org.) (2005). *Metodologia Participativa: Uma introdução a 29 instrumentos*, Tomo Editorial: Porto Alegre.
- Bruto da Costa, A. (1998). *Exclusões Sociais*, Gradiva: Lisboa.
- Cabannes, Y. (2004), Participatory Budgeting: A Significant Contribution to Participatory Democracy, *Environment & Urbanization: Participatory Governance* 16 (1): 27-46.
- Câmara Municipal de Rio Maior (2002). *Diagnóstico Social do Concelho*, Programa Rede Social: Rio Maior.
- Cambell, J., V. Salagrama (2001). *New Approaches to Participation in Fisheries Research*, Food and Agriculture Organization of the United Nations: Rome.
- Canário, R. (1999). *Educação de Adultos: Um Campo e uma Problemática*, Educa: Lisboa
- Canário, R., B. Cabrito (Org.) (2005). *Educação e Formação de Adultos: Mutações e Convergências*, Educa Formação: Lisboa.
- Cassinath, N., R. Garcia, M. Vargas, D. Bethune, J. McCullough, M. Wilson, J. Lorne, N. Preston (Orgs.) (2000). *Trabajando Juntos: Manual de Campo para Trabajo en Proyectos de Agua*, Universidad de Calgary: Calgary.
- Castel, R. (1995). *As Metamorfoses da Questão Social: Uma Crónica do Salário*, Editora Vozes: Petrópolis
- Castelloe, P., T. Watson, C. White (2002), Participatory Change: An Innovative Approach to Community Practice, *Journal of Community Practice* 10 (4): 7-32.
- Chambers, R. (1983). *Rural Development: Putting the First Last*, Longman Scientific & Tehnical: Essex.
- Chambers, R. (2004), Reflections and Directions: A Personal Note, *Participatory Learning Action Notes* 50: 23-34.
- Chambers, R. (2004b). *Ideas for Development: Reflecting Forwards*, Institute of Development Studies: Brighton, Working Paper 238
- Chambers, R. (2005). *Participatory Workshops: a sourcebook of 21 sets of ideas & activities*, Earthscan: London.
- Clayton, A., P. Oakley, B. Pratt (Orgs) (1997). *Empowering People: A Guide to Participation*, INTRAC Civil Society Organizations and Participation Programme: Oxford.
- Cleaver, F. (2004), Institutions, Agency and the Limitations of Participatory Approaches to Development, em Cooke, B. e U. Kothari (Eds.): *Participation, the New Tyranny?*, Zed Books: London.
- Coelho, J. (2006). *Metaplan – Um caminho para a participação*, Aliende Adl: Montoito.
- Coelho, J. (2006b). *Análise das Partes Interessadas*, Aliende Adl: Montoito.
- Coelho, J. (2006c). *Participação Razão e Problemas*, Aliende Adl: Montoito.

- Cohen, L., L. Manion (1990). *Métodos de Investigación Educativa: Investigación en la Acción*, La Muralla SA: Madrid.
- Cohen, L., L. Manion (1994). *Research Methods in Education* (4ª Ed), Routledge: London.
- Coller, X. (2000). *Estudio de Casos*, CIS: Madrid, Cuadernos Metodológicos 30
- Collins, S. (2005), An Understanding of Poverty from Those Who Are Poor, *Action-Research* 4 (1): 9-31.
- Cooke, B. (2004), The Social Psychological Limits of Participation, em Cooke, B. e U. Kothari (Eds.): *Participation, the New Tyranny?*, Zed Books: London.
- Cooke, B., U. Kothari (Eds.) (2004). *Participation, the New Tyranny?*, Zed Books: London.
- Cordioli, S. (2001). *Enfoque Participativo: um processo de mudança. Conceitos, instrumentos e aplicação prática*, Génesis Edições: Porto Alegre.
- Cordioli, S. (2005), Enfoque Participativo no Trabalho com Grupos, em M. Bröse (Org.): *Metodologia Participativa: Uma introdução a 29 instrumentos*, Tomo Editorial: Porto Alegre.
- Cornwall, A., R. Jewkes (1995), *What is Participatory Research?*, *Social Science and Medicine* 41(2): 1667-1676.
- Cornwall, A., G. Pratt (2003). *Pathways to Participation: Reflections on PRA*, Intermediate Technology Publications: London.
- Correia, J. A. (2005), A Formação da Experiência e a Experiência da Formação num Contexto de Crise do Trabalho, em R. Canário e B. Cabrito (Org.): *Educação e Formação de Adultos: Mutações e Convergências*, Educa Formação: Lisboa.
- Cortesão, L. (1998), Da Necessidade da Vigilância Crítica em Educação à Importância da Prática de Investigação-Ação, *Revista de Educação* VII (1): 27-32.
- Courtois B., G. Pineau (1991). *La Formation Expérientielle des Adultes*, La Documentation Française: Paris.
- Cracknell, B. E. (2000). *Evaluating Development Aid: Issues, Problems and Solutions*, Sage Publications: London.
- Cressey, P., V. Di Martino, M. Bal, T. Treu, K. Traynor (1988). *Participation Review: A Review of Foundation Studies on Participation*, European Foundation for the Improvement of Living and Working Conditions: Luxembourg.
- Cristóvão, A. (1996), Desenvolvimento dos Meios Rurais”, em Conselho Nacional de Educação: *Actas do Seminário sobre Educação e Meios Rurais: Problemas e Caminhos do Desenvolvimento*, CNE: Lisboa.
- Cristóvão, A. (2002), Mundo Rural: Entre as Representações (dos urbanos) e os Benefícios Reais (para os rurais), em M. Riedl, J. A. Almeida e A. L. Barbosa: *Turismo Rural: Tendências e Sustentabilidade*, EDUNISC: Santa Cruz do Sul.
- Damas, M. J., J. M. Ketele (1985). *Observar para Avaliar*, Almedina: Coimbra.
- Denzin, N., L. Lincoln (Eds.) (2000). *Handbook of Qualitative Research*, Sage Publications: Beverley Hills CA.
- Durston, J., F. Miranda (2002). *Experiências y Metodologia de la Investigación Participativa*, CEPAL - Economic Commission for Latin América and the Caribbean: Santiago do Chile, Políticas Sociales nº 58

- Esdime 1998) *Desenvolver (des)Envolvendo: Reflexões e Pistas para o Desenvolvimento Local*, Esdime: Messejana.
- Esteva, G. (2005), Development, em W. Sachs (Ed.): *The Development Dictionary: A Guide to Knowledge as Power*, Zed Books: Atlantic Highlands.
- Esteves, J. A. (2001), A Investigação-Ação, em A. S. Silva, J. M. Pinto (Org.): *Metodologia das Ciências Sociais*, Afrontamento: Porto.
- Estrela, A., M. Falcão (1992), Investigação-Ação em Educação: Problemas e Tendências, em A. Estrela, M. Falcão (Org.): *Actas do 1º Colóquio Internacional da AFIRSE/AIPELF*, Universidade de Lisboa: Lisboa.
- Estrela, A., M. Falcão (Org.) (1992). *Actas do 1º Colóquio Internacional da AFIRSE/AIPELF*, Universidade de Lisboa: Lisboa.
- Featherstone, M. (Org) (1990). *Global Modernities*, Sage Publications: Thousand Oaks.
- Ferreira, F. (2005). *O Local em Educação: Animação, Gestão e Parceria*, Fundação Calouste Gulbenkian: Lisboa.
- Ferreira, V. (2001), O Inquérito por Questionário na Construção de Dados Sociológicos, em A. S. Silva, J. M. Pinto (Org.): *Metodologia das Ciências Sociais*, Afrontamento: Porto.
- Flower, C., P. Mincher, e S. Rinkus (2000), Participation Processes in the North, *Participatory Learning Action Notes* 38: 14-18.
- Frada, J. J. (2001). *Guia Prático para a Elaboração e Apresentação de Trabalhos Científicos* (11ª Ed), Microcosmos: Lisboa.
- Fragoso, A. (2005), Contributos para o debate teórico sobre o desenvolvimento local: Um Ensaio Baseado em Experiências Investigativas, *Revista Lusófona de Educação* 5: 63-83.
- Fragoso, A. (2005b), Desenvolvimento Participativo: uma Sugestão de Reformulação Conceptual, *Revista Portuguesa de Educação* 18 (1): 23-51.
- Freire, P. (1996), Educação e Participação Comunitária, *Inovação* XIX (3): 305-312.
- Freudenberger, K. (1999). *RRA and PRA: A Manual for CRS Field Workers and Partners*, Catholic Relief Services: Baltimore.
- Friedman, J. (1996). *Empowerment, uma politica de desenvolvimento alternativo*, Celta Editora: Oeiras.
- Furtado, C. (1974). *O Mito do Desenvolvimento Económico*, Paz e Terra: Rio de Janeiro.
- Gabarrón, L., L. Landa (1994). *Investigacion Participativa*, CIS: Madrid, Cuadernos Metodológicos nº 10
- Gant, K. (2000), Consultation or Active Participation? Community Arts and Participatory Appraisal Workers Working Together to Really Involve Local People in Decision Making, *Participatory Learning Action Notes* 38: 29-31.
- Garrafiel, D., F. Nobre, J. Dain (1999). *Manual da Metodologia Pesa: Uma Abordagem Participativa*, PESACRE: Rio Branco
- Gil, J. (2007). *Portugal, Hoje: O Medo de Existir*, Relógio D'Água: Lisboa.
- Grupo de Lisboa (1994). *Limites à Competição*, Publicações Europa-América: Lisboa.
- Guerra, I. (2000). *Fundamentos e Processos de uma Sociologia de Acção: O Planeamento em Ciências Sociais*, Principia: Cascais.

- Gujit, I., M. Shah (Eds) (1998). *The Myth of Community – Gender Issues in Participatory Development*, Intermediate Technology Publications: London.
- Hammersley, M. (1993). *Educational Research: Current Issues*, Paul Chapman Publish: Liverpool.
- Harnmeijer, J. (2001), Participatory as Can Be... A Case Study of an Evaluation, *Participatory Learning Action Notes 41*: 46-50.
- Harvey, D. (1989). *The Condition of Post Modernity*. Basil Blackwell: Oxford.
- Henriques, J. M. (1990). *Municípios e Desenvolvimento: Caminhos Possíveis*, Escher: Lisboa.
- Hill, M., H. Hill (2005). *Investigação por Questionário*, Edições Sílabo: Lisboa.
- Hoft, K. (Ed.) (2006). *Endogenous Development in Practice: Towards Well-Being of People and Ecosystems*, ETC Compas: Amsterdam.
- Holland, J., J. Blackburn (1998). *Whose Voice? Participatory Research and Policy Change*, Intermediate Technology Publications: London.
- Jaques, L., E. Dillmann (Org.) (1997). *Dinâmicas Participativas*, DESAPEAR: Calgary.
- Jara Holliday, O. (2006). *Para Sistematizar Experiências*, Ministério do Ambiente: Brasília.
- Jarvis, P. (2001), O Futuro da Educação de Adultos na Sociedade de Aprendizagem, *Revista Portuguesa de Pedagogia 35*(1): 13-30.
- Kapiriri, M., J. Caminade, R. Vernooy (Org) (2005). *Participatory Research and Development for Sustainable Agriculture and Natural Resource Management: A Sourcebook*, International Development Research Centre: Ottawa.
- Kemmis, S. (1993), Action Research, em M. Hammersley: *Educational Research: Current Issues*, Paul Chapman Publish: Liverpool.
- Ketele, J. M, X. Roegire (1993). *Metodologias da recolha de dados: Fundamentos dos Métodos de Observação, Questionários, Entrevistas e Estudo de Documentos*, Instituto Piaget: Lisboa.
- Korf, B. (2002), Does PRA Makes Sense in Democratic Societies?, *Participatory Learning Action Notes 44*: 65-69.
- Kumar, S. (2002). *Methods for Community Participation: A Complete Guide for Practitioners*, Intermediate Technology Publications Ltd.:Warwickshire.
- Lammerink, M. P., I. Wolffers (1994). *Selección de Algunos Ejemplos de Investigación Participativa*, VDA - Groep Amersfoort: La Haya.
- Lammerink, M. P. (1995). *Aprendiendo juntos: Vivencias en Investigación Participativa*, Vanguardia: Manágua.
- Lammerink, M. P., D. Jong (Org.) (1999), Community Water Management, *Participatory Learning Action Notes 35*: 21-28.
- Lammerink, M. P., P. Bury, E. Bolt (1999b), An Introduction to Participatory Action Development (PAD), *Participatory Learning Action Notes 35*: 29-33.
- Lammerink, M. P. (1999c), A Detailed Look at the PAD Approach, *Participatory Learning Action Notes 35*: 34-41.
- Lammerink, M. P. (2000), La Education Popular en la Promoción de Iniciativas pro Desarrollo, *Revista Diálogos*, V(22): 39-48.

- Lammerink, M. P., B. Posthumus, W. Weperen (2000b), *Trading Places, Trading Ideas': Review of the Second 'Dare-to-Share Fair' on Participatory Development, Participatory Learning Action Notes* 37: 9-13
- Lammerink, M. P. (2001). *Aprendizaje por la experiencia*, FMD: Haarlem.
- Lammerink M. P., E. Bolt (2002). *Supporting Community Management: A Manual for Training in Community Management in The Water and Sanitation Sector*, Fmd/IRC: Delft/Haarlem, Occasional Paper Series OP 34 E
- Lammerink, M. P. (2006). *Towards Improved Development-Oriented Research Partnerships: Lessons Learned from the Biodiversity Research Programme*, SEARCA Philippines: Laguna.
- Langley, P. (1987). *Doing Social Research*, Causeways Press: Oxford.
- Le Boterf, G. (1986), La Investigación Participativa: Una Aproximación para el desarrollo local, em J. M. Quintana (Coord.): *Investigación Participativa e Educación de Adultos*, Nancea: Madrid.
- Lessard-Hébert, M., G. Goyette, G. Boutin (2005). *Investigação Qualitativa: Fundamentos e Práticas*, Instituto Piaget: Lisboa.
- Leurs, R. (1996). *A Resource Guide for Trainers and Facilitators of Participatory Learning and Action*, Development Administration Group: Birmingham.
- Lima, L. (1987), Organização e Administração de Projectos de Investigação e Desenvolvimento em Educação de Adultos, *Revista Fórum* 2: 27-46.
- Lima, L. (1988). *Gestão das Escolas Secundárias: A Participação dos Alunos*, Livros Horizonte: Lisboa.
- Lima, L. (1990). *Projecto Viana (1983-1988): Um Ensaio de Investigação Participativa*, UEA Univ. Minho: Braga.
- Lima, L. (2005), Cidadania e Educação: Adaptação ao Mercado Competitivo ou Participação na Democratização da Democracia?, *Revista Educação, Sociedade e Culturas* 23, 71-90
- Lipovetsky, G. (1989). *A Era do Vazio*, Relógio D'Água: Lisboa.
- Lopes, A. S. (2006), Encruzilhadas do Desenvolvimento: Falácias, Dilemas, Heresias, *Revista Crítica de Ciências Sociais* 75: 41-61.
- Lucas, E. T. (2000), We Decide, They Decide For Us: Popular Participation As An Issue In Two Nigerian Women's Development Programmes, *Africa Development*, XXV (1/2): 75-98.
- Madeira, A. I. (1995), A Importância do Diagnóstico da Situação na Elaboração do Projecto Educativo de Escola, *Inovação* VIII, 1 e 2: 167-189.
- Max-Neef, M. (1992), Chamar Desenvolvimento a Um Suicídio Colectivo?, *A Rede Para o Desenvolvimento Local* 7: 18-27.
- Melo, A. (1988), O Desenvolvimento Local como Processo Educativo, *A Rede Para o Desenvolvimento Local* 2: 32-33.
- Melo, A. (2001), Agir Localmente, Pensar Globalmente: Testemunho de um Percorso Inspirado em Paulo Freire, *Revista Portuguesa de Pedagogia* 35 (1): 115-122.
- Melo, A. (2002), O Desenvolvimento Local como Movimento de Resistência ao Domínio Totalitário da Globalização Financeira, *Seara Nova* 76: 11-13.

- Mendes, J. e Seixas, A. (2005), Acção Colectiva e Protesto em Portugal: Os Movimentos Sociais ao Espelho dos media (1992-2002), *Revista Crítica de Ciências Sociais* 72: 99-127.
- Mengin, J. (1989). *Guide Du Developpement Local et Du Developpement Social*, L'Harmattan: Paris.
- Mikkelsen, B. (2005). *Methods for Development Work and Research: A New Guide for Practitioners* (2ªEd), Sage Publications: London.
- Moreira, M. (2001). *Globalização e Agricultura*, Celta Editora: Oeiras.
- Morin, E. (1997). *As Grandes Questões do Nosso Tempo*, Editorial Notícias: Lisboa.
- Moser, C., C. Mellwaine (1999), Participatory Urban Appraisal and its Application for Research on Violence, *Environment and Urbanization* 11 (2): 203- 226.
- Mota, A. (2005). *Governo Local, Participação e Cidadania: O caso da Área Metropolitana de Lisboa*, Nova Veja: Lisboa.
- Muller-Glodde, U. (1992). *Lá Oú Il n'y a pas de Participation ... Reflexions, Strategies, Etudes de Cas, Recommandations Pratiques Pour Le Developpement Rural em Asie*, Deutch Gesellschaft Fur Technische Zusammenarbeit GTZ: Eschborn.
- Nelson, N., S. Wright (2006). *Power and Participatory Development: Theory and Practice*, Intermediate Technology and Development: Warwickshire.
- Nevins, J. (2001), In Search of Appropriate Development Theory and Practice, *Public Organization Review* 1(3): 371-374.
- Nóvoa, A., C. Almeida, G. Le Boterf, R. Azevedo (1992). *Formação para o Desenvolvimento*, Edições Fim de Século: Lisboa.
- Nóvoa, A. (2000), Tempos da Escola no Espaço Portugal-Brasil-Moçambique, em A. Nóvoa, J. Schriewer (eds.): *A Difusão Mundial da Escola*, Educa: Lisboa.
- Nóvoa, A. J. Schriewer (eds.) (2000b). *A Difusão Mundial da Escola*, Educa: Lisboa.
- Oakley, P. (1991). *Projects with People: The Practice of Participation in Rural Development*, International Labour Office: Genève.
- Orr, B., D. Lubbock (1964). *O Dilema do Homem Branco*, Dom Quixote: Lisboa.
- Pain, A. (1991), Education Informelle: les mots... et la chose (réponses à un praticien), em B. Courtois, G. Pineau: *La Formation Experientielle des Adultes*, La Documentation Française: Paris.
- Paulo, A. (1998), A Formação Inicial de Professores em Contexto de Investigação-Acção: Concepções e Práticas de Avaliação Pedagógica, *Revista de Educação* II (2): 97-109.
- Pereyra, E. (2005), Diagnóstico Rápido Económico Participativo – DREP: Uma experiência integradora, em M. Bröse (Org.): *Metodologia Participativa: Uma introdução a 29 instrumentos*, Tomo Editorial: Porto Alegre.
- Pimbert, M. (2006). *Transforming Knowledge and Ways of Knowing for Food Sovereignty*, IIED Diversity & Citizenship: London.
- Portela, J. (1993), Viver um Tempo Novo? Sim, In Loco, *A Rede Para o Desenvolvimento Local, Edição Especial*: 12-17.
- Posthumus, B. (2000). *Trading Places, Trading Ideas: "Dare to Share Fair" on Participatory Development Approaches*, VDA - Groep Amersfoort: The Hague

- Pretty, J., I. Guijt, J. Thompson, I. Scoones (1995). *Participatory Learning and Action: A Trainer's Guide*, International Institute for Environment and Development: London, Participatory Methodologies Series
- Quintana, J. M. (Coord.) (1986). *Investigación Participativa e Educación de Adultos*, Nancea: Madrid.
- Quivy, R., L. Campenhoudt (2003). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*, Gradiva: Lisboa.
- Rahnema, M. (2005), Participation, em W. Sachs (Ed.): *The Development Dictionary: A Guide to Knowledge as Power*, Zed Books: Atlantic Highlands.
- Reis, J. (1998), Uma Nova Política Pública: O Desenvolvimento Local, *A Rede Para o Desenvolvimento Local*, Edição Especial: 32-33.
- Reis, J. (1988b), Território e Sistemas Produtivos Locais: Uma Reflexão Sobre As Economias Locais, *Revista Crítica de Ciências Sociais* 25/26: 127-141.
- Riedl, M., J. A. Almeida e A. L. Barbosa (2002). *Turismo Rural: Tendências e Sustentabilidade*, EDUNISC: Santa Cruz do Sul.
- Rodrigues, F., S. Stoer (1998). *Entre Parceria e Partenariado: Amigos Amigos, Negócios à Parte*, Celta Editora: Oeiras.
- Sabato, E. (2005). *Resistir*, Publicações Dom Quixote: Lisboa.
- Sachs, W. (Ed.) (2005). *The Development Dictionary: A Guide to Knowledge as Power*, Zed Books: Atlantic Highlands.
- Sanoff, H. (1999). *Community Participation Methods in Design and Planning*, John Wiley & Sons, Inc: New York.
- Santos, B. S. (1998). *Introdução a Uma Ciência Pós Moderna*, Edições Afrontamento: Porto.
- Santos, B. S. (Org.) (2001). *Globalização: Fatalidade ou Utopia?*, Afrontamento: Porto.
- Santos, B. S. (2001). *Um Discurso Sobre as Ciências*, Edições Afrontamento: Porto.
- Santos, B. S. (Org) (2003). *Democratizar a Democracia: Os Caminhos da Democracia Participativa*, Edições Afrontamento: Porto.
- Santos, B. S. (2005), A Crítica da Governação Neoliberal: o Fórum Social Mundial como política e legalidade cosmopolita subalterna, *Revista Crítica de Ciências Sociais* 72: 7-44.
- Santos, B. S. (2007), Para Além do Pensamento Abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes, *Revista Crítica de Ciências Sociais* 78: 3-46.
- Sarmiento, M. J. (2000). *Lógicas de Acção nas Escolas*, Instituto de Inovação Educacional: Lisboa.
- Schiefer, U., R. Dobel (2001). *Mapa-Project: A Practical Guide to Integrated Project Planning and Evaluation*, OSI – IEP Publications: Budapest.
- Schiefer, U. (Coord.) (2005). *MAPA – Método Aplicado de Planeamento e Avaliação: Manual de Planeamento de Projectos*, Editorial do Ministério da Educação: Mem Martins.
- Schneider, H. e M. Libercier (Dir.) (1995). *Mettre en Oeuvre le Developpement Participatif: Seminaires du Centre de Developpement*, OCDE Organization pour la Cooperation et le Developpement de L'Education: Paris

- Schonhuth, M., U. Kievelitz (1994). *Métodos Participativos de Diagnóstico y Planificación al Desarrollo: Una Introducción Comentada*, Deutch Gesellschaft Fur Technische Zusammenarbeit GTZ: Eschborn.
- Schrijvers, J. (2006), Participation and Power: A Transformative Feminist Research Perspective, em N. Nelson, S. Wright: *Power and Participatory Development: Theory and Practice*, Intermediate Technology and Development: Warwickshire.
- Sedas Nunes, A. (1968). *Sociologia e Ideologia do Desenvolvimento: Estudos e Ensaios*, Moraes Editores: Lisboa.
- Selener, D., N. Endarra, J. Carvajal (1997). *Sondeo Rural Participativo*, International Institute for Rural Reconstruction: Quito.
- Serrano, P. (1996). *Redacção e Apresentação de Trabalhos Científicos: Fundamentos, Técnicas e Noções Práticas*, Relógio D'Água: Lisboa.
- Serruys, J. W. (2000). *Iniciação à Dinâmica de Grupos*, Afrontamento: Porto.
- Servaes, J., T. Jacobson, S. White (1996). *Participatory Communication for Social Change*, Sage Publications: London.
- Sha, P., M. Sha (1995), *Participatory Methods: Precipitating or Avoiding Conflict? Participatory Learning Action Notes* 24: 48-51.
- Silva, A. S., J. M. Pinto (orgs.) (2001). *Metodologia das Ciências Sociais*, Afrontamento: Porto:
- Silva, M. (1965). *Desenvolvimento Comunitário: Uma Técnica de Progresso Social*, AIP Estudos de Economia Aplicada: Lisboa.
- Silva, M. I. (1992), Recherche-action – Pratique et Theorie, em A. Estrela, M. Falcão (Org.): *Actas do 1º Colóquio Internacional da AFIRSE/AIPELF*, Universidade de Lisboa: Lisboa.
- Silva, M. I. (1996). *Práticas Educativas e Construção de Saberes: Metodologia da Investigação-Acção*. Instituto de Inovação Educacional: Lisboa.
- Silvestre, C. (2003). Educação/Formação de Adultos: como Dimensão Dinamizadora do Sistema Educativo, Instituto Piaget: Lisboa.
- Simões, A. (1990). A investigação-acção: Natureza e Validade, *Revista Portuguesa de Pedagogia* 24: 39-51.
- Slocum, R., L. Wichhart, D. Rocheleau, B. Thomas-Slayter (Eds) (2001). *Power, Process and Participation: Tools for Change*, Intermediate Technology and Development: Warwickshire.
- Sobral, J. (1999). *Trajectos: O Presente e o Passado na Vida de uma Freguesia da Beira*, Instituto de Ciências Sociais: Lisboa.
- Sousa, A. (2000). *Agostinho da Silva: Acabou o Império. E Agora?*, Editorial Notícias: Lisboa.
- Srinivasan, L. (1990). *Tools for Community Participaton: A Manual for Training Trainers in Participatory Techniques*, PROWESS/UNDP Technical Series: New York.
- Srinivasan, L., Narayan, D. (1994). *Participatory Development Tool Kit: Training Materials For Agencies and Communities*, PROWESS/UNDP Technical Series: New York.
- Stieglitz, J. (2002). *Globalização: A Grande Desilusão*, Terramar: Lisboa.
- Stoer, S., L. Cortesão, J. Correia (Org.) (2001). *Transnacionalização da Educação: Da Crise da Educação à "Educação" da Crise*, Afrontamento: Porto.

- Stöhr, W. (1990). *Global Challenge and Local Response*, Mansell Ed.: London.
- Syrett, S. (1995). *Local Development*, Aldershot: Avebury
- Tavistock Institute (2003). *The Guide: The Evaluation of Sócio-Economic Development*, TI/ GHK/ IRS: London.
- Taylor, P. (2007), Learning and Teaching Participation Through Action Research: Experiences From an Innovative Masters Programme, *Action Research* 5(3): 231-247.
- Taylor, P., J. Frausman (Orgs.) (2003). *Learning and Teaching Participation*, IIED International Institute for Environment and Development: London.
- Teodoro, A. (2001), Organizações Internacionais e Políticas Educativas Nacionais: A Emergência de Novas Formas de Regulação Transnacional, ou uma Globalização de Baixa Intensidade, em S. Stoer, L. Cortesão, J. Correia (Org.): *Transnacionalização da Educação: Da Crise da Educação à “Educação” da Crise*, Afrontamento: Porto.
- Theis, J., H. Grady (1991). *Participatory Rapid Appraisal for Community Development: A Training Manual Based on Experiences in the Middle East and North Africa*, IIED International Institute for Environment and Development: London.
- Tripp, D. (2005), Pesquisa-Ação: Uma introdução metodológica, *Revista Educação e Pesquisa* 31 (3): 443-466.
- Unicef (1999). *An Inventory of Tools to Support Household and Community Based Programming for Child Survival Growth and Development*, Unicef Program Division, Health Section: New York.
- Unicef Bangladesh (1993). *VIPP – Visualization in Participatory Programmes: A Manual for Facilitators and Trainers Involved in Participatory Group Events*, Unicef: New York.
- Vala, J. (2001), Análise de Conteúdo, em A. S. Silva, J. M. Pinto (Org.): *Metodologia das Ciências Sociais*, Afrontamento: Porto.
- Van-Veldhuizen, L., A. Waters-Bayer, H. Zeeuw (1997). *Developing Technology with Farmers: A Trainers Guide for Participatory Learning*, ZED Books: London.
- Villasante, T. (2003). *Metodologias e Presupuestos Participativos*, Ed. Lepala: Barcelona.
- Virilio, P. (1995). *A Velocidade de Libertação*, Relógio D’Água: Lisboa.
- Vision Mundial (2002). *El Diagnóstico Participativo*, Vision Mundial: Equador, Cartilha 3
- Wenger, E. (2008), Comunidades de Prática: Aprendizagem em Práticas sociais, *Revista Aprender ao Longo da Vida* 8: 10-16.
- White, A. T. (1982), Pourquoi la Participation Communautaire? Une analyse des arguments avancés, *Les Carnet de L’Enfance* 59/60: 17-36.

Apêndices e Anexos

Dada a dimensão do conjunto de apêndices e anexos, e tendo presente a sua importância no conjunto dos dados relevantes para a descrição do trabalho e para a sua facilidade de acesso e manuseio, remetem-se estes componentes para um documento suplementar, designado **volume II**.